



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

**RESOLUÇÃO Nº 32 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 11 DE AGOSTO DE 2025.**

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do Campus Floresta, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, conforme designação estabelecida pelo Decreto Presidencial de 16 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 95, de 17 de maio de 2024, Seção 2, RESOLVE:

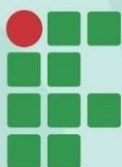
Art. 1º APROVAR o projeto do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, com oferta de 35 (trinta e cinco) vagas anuais, do Campus Floresta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

Art. 2º AUTORIZAR o Funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena no Campus Floresta, no segundo semestre de 2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jean Carlos Coelho de Alencar
Presidente do Conselho Superior

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 11/08/2025.



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

PPC

Projeto
Pedagógico
do Curso

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA

IFSertãoPE

Campus Floresta

Autorizado pela Resolução nº _____ do Conselho Superior de _____ de
20____.

Reformulado pela Resolução nº _____ do Conselho Superior de _____ de
20____, entrando em vigor para as turmas ingressantes, a partir do _____ semestre de
20____. (No caso de cursos ofertados há algum tempo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana

Ministro da Educação

Getúlio Marques Ferreira

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Jean Carlos Coelho de Alencar

Reitor do IF Sertão PE

Rafael Santos de Aquino

Pró-Reitor de Ensino

Adeisa Guimarães Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisco de Assis de Lima Gama

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Klemmerson Amariz Gomes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Fabírcia Nadja de Oliveira Freire

Pró-Reitora de Orçamento e Administração

Iran Alves Torquato

Diretor Geral do *Campus Floresta*

Yara Regina Pereira Silva Menezes de Sá

Chefe do Departamento de Ensino do *Campus Floresta*

Equipe de Elaboração do PPC

Cíntia Lopes Soares Gomes de Sá
(Presidente)

Ana Christina da Silva Bezerra

Camila Teixeira Lima

Daniele Jovem da Silva Azevedo

Danilo Alves Pereira

Edilene Bezerra Pajeú (Membro Externo)

Edivânia Granja da Silva Oliveira (Campus Petrolina)

Eduardo Barbosa Vergolino

Giselda de Souza Moraes Ferraz Leite

José Emanuel Medeiros Marinheiro

Kelly Cintra Gomes

Luiz Eduardo Barreto de Souza

Maria Aparecida de Sá Martins Menezes

Maria Luciete Lopes (Membro externo)

Robson Arruda de Araújo

Rosineuman de Souza Soares Leal

Zilmara Bezerra de Sá Marcolino e Silva
(Membro externo)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	8
2.1. IFSertãoPE e Base Legal.....	10
2.2. Campus e Base Legal.....	10
2.3. Características Socioeconômicas e Culturais da Região.....	10
2.4. Breve Histórico do Campus.....	13
3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	14
4. ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA.....	16
4.1. Justificativa de Oferta do Curso.....	16
4.2. Objetivos.....	20
4.2.1. Objetivo Geral.....	20
4.2.2. Objetivos Específicos.....	20
4.3. Perfil Profissional de Conclusão.....	22
4.4. Estrutura e Organização Curricular.....	23
4.5. Alinhamento das Propostas Institucionais do Curso à BNCC.....	39
4.6. Matriz Curricular.....	41
4.6.1. Organização por Períodos Letivos e Pré-requisitos.....	41
4.7. Atividades Curriculares de Extensão.....	44
4.8. Estudos Interculturais Complementares.....	48
4.9. Estágio Curricular Supervisionado.....	49
4.10. Trabalho de Conclusão de Curso.....	51
4.11. Metodologia.....	54
4.12. Avaliação da Aprendizagem.....	56
4.13. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores.....	60
4.14. Ementas e Bibliografias.....	62
4.14.1. Componentes curriculares obrigatórios por semestre.....	63
4.15. Diplomas a Serem Emitidos.....	159
4.16. Ações Decorrentes do Processo de Avaliação Do Curso.....	160
4.17. Apoio ao/a Discente.....	162
4.18. Políticas de Educação Ambiental.....	164
4.19. Política de Combate à Evasão.....	164
5. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO.....	165
5.1. Corpo Docente.....	165
5.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante.....	166
5.3. Atuação da Coordenação do Curso.....	167
5.4. Funcionamento do Colegiado do Curso.....	169
5.5. Corpo Técnico de Apoio ao Ensino.....	172

6. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	173
6.1. Biblioteca.....	174
6.2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS.....	175
7. Referências.....	177



1. APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) propõe-se a contextualizar e definir as diretrizes necessárias à implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Floresta (IFSertãoPE FLO).

A apresentação deste PPC é destinado a formação de professores(as) indígenas para o exercício da docência embasado em grandes áreas de conhecimento da Pedagogia, em diálogo com os saberes indígenas, trazendo um currículo vivo, ampliado e emancipatório através de contextos interdisciplinares e interculturais para atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental, etapas ofertadas pelas escolas indígenas e não indígenas da rede básica do Estado de Pernambuco e de outros estados circunvizinhos, bem como desenvolver atividades de gestão em diversos campos de atuação pedagógica sejam em espaços escolares e não escolares, como empresas, ONGs e hospitais.

O curso será composto por conteúdos didáticos relacionados às histórias e culturas indígenas e por conteúdos didáticos do campo da formação pedagógica intercultural, pautados pelos princípios norteadores da educação escolar indígena, bilíngue, específica, diferenciada e intercultural, privilegiando os contextos sociais, históricos, culturais, religiosos e as práticas de vivências de cada povo indígena, em conexão com as concepções por ora apresentadas se constituem como instrumentos políticos e pedagógicos, pois evidenciam entendimentos e princípios que orientam o trabalho desenvolvido nas escolas indígenas. Portanto, a formação superior para a docência indígena prioriza diálogos interculturais e as formas de expressões no campo que contemplem os processos de afirmação das identidades, das histórias, da produção de alimentos, de conhecimentos da ciência do índios, das práticas de curas, das organizações próprias e as especificidades relacionadas aos espaços sagrados, aos Ambientes habitados e as temporalidades, contributos para fomentar e potencializar a educação escolar indígena em Pernambuco.



2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O IFSertãoPE é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, baseando-se na conjugação dos conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas, com o objetivo de aprimorar a ação sistemática da educação, através da interiorização e socialização do conhecimento, popularização da ciência e da tecnologia, desenvolvendo arranjos produtivos sociais e culturais regionais, focando na redução das desigualdades sociais.

A constituição dos diversos campi do IFSertãoPE foi realizada a partir da base territorial de atuação e caracterização das regiões de desenvolvimento, onde estão situados. Os cursos do IFSertãoPE são destinados a um público alvo existente tanto na região do Sertão Pernambucano como em diversas cidades dos Estados do Piauí e da Bahia, abrangendo aproximadamente 20 municípios.

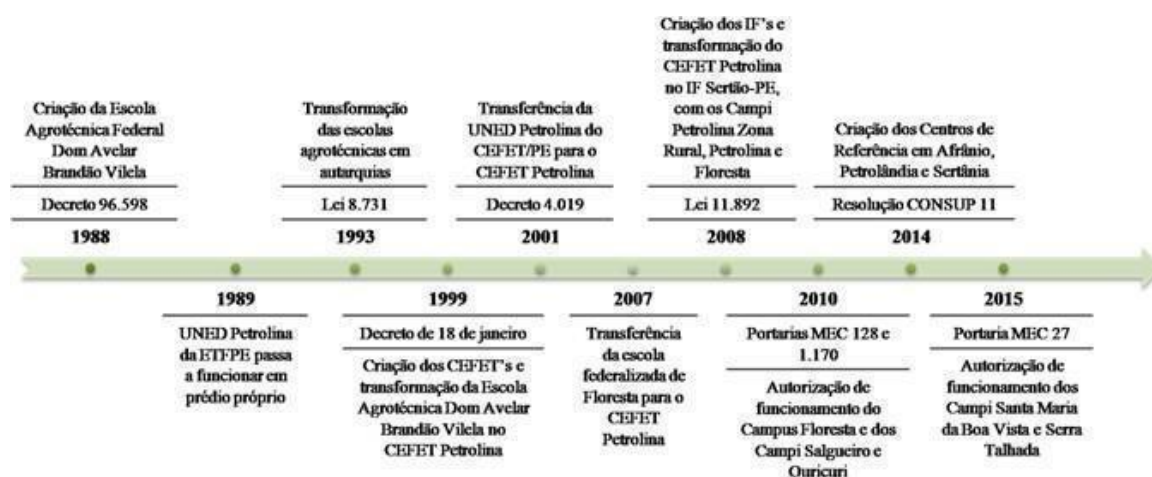
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) foi criado a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina – CEFET Petrolina, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O CEFET Petrolina originou-se da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela - EAFDABV, por meio do Decreto Presidencial Nº 96.568, de 25 de agosto de 1998, que foi transformada em Autarquia Federal através da Lei Nº 8.731, de 11 de novembro de 1993.

Em conformidade com as demais escolas da Rede Federal de Educação Tecnológica, a EAFDABV adotou o Sistema Escola-Fazenda, cujo lema “Aprender a Fazer e Fazer para Aprender” enseja possibilitar ao aluno a associação da teoria à prática nas Unidades de Ensino e Produção (UEPs), as quais se relacionam com diversas atividades agrícolas determinadas pelo currículo de formato nacional único. Com isso, a escola Agrotécnica passou a oferecer novos cursos técnicos, com estrutura curricular mais flexível e de características mais coerentes com o contexto social, econômico e ambiental da região, antecipando-se dessa forma às transformações pelas quais passaria o ensino técnico brasileiro com a publicação da Lei nº 9.394/96 e do Decreto 2.208/97. Em consequência da



aprovação de projeto pelo Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional (PROEP), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a EAFDABV iniciou, no ano de 1998, a execução de convênio, através do qual recebeu recursos para investimento em infraestrutura física, equipamentos e capacitação de agentes colaboradores, ressaltando-se que foi a primeira escola da rede a ser contemplada com este tipo de programa. No dia 26 de novembro de 1999, de acordo com Decreto Presidencial (DOU Nº 227-A, de 26 de novembro de 1999) a EAFDABV passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina. Com a publicação do Decreto Nº 4.019, de 19 de novembro 2001, foi transferida a Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Sertão Pernambucano, para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, o qual passaria a abranger dois campi distintos: Unidade Agrícola (atual, Campus Petrolina Zona Rural) e Unidade Industrial (atual, Campus Petrolina). Com a transferência de EAFDABV para CEFET, a instituição expandiu o seu quadro de pessoal, ampliou seu inventário de bens móveis e imóveis, assumiu novos cursos e aumentou o número de alunos matriculados.

Figura 1: Cronologia da instituição



Fonte: IFSertãoPE, 2017.

Em 2007, a SETEC/MEC transferiu para o Cefet Petrolina a escola federalizada da cidade de Floresta, hoje intitulada de Campus Floresta do IFSertãoPE. Após a segunda fase do programa de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, o governo federal adotou o conceito de cidade-polo, de forma a alcançar o maior número de regiões. Nesta



fase, o então CEFET Petrolina foi contemplado com mais duas unidades de ensino descentralizadas, uma em Salgueiro e outra em Ouricuri, em função de suas localizações geográficas privilegiadas e importância econômica (PDI 2009-2013, 2009). Atualmente, o IFSertãoPE, com sede (Reitoria) em Petrolina, conta com sete campi: Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta, Ouricuri, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada. As áreas regionais de abrangência institucional estão contempladas na Mesorregião Sertão Pernambucano e Mesorregião São Francisco Pernambucano, no semiárido, Submédio São Francisco.

2.1. IFSertãoPE e Base Legal

Quadro 1: Identificação do IFSertãoPE

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)	
CNPJ: 10.830.301/0001-04	Contato: (87) 2101-2350
Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP: 56302-100, Petrolina/PE - Brasil	
Site institucional: https://ifsertaope.edu.br/	
Base Legal: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	

2.2. Campus e Base Legal

Quadro 2: Identificação do IFSertãoPE FLO

Unidade de ensino: Campus Floresta (IFSertãoPE FLO)	
CNPJ: 10.830.301/0004-49	Contato: (87) 3877-1104
Endereço: Rua Projetada, s/n, Caetano II, Floresta/PE – Brasil	
Site institucional: https://ifsertaope.edu.br/floresta/	
Base Legal: Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014, do MEC.	

2.3. Características Socioeconômicas e Culturais da Região

A região atual que compõem o município de Floresta (PE) desde o período colonial faz



parte do denominado Sertão de Rodelas, Sertão de Cabrobó, Sertão do São Francisco ou Sertão de Itaparica. Área antiga de habitação de povos indígenas e região de interesse de não indígenas que fizeram parte do processo colonizador na região, como os religiosos e os colonos. Os missionários objetivaram a conversão religiosa dos indígenas através da criação de aldeamentos para o “amansamento” dos “selvagens”, reunindo diversos povos indígenas em uma área específica – aldeamento, com o propósito da catequese e liberação das terras indígenas, para usufruto pelos colonos para a instalação de fazendas de gado pelos colonos. As áreas de serras foram os locais escolhidos por indígenas para fugir do processo colonial, como foi o caso da Serra do Arapué, área de brejo de altitude, desde o século XVIII foi descrito como lugar de difícil acesso e esconderijo de indígenas “selvagens”, por representantes da Província de Pernambuco (OLIVEIRA, 2022).

Especificamente o atual município de Floresta área de aldeamentos indígenas desde o início da colonização do Sertão e perdurou até meados do século XIX, conforme estudo realizado por Carlos Fernandes, evidenciou a atuação do Frei Vital na fundação de uma Aldeia na Serra Negra, o aldeamento denominado Jacaré para reunião dos indígenas Pipipã, em 1802. E em 1804, o Frei fundou a Missão do Olho d'Água da Gameleira com o objetivo de reunir os indígenas Umã e os Chocó, atual Aldeia pertencente ao Território Indígena Atikum, no Município de Carnaubeira da Penha, Distrito de Floresta até o ano de 1991 (SANTOS JÚNIOR, 2015). Portanto, a região da atual cidade de Floresta, área de antiga habitação dos indígenas e atualmente predomina um considerável quantitativo de povos indígenas. Quando estimulada a ocupação dos sertões, a área atual fisiográfica do Submédio do Rio São Francisco foi intenso o processo colonizador para o estabelecimento de fazendas de gado, resultando num intenso processo de violências e de esbulhos de terras de diversos povos indígenas. A origem de Floresta foi a partir do domínio da sesmaria pertencente à família D'Ávila. Terras doadas pela Coroa Portuguesa para a família D'Ávila abrangendo áreas do litoral baiano, às margens e terras na região do Submédio e em outras regiões. Parentes dessa família adquiriram terras e criaram a Fazenda Grande, na primeira metade do século XIX (1846) foi transformada em Vila de Floresta (SANTOS JÚNIOR, 2015). Os atuais povos indígenas habitam a Microrregião de Itaparica: Atikum, Pipipa, Kambiawá, Pankawiká, Kapinawá, Tuxá, Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankará e Pankará Serrote dos Campos.



Em 1907 a vila de Floresta foi elevada à categoria de cidade e sede do município pela lei estadual no. 867, 20/06/1907, com área atual de 3.674,0 km², pertencente a Mesorregião de Itaparica e do São Francisco, no Sertão de Pernambuco. A região Norte de Floresta faz divisa com os municípios: Serra Talhada, Betânia e Custódia. No Sul limita-se com Inajá, Tacaratu, Petrolândia e o Estado da Bahia. Faz divisa com Ibimirim na região Leste e na região Oeste faz divisa com Carnaubeira da Penha e Itacuruba. A área urbana localiza-se a 316 metros em relação ao nível do mar e geograficamente posicionada pelo paralelo de 08º 36' 02' E e 38º 34' 05' S. Possui temperatura média anual de 26, 1º C e a vegetação predominante é de Caatinga Hiperxerófila.

A economia do município de Floresta é baseada na agricultura irrigada e na pecuária. Segundo o IBGE (2022), conta com uma população total de 30.137 pessoas, densidade demográfica de 8,36 por quilômetro quadrado. Encontra-se na posição 54º no Estado de Pernambuco em relação ao PIB per capita, a preços correntes equivalentes a 410238,58.

A taxa de analfabetismo em Floresta é a menor na microrregião de Itaparica (16,3% e 19%, respectivamente), é igual em relação a mesorregião do São Francisco Pernambucano (15,2%), do estado de Pernambuco (16,2%) e da região Nordeste (17,1%). Elevada em comparação ao Brasil com taxa de analfabetismo de 8,8% da população com 10 anos ou mais de idade (IBGE, 2018).

Assemelhando-se ao estado de Pernambuco, região Nordeste e Brasil quanto à baixa participação da agropecuária no PIB, Floresta (5,4%) difere dos mesmos por também ter uma baixa participação do setor industrial (11,9%), caracterizando-se, então, pela predominância do setor de serviços, que representa 43% do PIB local. Quanto à arrecadação de impostos, Floresta se assemelha ao estado de Pernambuco, região Nordeste e Brasil, representando 14,2% do PIB. Considerando a depreciação da moeda, causada pela inflação, o PIB de Floresta apresenta crescimento anual médio de 8,5%, sendo que o maior salto se deu no período de 2009 a 2010, quase alcançando os 30%. Durante todo o período analisado (1999-2011), que engloba doze anos, a economia florestana cresceu 160%.



2.4. Breve Histórico do Campus

Com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, surgindo assim o IFSertãoPE, com os Campi Petrolina, Petrolina Zona Rural e Floresta.

O Campus Floresta do IFSertãoPE originou-se como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), quando a Instituição se configurava como Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET). Em 2007, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), transferiu para o CEFET Petrolina a escola federalizada de Floresta, situada na Rua Projetada s/n-Caetano II, que teve sua construção iniciada em 2001 pelo Instituto do Desenvolvimento Social e do Trabalho do Sertão Pernambucano (IDSTP), no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Assim, ainda no contexto da primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a implantação da UNED Floresta oportunizou à região do Sertão de Itaparica, com a abrangência dos sete municípios (Floresta, Carnaubeira da Penha, Itacuruba, Belém de São Francisco, Petrolândia, Jatobá e Tacaratu) o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pública e de qualidade. Amparando-se nos objetivos de expansão da Rede, a atuação da UNED FLORESTA reconhecia a educação profissional e tecnológica como bem público e como condição para o desenvolvimento humano, econômico e social.

Posteriormente, com a transformação para Instituto Federal de Educação e Tecnologia, passa a assumir a denominação Campus Floresta e a incorporar todas as concepções e atribuições oriundas dessa transformação. A educação profissional, em todos os níveis e modalidades, a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como o suporte aos arranjos produtivos locais continuam a permear os objetivos da Instituição, que busca oportunizar o desenvolvimento integral do cidadão.



3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 3: Identificação do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IFSertãoPE/ FLO

Denominação do curso	Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena
Modalidade de oferta	Presencial
Tipo do curso	Graduação (Licenciatura)
Endereço de funcionamento do curso	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Floresta. Rua Projetada, S/N - Caetano II, Floresta - PE, 56400-000
Número de vagas pretendidas ou autorizadas	35 vagas
Turnos de funcionamento do curso	Flexível, ou seja, no Tempo IF serão disponibilizadas aulas em tempo integral e em dois turnos.
Carga horária total do curso	3250 horas
Estágio Curricular Supervisionado	400 horas
Atividades Curriculares Extensionistas	330 horas
Estudos Interculturais Complementares	200 horas
Tempo de duração do curso	4 (quatro) anos



Tempo mínimo para integralização	8 (oito) semestres letivos
Tempo máximo para integralização	16 (dezesesseis) semestres letivos
Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE	A definir
Requisitos e Formas de Acesso	O Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena é destinado prioritariamente para os(as) estudantes indígenas de Pernambuco, com reserva de vagas de no máximo 20%, equivalente a 07 (sete) vagas , destinados a indígenas de outros estados pertencentes às regiões do Submédio e Baixo São Francisco. Obrigatoriamente cada candidato deve comprovar no ato da inscrição: 1. Documentos de identificação: cópia de Identidade, CPF e 01 foto 3 x 4; 2. RANI emitido pela FUNAI ou Declaração do Cacique e de duas lideranças para comprovação do pertencimento ao povo indígena declarado; 3. Documento comprobatório de conclusão do ensino médio ou equivalente; 4. Caso possuam experiência na educação escolar indígena, comprovar através de Declaração emitida pela Coordenação Geral da Educação Escolar Indígena de seu povo; 5. Comprovantes de cursos de formações na área de educação, na área de pedagogia ou áreas afins; 6. Memorial contendo a trajetória de vida, relacionando com as atividades escolares, profissionais e com o movimento indígena do seu povo e as relações interculturais; Para conduzir o processo seletivo dos(as) estudantes, deverá ser formada uma comissão composta por representantes do IFSertãoPE - Campus Floresta e da COPIPE. Essa comissão será responsável por elaborar um Edital de Seleção, que servirá como base para definir os prazos, as regras, os modelos de documentos e os critérios de avaliação para os aspectos mencionados neste documento. Outra forma de acesso para indígenas candidatos(as)



	que já são portadores(as) de diplomas, após o processo seletivo descrito acima e tenha ocorrido vagas ociosas, participarão de processo seletivo com as mesmas exigências constantes nos itens acima e em acordo com a legislação pertinente.
Periodicidade de oferta	Anual
Ato de criação do curso	Resolução nº XX/20XX do CONSUP IFSertãoPE

4. ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

4.1. Justificativa de Oferta do Curso

O Instituto Federal do Sertão Pernambuco (IFSertãoPE) desde 2010 realiza ações educacionais para as populações indígenas e quilombolas, habitantes no sertão pernambucano, área de abrangência da instituição. Dentre essas ações, a política pública afirmativa de maior duração é a oferta do curso de Especialização em Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola. As primeiras duas turmas foram realizadas com sucesso no Campus Floresta, na modalidade presencial, com um baixo índice de evasão, taxa aproximada de 10% e totalizando mais de 90 indígenas e quilombolas diplomados na modalidade Especialização Lato Sensu. A turma foi iniciada no 2º semestre/22 e encontra-se em andamento, funcionando no formato híbrido e multicampi: Campus Salgueiro, Campus Petrolina e Campus Floresta, as vagas em cada Campi são 20, totalizando 60 vagas.

Além disso, o IFSertãoPE promove, em parceria com o MEC, o Programa Ação Saberes Indígena na Escola, realizando a 49 edição/23, na oferta de formação continuada e produção de materiais didáticos, com e para os povos indígenas em Pernambuco: Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankará Serra do Arapuá, Atikum Carnaubeira da Penha e Truká Cabrobó e Orocó. E 13 povos indígenas habitantes nas regiões Norte e Oeste da Bahia, realização das oficinas de formação de professores(as) indígenas através de acordo de Cooperação Técnica com o Núcleo Opará-UNEB Paulo Afonso (BA), atendendo na edição 2º semestre/23 mais de



450 indígenas.

O IFSertãoPE firmou diversas parcerias com os povos e coletivos indígenas, a exemplo da Comissão de Professores(as) Indígenas em Pernambuco, realizando projetos de pesquisa, extensão e de ensino. E atende um quantitativo de estudantes indígenas matriculados(as) nas diversas modalidades, cursos e Campi.

É importante evidenciar que o estado de Pernambuco possui um significativo quantitativo de populações indígenas, estimadas em mais de 106 mil indígenas (IBGE, 2022). Habitam a região do Agreste os povos indígenas Fulni-ô e Xukuru. A maioria desses povos indígenas habitam o sertão pernambucano, que são: Kapinawá, Kambiwá, Pipipã, Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankará, Pankawiká, Tuxá, Atikum e Truká.

A Educação indígena brasileira tem como marco legal os pactos e tratados nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, mas principalmente a Constituição Brasileira de 1988 e a Convenção 169 da OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais que diz em seu Art. 6º, ao aplicar as disposições da presente Convenção, que os governos deverão, promover consultas aos povos indígenas e comunidades tradicionais em qualquer atividade ou medidas legislativas e/ou administrativas que possam afetá-los diretamente. Estabelecer iguais condições de participação de outros setores da população, para livremente aceitar ou demandar políticas e programas destinados aos povos indígenas ou comunidades tradicionais. Proporcionar meios para que os povos tenham plena condição de criação e realização de instituições e iniciativas próprias. Inclusive o Estado, quando necessário, deverá prover recursos necessários para este fim (BRASIL, 1988 e 2004).

A Constituição de 1988 alterou a lógica da legislação anterior em relação aos povos indígenas fundamentada na ideologia integracionista e assimilacionista, com a negação dos direitos dos indígenas, através do estímulo para o apagamento das práticas culturais e religiosas, no intuito de transformá-los em trabalhadores nacionais. Além de tais práticas eram usadas para legitimação da conquista e domínios sobre os bens e as terras dos povos indígenas. Os direitos conquistados pelos indígenas a partir da Constituição vigente, foi fruto de um intenso processo de mobilizações realizadas pelos indígenas desde a década de 1970, criando um movimento nacional dos povos indígenas, com o objetivo de afirmação de



direitos, expressos no Artigo 231, “reconhece aos índios sua organização, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e no Artigo 232: “suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo e em defesa dos seus direitos e interesses”, conquistando direitos à educação intercultural, bilíngue, específica e diferenciada, como também a Saúde específica e diferenciada (BRASIL, 1988).

Em relação à educação escolar indígena foram estabelecidos marcos legais, como o Decreto Presidencial no. 26/1991 (BRASIL, 1991), definiu a responsabilidade do Ministério da Educação pela política de educação escolar indígena, definindo os estados e municípios responsáveis pela execução da política da educação escolar indígena. Além de outros documentos criados, como a Lei n. 9.394/96, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação MEC/SASE, Lei n. 13.005 – 25/06/2014 (BRASIL, 2014), a Resolução n. 1, 07/01/2015, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (BRASIL, 2015).

A partir das legislações federais, os estados brasileiros, a exemplo de Pernambuco

promulgaram legislações específicas para efetivação da educação escolar indígena em cada povo indígena. Uma das importantes conquistas dos processos de mobilizações foi a estadualização das escolas indígenas em Pernambuco, através de reivindicação pela estadualização das escolas enfrentaram os poderes municipais, num grande movimento de retomada das escolas indígenas na década de 1990, efetivando a estadualização da educação escolar indígena no início dos anos 2000. Os povos indígenas e as lideranças da Educação Escolar Indígena continuam mobilizados pelo fortalecimento e garantia de direitos à educação intercultural, específica e diferenciada, bilíngue ou em processo de revitalização de línguas nativas.

Os povos indígenas mobilizados pela melhoria e fortalecimento das escolas e da educação escolar indígena, reformulação ou criação projetos políticos pedagógicos (PPP), estabeleceram currículos e calendários próprios, ressignificaram o papel do(a) professor(a) na escola e no povo, para que a escola fosse espaço de partilha e de fortalecimentos das



memórias, das práticas socioculturais e religiosas. Para garantir a educação escolar indígena para o fortalecimento e direitos dos povos indígenas, o movimento indígena brasileiro e de Pernambuco, reivindicam e mobilizam pela efetivação da legislação vigente, na promoção e garantia de formação de qualidade aos docentes indígenas. Frutos dessas mobilizações indígenas foram criados o Programa Ação Saberes Indígena na Escola para a oferta de formação continuada e construção de materiais didáticos específicos de cada povo indígena e o Programa de Licenciatura Intercultural, atualmente transformado em cursos permanentes nas Instituições de Ensino Superior, com o apoio do MEC através do PROLIND, programa de financiamento de recursos financeiros para viabilidade dos estudantes e professores(as) realizarem as atividades de Tempo IF e Tempo Aldeia, objetivando a formação qualificada de professores(as) indígenas para atuação na rede básica das escolas indígenas. O IFsertãoPE foi inserido nessa proposta de criação de cursos de licenciaturas para os povos indígenas de Pernambuco, através da COPIPE e em articulação com a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena na Secadi-MEC.

A Educação Escolar Indígena em Pernambuco é representada pelo coletivo COPIPE (Comissão de Professores(as) Indígenas de Pernambuco), exceção do povo indígena Fulni-ô. A COPIPE estima para 2024 mais de 2 mil professores(as) indígenas atuarão nas escolas indígenas de Pernambuco. Sendo o sertão pernambucano a maior concentração de profissionais da educação escolar indígena e mais carentes de formação de ensino superior na área de educação intercultural. Por isso, a COPIPE tem buscado a melhoria da qualificação de profissionais da educação escolar indígena, inicialmente em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Agreste, com turmas de Licenciaturas Interculturais pelo Programa MEC-PROLIND. Em 2021, foi institucionalizado o curso de Licenciatura Intercultural na UFPE, Campus Agreste, em Caruaru (PE). A grande demanda por formação de indígenas para melhoria e fortalecimento da educação escolar indígena, a distância geográfica e a dificuldade de deslocamento por parte de povos indígenas habitantes no sertão, a COPIPE propôs ao IFsertãoPE a criação de licenciaturas interculturais no Sertão de Pernambuco, especificamente sediados no Campus Floresta, na cidade de Floresta (PE).

O IFsertãoPE como uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação, que



tem como missão promover políticas públicas para as populações habitantes na área de sua abrangência, o Sertão de Pernambuco, com vistas a contribuir com o combate às desigualdades socioeconômicas dos habitantes dessa região, como já fora dito promove ações para o fortalecimento de políticas afirmativas para os povos indígenas do Sertão de Pernambuco e para atender as demandas da COPIPE, aceitou a parceria para a criação inicialmente de dois cursos: Licenciatura em Pedagogia Intercultural e Licenciatura em Matemática Intercultural para os povos indígenas. Especificamente, este projeto objetiva a criação de um curso efetivo no IFSertãoPE Campus Floresta em Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, compondo o Plano de Trabalho PROLIND – TED n.º13728, composto pelas exigências da legislação e as normas do IFSertãoPE e em plena concordância com a COPIPE. O IFSertãoPE possui experiência consolidada em cursos de licenciaturas e promoverá parcerias com docentes do IFSertãoPE e criação concurso público para vagas específicas para docentes habilitados nas áreas de estudos sobre os povos indígenas e em educação escolar indígena

4.2. Objetivos

4.2.1. Objetivo Geral

Formar professores licenciados em Pedagogia Intercultural Indígena, proporcionando uma práxis educacional emancipatória que contribua, efetivamente, para a melhoria das condições em que se desenvolve a ação pedagógica, comprometidos com um projeto de transformação social para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como na gestão escolar na pesquisa e extensão educacional e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, contribuindo assim para atender as demandas dos povos indígenas de Pernambuco e indígenas habitantes nas áreas de outros estados das regiões do Submédio e Baixo São Francisco, assim como não indígenas.

4.2.2. Objetivos Específicos

- Contribuir para o fortalecimento dos projetos sociais, políticos e educacionais dos povos indígenas do Brasil, especificamente os indígenas habitantes em Pernambuco e



em outros estados das regiões do Submédio e Baixo São Francisco;

- Promover o diálogo entre as sociedades indígenas e não indígenas, como também entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos indígenas;
- Estimular a realização de pesquisas, extensão e inovação, nos Territórios Indígenas (T.I.) privilegiando as escolas indígenas com foco no cotidiano, nas práticas sociais, na história, nos conhecimentos e nas linguagens dos povos indígenas;
- Valorizar os conhecimentos indígenas, com enfoque nas especificidades dos povos indígenas atendidos pelo curso, bem como de outras comunidades indígenas;
- Desenvolver e utilizar metodologias de ensino adequadas aos contextos socioculturais indígenas de modo a subsidiar a prática docente dos futuros professores e professoras;
- Favorecer a ampliação da compreensão crítica sobre a realidade cultural, social, política e educacional, com enfoque em diferentes contextos (local, regional, nacional, internacional), buscando garantir a intervenção dos licenciandos/as egressos/as na realidade indígena;
- Fortalecer os processos interativos entre as escolas e as comunidades indígenas com a academia e a sociedade em geral, propiciando a construção de projetos sociais e o desenvolvimento de ações integradas aos calendários socioculturais das comunidades nas quais as escolas estão inseridas;
- Garantir a utilização da Alternância Pedagógica e a Integração dos conhecimentos indígenas como ferramentas metodológicas para a formação dos professores e professoras, visando atender às especificidades dos povos indígenas que incluem suas atividades produtivas, seus saberes e valores socioculturais;
- Afirmar a responsabilidade da gestão para garantir o acompanhamento de docentes presencialmente as atividades de professores(as) nas escolas indígenas durante o período de formação na vivência da Alternância Pedagógica;
- Contribuir com o processo de construção de um sistema de ensino para as escolas indígenas de Pernambuco e estados circunvizinhos, por meio da elaboração de propostas curriculares, de materiais didáticos e de realização de projetos de intervenção social e pedagógicos, dentre outros instrumentos formativos;



- Assegurar a reflexão e a discussão sobre os diferentes sistemas e meios de avaliação, temas transversais, formação de professores/as com foco na área da Pedagogia Intercultural Indígena, privilegiando e favorecendo a formação qualificada de indígenas licenciados, capazes também de atuar em gestão escolar e em práticas educativas não escolares.

4.3. Perfil Profissional de Conclusão

O curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, em consonância com a Resolução CNE/CP n.º 4/2024, os Referenciais para Formação de Professores(as) Indígenas (MEC/2002) e as diretrizes da CONAE 2016, alinha-se às expectativas dos povos indígenas. Essas legislações e orientações visam atender às perspectivas e anseios das comunidades indígenas em relação à educação escolar, promovendo o diálogo entre as diferentes culturas.

O(a) professor(a) licenciado(a) egresso(a) do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena estará habilitado(a) para atuar nas diferentes etapas da Educação Básica das escolas indígenas, capaz de contemplar as diferentes dimensões da vida de suas comunidades, favorecendo a construção de conhecimentos pedagógicos, fomentando as realizações de pesquisas com o intuito de fortalecer as práticas pedagógicas para o fortalecimento e disseminação das histórias e culturas dos povos indígenas, com foco na área de conhecimentos, além de possibilitar a atuação dos licenciados na gestão escolar e em práticas educativas não escolares.

Para tanto, o perfil do(a) egresso(a) considera conhecimentos multidisciplinares e vivências das disciplinas, dos exercícios projetivos, dos estudos de caso, dos estágios, das atividades de pesquisa e extensão, entre outros. O(A) profissional formado(a) deve ser capaz de pesquisar, planejar, coordenar, controlar e avaliar as funções inerentes à sua área de atuação profissional:

- considerando uma formação intensiva e contínua dos professores indígenas que assegurem a melhoria do aprendizado dos estudantes. Isso não significa apenas a continuidade da escolarização, mas, o desafio da construção de uma escola que garanta os processos próprios de aprendizagem, a qualidade do ensino e as



especificidades de cada povo e comunidade;

- possibilitando a construção de uma gestão escolar que reconheça os etnoconhecimentos, as dinâmicas culturais de cada comunidade, bem como, estratégias pedagógicas, específicas e diferenciadas;
- a partir do domínio de procedimentos técnicos específicos na área de gerenciamento de projetos e de recursos, setores considerados estratégicos para a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas;
- possibilitando vivências de ensino, pesquisa e extensão nos mais diversos campos da Pedagogia ;
- capaz de valorizar, fortalecer e se adequarem às características específicas de cada comunidade, contrapondo, assim, aos projetos educacionais homogeneizantes e integradores que historicamente buscaram suplantam a diversidade etnolinguística e cultural e contribuíram para o enfraquecimento das populações indígenas.

4.4. Estrutura e Organização Curricular

O currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena está em consonância com a Resolução CNE/CP n.º 4/2024, a Resolução CNE/CES n.º 07/2018 e a Resolução n.º 1, 07/01/2015 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (BRASIL, 2015), propiciando conteúdos didáticos numa interface entre conhecimentos pedagógicos e conhecimentos indígenas favorecendo a interculturalidade aliada às teorias e práticas da educação, resultando no exercício da docência integrada às práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Os componentes curriculares interculturais indígenas e pedagógicos abrangem saberes de natureza científica, digital, social, política e cultural específicos a cada área, além de conhecimentos pedagógicos indispensáveis para a formação acadêmica e profissional dos docentes indígenas. A prática da interdisciplinaridade e da interculturalidade estará presente em todos os componentes didáticos, em conjunto com os conhecimentos indígenas. Esses componentes fundamentais , a área pedagógica e os conhecimentos indígenas, serão oferecidos ao longo de todo o curso, com uma carga horária total de 3250 (três mil duzentos



e e cinquenta) horas.

As aulas presenciais acontecerão no Campus Floresta do IF Sertão PE denominado como Tempo IF. Esta etapa tem como objetivo a discussão teórica dos diferentes conceitos e áreas de saber, promovendo a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a práxis escolar e os conteúdos que integram o currículo do curso. O regime de alternância será implementado do seguinte modo: Por semestre serão realizados trinta e seis encontros presenciais de oito horas cada, totalizando 288 horas presenciais semestrais, que configurarão o Tempo IF, no qual os alunos desenvolverão aulas teóricas, participarão das atividades acadêmicas do campus, terão momentos de sociabilização, receberão orientações sobre quais atividades a serem desenvolvidas no Tempo Aldeia.

As práticas curriculares serão desenvolvidas nas comunidades indígenas que correspondem ao que denominamos como Tempo Aldeia. Desse modo, a práxis docente e o processo de formação ocorrem simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica. É nesta etapa que a comunidade deverá ter forma de participação mais ativa na condução dos trabalhos escolares com vistas a valorização da Língua, Cultura e Território, etc. Essas atividades de estudo na aldeia deverão possibilitar a vivência de práticas diversas (reuniões, organizações de eventos culturais) e aprofundamento na prática escolar, de modo a estabelecer intercâmbio e relações com a comunidade em que atua. Neste sentido, é necessário o estudo em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio de iniciação científica e da extensão.

Quadro 4: Quadro resumo de Identificação do Curso

Semestre	Carga Horária Tempo IF	Carga Horária Tempo Aldeia	Total da Carga Horária Semestral
1º Semestre	275 horas	130 horas	405 horas
2º Semestre	270 horas	165 horas	435 horas
3º Semestre	255 horas	175 horas	430 horas
4º Semestre	275 horas	190 horas	465 horas
5º Semestre	210 horas	145 horas	355 horas
6º Semestre	270 horas	150 horas	420 horas

Semestre	Carga Horária Tempo IF	Carga Horária Tempo Aldeia	Total da Carga Horária Semestral
7º Semestre	230 horas	165 horas	395 horas
8º Semestre	195 horas	150 horas	345 horas
Total de Carga Horária	1980	1270	3250

Ressalta-se que os recursos da Educação a Distância (EaD) comporão em até 30% a carga horária de cada componente curricular nas atividades relativas ao Tempo IF, sempre resguardando o suporte tecnológicos e meios necessários para sua plena realização, sendo também necessário que estejam previstos no Plano de Curso do componente curricular e que seja previamente aprovado pelo colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural.

Quadro 5: Resumo de Identificação do Curso

Número de vagas anuais	35 vagas
Turno de Funcionamento	Manhã, Tarde e Noite, ou seja, no Tempo IF serão disponibilizadas aulas em tempo integral em até dois turnos.
Regime de Matrícula	Semestral
Tempo Mínimo de Integralização do Curso	08 semestres
Tempo Máximo de Integralização do Curso	16 semestres
Carga Horária total	3250 horas
Regime Acadêmico	Por componente curricular (disciplina)

O curso tem como princípio norteador a interculturalidade com base nos Eixos Temáticos dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Indígenas de Pernambuco, no intuito de potencializar a formação de professores(as) indígenas habilitados para sistematização dos conhecimentos produzidos pela sociedade não indígenas com os conhecimentos indígenas, para a qualificação dos Licenciados(as) em Pedagogia Intercultural



Indígena realizar a sistematização de conhecimentos didáticos e específicos, numa relação dialógica da efetivação da interculturalidade e da educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas em Pernambuco, com os seguintes eixos norteadores, Terra, Identidade, História, Organização e Sociabilidade, Interculturalidade e Dialogicidade, Língua e Linguagens, Escola Indígena e Docência.

- **Terra**

A percepção dos povos indígenas é a terra como a grande casa, espaço coletivo habitado por todo o povo indígena, lugar sagrado e de resistência. Local de produção e manutenção das tradições, das memórias ancestrais e dos conhecimentos tradicionais. É a “Mãe Natureza”. O espaço é o lócus do projeto de vida de todo o povo indígena, os seres humanos e não humanos compõem o Ambiente Sagrado e Natural, sacralizando e valorizando todas as formas de expressões e sentidos cosmológicos, fundamental para os componentes curriculares e indígenas.

- **Identidade**

As histórias e as memórias ancestrais, a defesa do “Mãe Natureza”, as práticas socioprodutivas e religiosas, compósitas da identidade de cada povo indígena, privilegiando as vivências e organização familiar e religiosas coletivamente, numa (re)construção cotidiana de sentidos e manutenção da “tradição” da comunidade, afirmando as identidades indígenas.

- **História**

O privilégio de conhecimentos históricos é fundamental para a (re)construção das identidades de cada povo indígena. É necessário o entrelaçamento das histórias dos antepassados de forma contínua com crianças, jovens, adultos e anciões, garantindo as memórias indígenas transformadas em histórias, evidenciando os processos de resistências, os movimentos indígenas pela garantia de direitos territoriais e garantias constitucionais dos povos indígenas do Brasil e de cada povo indígena, contributos para o fortalecimento das identidades dos povos indígenas de Pernambuco. A escola é local privilegiado para a afirmação identitária através da história dos povos indígenas, fortalecendo o projeto



histórico sociocultural de cada povo indígena.

- **Organização e Sociabilidade**

A organização sociopolítica de cada povo indígena é fundamental para o fortalecimento da educação escolar indígena e educação indígena. Ressaltando que a educação indígena acontece em todos os espaços do território, socioculturais e no âmbito familiar. Cada povo indígena possui organização própria e participam de organizações com outros povos indígenas, a exemplo da COPIPE. As organizações indígenas são responsáveis pelo fortalecimento de processos de mobilizações e de conquistas de direitos à educação, saúde e políticas favoráveis às práticas produtivas para melhoria dos povos indígenas.

- **Interculturalidade e Dialogicidade**

Cada povo indígena possui suas especificidades, diferentes projetos societários, expressões culturais e religiosas. O exercício intercultural entre indígenas das práticas e de trocas culturais, históricas, sociais, religiosas e parentais remota ao período anterior à colonização. O processo colonial liderados no Brasil pelos portugueses, enquanto os povos indígenas, originários dessa terra, foram desconsiderados em suas culturas, nas práticas de vivências, religiosas e suas organizações sociais próprias, ao contrário foi um processo devastador, imperando a submissão e subjugação dos nativos aos colonos e aos padres missionários, os que não aceitavam restavam fugir ou morrerem. Ao longo desse processo, mais de 500 anos de genocídios e de práticas de violências. Mas, ao mesmo tempo, muitos povos indígenas usaram diversas estratégias de resistências e de vivências, submetendo ao sistema escravagista ou subjugação e camuflando suas identidades.

Os atuais povos indígenas de Pernambuco consideram a interculturalidade, a valorização e reavivamento de línguas indígenas, fundamentais para a educação escolar indígena, por proporcionar as trocas e conhecimentos entre povos indígenas e com a sociedade não indígena, considerando as especificidades e diferenças de cada povo e o respeito mútuo entre povos indígenas e a sociedade não indígena, numa perspectiva da valorização e reconhecimento dos conhecimentos dos povos indígenas e da sociedade não indígena, num processo de ensino e aprendizagem que a interculturalidade seja o espaço



propício para a qualificação da educação escolar indígena, privilegiando os estudantes indígenas para as escolhas de participação nas instituições de ensino superior, garantindo o acesso e a permanência e o êxito na formação profissional.

- **Línguas e linguagens**

A educação escolar indígena, além de ser intercultural, é também bilíngue, específica e diferenciada. O bilinguismo nas comunidades indígenas é uma prática educativa fundamental que visa garantir o domínio tanto da língua materna indígena quanto do português. Essa abordagem não apenas promove a preservação e valorização das línguas indígenas, mas também capacita os membros das comunidades a interagir de maneira eficaz no contexto mais amplo da sociedade brasileira.

A língua é um elemento central da identidade cultural. A prática do bilinguismo nas escolas indígenas ajuda a preservar as línguas nativas, que muitas vezes estão em risco de extinção. Ao ensinar e promover o uso da língua materna, as escolas garantem que os alunos continuem a cultivar e transmitir suas tradições e conhecimentos ancestrais.

Cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito de todos os conteúdos curriculares, bem como no desenvolvimento e na reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua. Cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros - formal, coloquial etc. A língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado a todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade.

O ensino bilíngue reforça a identidade indígena ao reconhecer e valorizar a língua e cultura dos povos indígenas dentro do currículo escolar. Isso contribui para a autoestima e o orgulho dos alunos em relação às suas origens. A educação bilíngue promove a interculturalidade ao integrar e valorizar os conhecimentos tradicionais indígenas e o conhecimento ocidental. Isso não só enriquece a experiência educativa dos alunos, mas também promove o respeito e o diálogo entre culturas diferentes. Novos conhecimentos são



mais naturais e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas. A valorização de novos conhecimentos através da valorização da língua indígena ou reavivamento de línguas indígenas, como também valorizar o conhecimento de outras línguas, como é o caso de LIBRAS, por promover uma política de inclusão e acessibilidade para todos(as) os(as) estudantes indígenas surdos. Além de atendimento ao dispositivo legal da obrigatoriedade curricular de LIBRAS nos cursos de licenciaturas.

- **Escola indígena e docência**

A formação do professor e da professora indígenas se materializa no cotidiano da escola indígena e nos processos de formação que se propõem a estabelecer o diálogo entre a prática vivida e a reflexão teórica que possibilite um retorno para uma prática educativa profundamente inserida no contexto organizacional e cultural da escola indígena. A formação para a docência, desse modo, significa que o projeto pensado pela academia não pode planejar a docência indígena a partir dos enfoques dados à docência das escolas convencionais. Docência e escola indígena devem se articular em um processo de formação para que as duas realidades, que são indissociáveis, tenham significado na formação dos professores e professoras.

Estes sete eixos norteiam os processos formativos para a docência em todos os sentidos, tanto do ponto de vista dos conteúdos e vivências curriculares quanto das ações integradoras. Eles não são apenas saberes, são referenciais que emergem da experiência que as culturas e as organizações indígenas conquistaram para guiar a prática pedagógica em escolas indígenas, para marcar os ideais políticos e a defesa das organizações sociais indígenas.

Importante destacar que a formação de professores(as) indígenas em Pedagogia Intercultural Indígena priorizará o cotidiano da educação indígena e educação escolar indígena, num diálogo constante entre teorias e práticas, num exercício sociocultural e educacional que priorize os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos indígenas, indissociáveis para contemplar a formação de professores e professoras indígenas.

A concepção do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena integrada aos núcleos básicos, conforme Resolução do CNE/CP n.º 04/2024, art. 13, incisos I, II, III e IV, está distribuída em quatro núcleos formativos obrigatórios.

O Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG) é composto por componentes curriculares que abrangem os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar indígena, articulando: princípios e fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação escolar indígena; princípios, valores e atitudes comprometidos com os povos indígenas; observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos que considerem experiências e vivências pedagógicas e de situações de ensino e aprendizagem na educação escolar indígena; conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre os indígenas a partir de práticas educativas que incluem conhecimento de processos de desenvolvimento nas dimensões física, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial. Em nosso curso, o Núcleo I, é composto por 16 componentes curriculares descritos no Quadro 6, tendo carga horária de 885 horas.

Quadro 6: Quadro de Componentes Curriculares do Núcleo I

Núcleo I Estudos de Formação Geral	Componentes Curriculares	C.H
	História da Educação Brasileira e Educação Escolar Indígena	60h
	História da Educação Escolar Indígena em Pernambuco	45h
	Análise e Produção de Textos	60h
	Legislação e Direitos Indígenas	60h
	O Ensino para a Formação do Professor Pesquisador	45h
	Antropologia Intercultural	60h
	Introdução à Filosofia Intercultural	45h
	Literaturas Indígenas e Tradição Oral	45h
	Sociologia Anticolonial	60h
	Informática Aplicada à Educação e as Tecnologias Digitais	45h
	Relações de Gênero e Sexualidade na Educação	60h
	Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena	60h



	Língua Brasileira de Sinais na Perspectiva Indígena	60h
	Metodologia da Pesquisa em Educação Intercultural Indígena	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60h
TOTAL		885

O componente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório (Resolução MEC/CNE/CES nº 02/2010) e deve ser realizado durante o último ano do curso, os dois últimos semestres que identificamos na Matriz curricular como Ciclo de Integralização. Trata-se de atividade de iniciação científica como requisito parcial da formação docente que visa investigar temas de interesse do acadêmico e/ou da comunidade utilizando-se instrumentalização metodológica para aprofundamento do tema. A matriz do curso prevê os componentes de TCC I e II (60h cada), com creditação total de 120 (cento e vinte) horas e será regido por normativa elaborada especificamente para o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena.

O Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AAE) é composto por componentes curriculares que compreendem conteúdos específicos da área de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com as demandas sociais e dos sistemas de ensino. Em nosso curso, o Núcleo II, é composto por 32 componentes curriculares descritos no Quadro 7, tendo carga horária de 1.665 horas.

Os Componentes Curriculares Optativos, por visarem a interdisciplinaridade e terem caráter mais flexível, não serão definidas neste PPC de implantação. O corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Sertão PE Campus Floresta terá autonomia para propor disciplinas optativas, definindo seus conteúdos, bibliografia e a relação professor/aluno por turma. Contudo, é importante destacar que a elaboração e a coordenação dessas disciplinas dependem da aprovação prévia do plano de disciplina pelo Colegiado do Curso, a carga horária ser de 60 horas e da adequação às diretrizes do Núcleo II, que visa ao aprofundamento e à aprendizagem dos conteúdos específicos. A oferta de disciplinas optativas está prevista na Matriz Curricular no 5º e 6º semestres, contudo poderá



ocorrer a qualquer tempo havendo demanda dos/as alunos/as e/ou professores/as. A carga horária mínima a ser cumprida pelo aluno em Componentes Curriculares Optativos é de 120 horas.

Quadro 7: Quadro de Componentes Curriculares do Núcleo II

Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	Componentes Curriculares	C.H.
	Projetos Didáticos	60h
	Prática Pedagógica I - Introdução aos Estudos Pedagógicos e a Pedagogia Intercultural	60h
	Prática Pedagógica II - A Função Social da Educação Escolar Indígena.	60h
	Prática Pedagógica III - Alfabetização e Letramento	60h
	Prática Pedagógica IV - Planejamento Educacional para Educação Indígena	60h
	Ludicidade, Educação e Práticas na Educação Escolar Indígena	60h
	Didática Geral e Intercultural	45h
	Metodologias Ativas, Tecnologias Indígenas e Digitais: Relações de aprendizagens.	45h
	Gestão da Educação Intercultural Indígena	45h
	Arte e Cultura Indígena I	60h
	Arte e Cultura Indígena II	60
	Educação indígena: tempos, espaços e saberes.	60h
	Currículo e Conhecimento Escolar Intercultural	45h
	Educação Ambiental e Sustentabilidade em Contexto Indígena	60h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos.	45h



	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil na Educação Escolar Indígena.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação de Jovens e Adultos na Educação Escolar Indígena - Módulos I, II, III e IV.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Física na Educação Escolar Indígena.	45h
	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte na Educação Escolar Indígena -	45h
	Tópicos Específicos da Educação Intercultural I	60h
	Tópicos específicos da Educação Intercultural II	60h
	Educação, Saúde e Práticas Corporais Indígenas	60h
	Literatura Infantil e Processos de Leitura	45h
	Educação Especial e Inclusiva	45h
	Avaliação da aprendizagem e os processos próprios de ensino na Educação Escolar Indígena	45h
	Psicologia da Educação	45h
	Psicologia do Desenvolvimento da Criança e Infância Indígena	45h
	Pedagogia em Espaços Não Escolares	45h
	TOTAL	1635

O Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) é formado pelos componentes curriculares extensionistas e envolvem a execução de ações de extensão. Esses componentes curriculares extensionistas, de caráter multidisciplinar, atendem às demandas específicas dos discentes e contribuem para qualificar sua atuação profissional na área da



Pedagogia, com foco na interculturalidade. Eles promovem uma dinâmica de interconexões entre os conhecimentos próprios dos estudantes, os saberes de povos indígenas e os conhecimentos da sociedade não indígena. Além disso, há uma ênfase na educação intercultural sob a perspectiva da práxis, considerando tanto os conteúdos didáticos quanto a pluralidade das culturas indígenas e suas expressões. Isso favorece a ressignificação e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, possibilitando novas formas de reflexão e atuação docente de maneira contextualizada. Devido ao caráter mais flexível deste PPC de implantação, as ementas dos Componentes Curriculares do Núcleo III não serão previamente definidas. O corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Sertão PE Campus Floresta terá autonomia para propor disciplinas extensionistas, estabelecendo seus conteúdos, bibliografia e a relação professor/aluno por turma. No entanto, é importante ressaltar que a elaboração e a coordenação dessas disciplinas dependem da aprovação prévia do plano de disciplina pelo Colegiado do Curso, da conformidade da carga horária com a matriz curricular e da adequação das temáticas propostas neste PPC. O objetivo é relacionar os conteúdos didáticos com situações diversas do cotidiano e práticas socioculturais de cada povo indígena, ao mesmo tempo em que se promove a troca de experiências e novos aprendizados. Em nosso curso, o Núcleo III, é composto por 05 componentes curriculares descritos no Quadro 8, tendo carga horária de 330 horas.

Quadro 8: Quadro de Componentes Curriculares do Núcleo III

Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão	Componentes Curriculares	C.H.
	Estudo na Aldeia I – Eixo Terra e identidade	60h
	Estudo na Aldeia II – Organização e Gestão territorial	75h
	Estudo na Aldeia III– História, Escola Indígena e Docência	75h
	Estudo na Aldeia IV – Eixo Interculturalidade e Dialogicidade	60h
	Estudos na Aldeia V – Eixo Línguas e Linguagens	60h
	Total	330h

As disciplinas de Estudo na Aldeia são componentes curriculares extensionistas, de caráter multidisciplinar, que atender demandas específicas discentes, contribuindo para qualificar sua atuação profissional na área da Pedagogia com foco na interculturalidade numa dinâmica de interconexões entre os conhecimentos próprios, de outros povos indígenas e da sociedade não indígena.



O Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é composto pelos componentes curriculares que são dedicados à prática de Estágio Supervisionado, que consiste em prática efetiva de docência e/ou de gestão escolar indígena. Tal atividade se efetivará a partir do terceiro semestre do curso. Trata-se de componente curricular obrigatório, a ser planejado coletivamente e regulamentado com o Colegiado do Curso, devendo ser realizado em Escolas Indígenas, sob a orientação do professor de estágio definido pelo conjunto de docentes do Curso. Envolverá atividades relacionadas a planejamento e docência nas diferentes áreas do saber que compõem o Referencial Curricular das Escolas Indígenas ou em atividades de Gestão da Educação Escolar Indígena, quando for o caso. A carga horária total do estágio será realizada ao longo do curso, na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estágio supervisionado considerará em sua completude o Art. 13 e 14 da Resolução CNE/CP nº 04 de 29 de março de 2024.

- 1.
2. ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso;
3. considerar uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes;
4. estar claramente articulado às disciplinas que envolvem a prática de ensino e estabelecer focos claros para cada um dos semestres letivos;
5. contar com a supervisão de membro do corpo docente do curso de licenciatura, cuja área de formação ou experiência profissional seja compatível com as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, que atuará em articulação com a instituição de Educação Básica no acompanhamento das experiências de aprendizagem do licenciando;
6. contar com o apoio e a mediação de profissionais de referência, integrantes dos quadros docentes das escolas, redes e sistemas de ensino, com a tarefa de acolhimento, orientação e
7. diálogo formativo com os licenciandos nas atividades de estágio, a partir de programas e projetos estruturados nos PPCs de seus cursos; e

8. oferecer múltiplas oportunidades estruturadas para que o licenciando aprenda práticas específicas relacionadas ao ensino e à condução dos processos educativos, por meio da observação, discussão, e atuação direta, com múltiplas oportunidades de receber devolutivas sobre sua atuação.” (BRASIL, 2024)

O exercício da prática pedagógica possibilitará a consolidação do que propõe-se para uma escola intercultural, construída pelos professores nas escolas das aldeias a partir da apropriação e reelaboração das práticas pedagógicas existentes, em consonância com discussões envolvendo a comunidade indígena. O Estágio Supervisionado será regido por normativa elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado de Curso, especificamente, para Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena. Em nosso curso, o Núcleo IV, é composto por 05 componentes curriculares descritos no Quadro 9, tendo carga horária de 400 horas.

Quadro 9: Quadro de Componentes Curriculares do Núcleo

Núcleo IV	Componentes Curriculares	C.H.
	Estágio Curricular Supervisionado I- Educação Infantil	100
	Estágio Curricular Supervisionado II - Anos iniciais (1º ao 5º ano)	60
	Estágio Curricular Supervisionado III- Anos iniciais (1º ao 5º ano)	100
	Estágio Curricular Supervisionado IV- Educação de Jovens e Adultos (Módulos I, II, III e IV)	80
	Estágio Curricular Supervisionado V- Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano).	60
	TOTAL	400h

Os Estudos Interculturais Complementares (EIC) têm como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante, por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância.

Consideram-se como Estudos Interculturais Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de



competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais. São EIC:

- Atividades desenvolvidas pelo próprio IFSertãoPE ou outra Instituição de Ensino Superior (iniciação científica, atuação em programas e projetos de extensão, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, entre outros;
- Atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, entre outros).
- Atividades desenvolvidas no interior da Aldeia e que se relacionem com a luta indígena por direitos, tal como atividades em movimentos sociais, associações, cooperativas, coletivos etc.

Para validação das horas e lançamento no sistema acadêmico o estudante deverá entregar o comprovante e acompanhar o registro das horas na matriz curricular, seguindo as orientações e os prazos definidos institucionalmente.

A realização e comprovação dos EIC como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular. As atividades citadas, serão contabilizadas com uma carga horária geral de no mínimo 200 horas e serão avaliadas por comissão específica designada para esse fim, sendo regulamentadas por resolução própria elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE e aprovado pelo Colegiado do Curso institucionalmente., em consonância com a organização acadêmica vigente.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares que fundamentam o desenho do curso, os conteúdos curriculares propostos para a Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena alinham-se às proposições do perfil profissional desejado, contribuindo para a materialização das competências, atitudes e habilidades necessárias.



A interdisciplinaridade no curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta está presente na organização curricular, em diálogo com diferentes campos do conhecimento, evidenciado pela diversidade de disciplinas na matriz curricular. Essa característica da formação docente é uma demanda do mundo contemporâneo, proporcionando ao futuro egresso as condições necessárias para identificar e resolver problemas surgidos na prática profissional.

Portanto, os conteúdos do curso serão pautados pelas especificidades dos povos indígenas, privilegiando os patrimônios étnicos e culturais. Haverá ênfase nos processos políticos e próprios de aprendizagem dos povos indígenas e na promoção de pesquisa pedagógica e científica aliadas aos conhecimentos pedagógicos e às práticas socioculturais, educacionais e ambientais dos povos indígenas de Pernambuco e áreas adjacentes.

A organização curricular do curso contempla conteúdos diversos da Pedagogia numa perspectiva intercultural e pedagógica, pautada nas histórias e culturas dos povos indígenas. O objetivo é atender às demandas específicas dos/as docentes em formação, contribuindo para qualificar sua atuação profissional na área de conhecimento em que atuam ou atuarão.

Para a obtenção do título de graduação, o/a discente deverá ter frequência mínima de 75% em todas as disciplinas, tanto em aulas práticas quanto teóricas, e ter obtido todos os créditos das atividades acadêmicas propostas na estrutura curricular, dentro dos prazos estabelecidos. O quadro a seguir apresenta um resumo da carga horária do curso:

Quadro 10: Quadro Resumo da Carga Horária do Curso

Atividade	Carga Horária	Percentual
Componentes Curriculares do Núcleo I Estudos de Formação Geral (EFG)	885 h	27,23%
Componentes Curriculares do Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE)	1635 h	50,31%
Componentes Curriculares do Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	330 h	10,15%
Componentes Curriculares do Núcleo IV Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	400 h	12,31%



TOTAL	3250 h	100,0%
-------	--------	--------

4.5. Alinhamento das Propostas Institucionais do Curso à BNCC

A atuação do/a professor/a do Pedagogo vai além da sala de aula e, portanto, a construção do currículo implica na formação de indivíduos capazes de atuar na sociedade em sintonia com as atuais dinâmicas e práticas sociais. Assim, desenvolver e aperfeiçoar o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena é também uma forma do IFSertãoPE participar no cumprimento do Plano Nacional de Educação, com ações voltadas para a formação de professores/as para a Educação Básica, colaborando para a realização metas e estratégias do PNE; do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016; e do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, com referência aos artigos 11, inciso IV, alínea a e artigo 13, incisos I e II, que estabelecem as competências da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB).

A construção do currículo proposto dialoga com as dez competências gerais da BNCC, quais sejam: 1. conhecimento, 2. pensamento crítico, científico e criativo 3. repertório cultural, 4. comunicação, 5. cultura digital, 6. trabalho e projeto de vida, 7. argumentação, 8. autoconhecimento e autocuidado, 9. empatia e cooperação e 10. responsabilidade e cidadania. O objetivo é que, durante a trajetória de formação no curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, os/as estudantes possam construir uma base substancial de conhecimentos teóricos, práticos e profissionais que lhes possibilitem atuar no cotidiano sobre a realidade de cada contexto, considerando as especificidades para apoiar as aprendizagens dos/as estudantes, oferecendo conhecimentos e experiências sólidas que favoreçam a aprendizagem aos/as alunos/as da Educação Básica e que simultaneamente possibilitem a continuidade das aprendizagens docentes ao longo de sua vida profissional.

O uso das tecnologias digitais tem crescido em diversos contextos educativos e, com isso, aumentado a demanda por uma formação prática, metodológica e contextualizada com os diferentes espaços de aprendizagem.



O constante avanço das tecnologias digitais e dos seus usos na educação inseriu professores/as e estudantes em um contexto permeado por novas formas de ensinar e aprender. Os novos perfis de estudantes tencionam cada vez mais mudanças no trabalho pedagógico dos/as professores/as e nos currículos escolares, impulsionando a incorporação de tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender, bem como trazendo novas demandas de formação e inovação pedagógica, pautadas na inclusão digital e no uso crítico e criativo das diferentes mídias e tecnologias, para o exercício da cidadania.

O uso das tecnologias digitais na educação implica uma mudança social, cultural e curricular que valoriza um novo tipo de saber e exige conhecimento e domínio de novas habilidades intelectuais e práticas/experiências. Nessa perspectiva, a formação pedagógica e metodológica precisa viabilizar a transformação dos usos sociais de tecnologias digitais em usos pedagógicos/educacionais. Nesse sentido, destacamos a necessidade de que o currículo da formação inicial, entendido como prática cultural, produtor de sentidos e de significados, possibilite uma formação em que as mídias e as tecnologias digitais sejam compreendidas como artefatos culturais e seus usos como ampliação dos espaços de colaboração, criação, autoria, protagonismo discente/docente e inovação pedagógica.

A inovação das práticas pedagógicas não se restringe ao uso de tecnologias digitais, mas sim às mudanças nas percepções sobre ensinar e aprender, no desenvolvimento de estratégias e metodologias de trabalho pedagógico pautadas na aprendizagem ativa, na autonomia, na colaboração, no exercício da criatividade e no estímulo ao desenvolvimento de projetos, ideias e soluções para resolução de problemas reais que possam trazer soluções práticas e contextualizadas para os diferentes espaços de atuação.

Nessa perspectiva, a proposta de formação estimulará uma atitude empreendedora na aprendizagem, com o propósito de estimular o pensamento crítico, a análise de problemas complexos e a busca por soluções inteligentes para esses problemas. Essas atitudes empreendedoras, baseadas na observação, no exercício da empatia, na experimentação, na proatividade, na valorização do erro como elemento importante da aprendizagem, na validação de ideias e também na possibilidade de mudar a percepção a partir dessa validação, são habilidades extremamente importantes para a formação docente



e darão subsídios para o desenvolvimento de uma prática pedagógica contextualizada com o novo cenário social, intercultural e tecnológico.

4.6. Matriz Curricular

4.6.1. Organização por Períodos Letivos e Pré-requisitos

Quadro 11: Quadro da Matriz Curricular com distribuição da Carga Horária de Componentes

1º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
História da Educação brasileira e Educação Indígena.	45	15	60	
Análise e Produção de Textos	45	15	60	
Antropologia Intercultural	45	15	60	
O ensino para a formação do professor pesquisador	30	15	45	
Prática Pedagógica I- Introdução aos estudos pedagógicos e a Pedagogia Intercultural	45	15	60	
Estudo na Aldeia I: Eixo Terra e identidade	20	40	60	
Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena	45	15	60	
Total	275	130	405	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

2º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Legislação e Direitos Indígenas	45	15	60	
Sociologia Anticolonial	45	15	60	
Literaturas Indígenas e Tradição Oral	30	15	45	
Didática Geral e Intercultural	30	15	45	
Psicologia da Educação	30	15	45	
Prática Pedagógica II- A função social da Educação Escolar Indígena	45	15	60	
História da Educação Escolar Indígena em Pernambuco	30	15	45	
Estudo na Aldeia II: Eixo: Organização e gestão territorial.	15	60	75	
Total	270	165	435	

3º semestre



Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Prática Pedagógica III- Alfabetização e Letramento	45	15	60	
Fundamentos e Metodologias do Ensino Da Educação Infantil na Educação Escolar Indígena	30	15	45	
Psicologia do Desenvolvimento da Criança e concepções de infância indígena	30	15	45	
Gestão da Educação Intercultural Indígena	30	15	45	
Educação Especial e Inclusiva	30	15	45	
Introdução à Filosofia Intercultural	30	15	45	
Literatura Infantil e processos de leitura.	30	15	45	
Estágio Curricular Supervisionado I- Educação Infantil	30	70	100	
Total	255	175	430	

4º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Informática aplicada à educação e as tecnologias digitais	30	15	45	
Educação indígena: tempos, espaços e saberes	45	15	60	
Ludicidade, educação e práticas na Educação Escolar Indígena	45	15	60	
Arte e Cultura Indígena I	45	15	60	
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos	30	15	45	
Prática Pedagógica IV- Planejamento Educacional para Educação Escolar Indígena	45	15	60	
Estudo na Aldeia III: Eixo História, Escola Indígena e docência	15	60	75	
Estágio Curricular Supervisionado II- Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	20	40	60	
Total	275	190	465	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

5º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Optativa I- Tópicos Específicos da Educação Intercultural I	45	15	60	
Fundamentos e Metodologias do Ensino Da Matemática na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos	30	15	45	
Fundamentos e Metodologias do Ensino De Geografia na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens	30	15	45	



5º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
e Adultos				
Projetos Didáticos	45	15	60	
Metodologias Ativas, Tecnologias Indígenas e Digitais: Relações de Aprendizagem.	30	15	45	
Estágio Curricular Supervisionado III- Ensino Fundamental Anos iniciais (1º ao 5º ano)	30	70	100	
Total	210	145	355	

6º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Optativa II- Tópicos Específicos da Educação Intercultural II	45	15	60	
Arte e Cultura Indígena II	45	15	60	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Educação Escolar Indígena- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos	30	15	45	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educ. Jovens e Adultos	30	15	45	
Pedagogia em espaços não escolares	30	15	45	
Relações de Gênero e Sexualidade na Educação	45	15	60	
Avaliação da aprendizagem e os processos próprios de ensino na Educação Escolar Indígena	30	15	45	
Estudos na Aldeia IV – Eixo Interculturalidade e dialogicidade	15	45	60	
Total	270	150	420	

TIF: Tempo IF; TC: Tempo Aldeia; TIF + TC: Tempo IF somado ao Tempo Aldeia

7º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Metodologia de Pesquisa em Educação Intercultural Indígena	45	15	60	
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação de Jovens e Adultos na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais - Módulos I, II, III e IV.	30	15	45	
Educação Ambiental e Sustentabilidade em Contexto Indígena	45	15	60	



7º semestre				
Componente	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Currículo e Conhecimento Escolar Intercultural	30	15	45	
Fundamentos e Metodologias do ensino da Arte na Educação Escolar Indígena	30	15	45	
Estágio Curricular Supervisionado IV- Educação de Jovens e Adultos	20	60	80	
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	60	
Total	230	165	395	

8º semestre				
Disciplina	TIF	TA	TIF+TA	Pré-requisitos
Língua Brasileira de Sinais na perspectiva Indígena	45	15	60	
Fundamentos e metodologias do ensino da Educação Física na Educação Escolar Indígena	30	15	45	
Educação, Saúde e Práticas Corporais Indígenas	45	15	60	
Estudos na Aldeia V– Eixo Línguas e linguagens	15	45	60	
Estágio Curricular Supervisionado V- Ensino Fundamental Anos iniciais(1º ao 5º ano)	15	45	60	
Trabalho de Conclusão de Curso II	45	15	60	TCC I
Total	195	150	345	
Carga Horária Total dos Componentes Curriculares				3250
Carga Horária dos Estudos Interculturais Complementares				200
Carga Horária do Curso				3450

4.7. Atividades Curriculares de Extensão

Conforme o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o



ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 09).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº13.005/2014, estabelece na Meta 12, item 12.7, que se deve “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Ainda neste sentido, a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências”.

A extensão universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre instituição de ensino e outros setores da sociedade. As ações extensionistas vêm sendo, cada vez mais, reconhecidas como essenciais para as instituições de ensino, visto que há a inserção de estudantes em campo, promovendo momentos de reflexão e identificação de demandas locais regionais, construindo um diálogo com a comunidade externa e trazendo consigo propostas de melhorias para a sociedade.

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 29), com a proposta de “Universalização da extensão universitária”, destaca a importância dessa medida para o fortalecimento das ações e das propostas extensionistas, baseadas na integração, no diálogo, na interdisciplinaridade e interprofissionalidade, e impacta a formação do educando e a transformação social.

Conforme legislação vigente, o IFSertãoPE, seguindo a atual resolução nº 07 do conselho superior, de 04 de março de 2021, que “Aprova o Regulamento de Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE”, regulamenta as atividades extensionistas no âmbito do IFSertãoPE.

Nesse sentido, este projeto de curso prevê o cumprimento de no mínimo 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão, integradas à matriz e à organização



curricular do curso, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a instituição e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino, a pesquisa e a inovação.

Por isso, enquanto documento sujeito à dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, este projeto de curso deve levar em conta a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio pedagógico. A qualidade do ensino do curso está efetivamente ligada ao cumprimento da função social do Instituto que é a de ensinar, pesquisar e praticar a extensão em favor do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo. Essa ideia baseia-se em atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizadoras, onde a aprendizagem deve partir das observações próprias para investigar o conhecimento e o mundo ao seu redor.

Ao curso cabe dar direção para o processo formativo do aluno, pautando-se no proposto em seu PPC, levando em consideração os princípios éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e do compromisso com a questão ambiental. Tais princípios serviram de inspiração para a elaboração deste Projeto do Curso e, entende-se, que a discussão e a reflexão ampliada deles são pressupostos que deverão orientar o trabalho pedagógico dos envolvidos em suas diversas atividades.

Nesta proposição cabe iniciar apontando que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são princípios básicos da formação e da produção do conhecimento no Ensino Superior. Neste sentido, a proposição de indissociabilidade destas funções em um curso de formação de professores da Educação Básica se torna essencial uma vez que uma formação em que o conteúdo é reduzido ao exercício, ou em reflexões subjetivas e particularizadas, pouco ou nada contribuirá com o exercício profissional destes alunos.

Hoje é amplamente defendida pela comunidade acadêmica a concepção de professor como pesquisador e, mais recentemente as orientações são ampliadas para a necessidade de que haja na formação deste professor uma perspectiva de reflexão-ação-reflexão-ação que não seja resumida a ação individualizada; que neste processo de reflexão o futuro professor abarque a construção teórica de múltiplas disciplinas, dentre elas a sociologia, história e



filosofia e construa um aparato teórico que dê conta das demandas sociais da atualidade.

Nesse sentido, para cumprir a curricularização da extensão, constam na matriz curricular do curso 5 (quatro) Componentes Curriculares Extensionistas denominados Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE): Estudo na Aldeia I: Eixo Terra e identidade (60 h), Estudo na Aldeia II: Eixo Organização e Gestão territorial(75 h), Estudo na Aldeia III: História, Escola Indígena e docência(75) Estudo na Aldeia IV: Interculturalidade e Dialogicidade (60 h) e Estudo na Aldeia V: Eixo Línguas e linguagens(60 h) que totalizam 330 (trezentas e trinta) horas. Esses componentes de Estudo na Aldeia deverão possibilitar a vivência de práticas diversas e aprofundamento na prática escolar, de modo a estabelecer intercâmbio e relações com a comunidade.

Além disso, as Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), caracterizadas pelo processo de interação entre o IFSertãoPE e outros setores da sociedade, deverão ser desenvolvidas pelos estudantes no decorrer do curso, sob as seguintes modalidades, conforme a Resolução CONSUP IFSertãoPE nº 07/2021:

- **Programas:** conjunto articulado de propostas curriculares e outras ações de extensão, governamentais ou não, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de ensino, pesquisa e de inovação.

- **Projetos:** conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa.

- **Cursos e Oficinas:** atividades acadêmicas sistematizadas de ensino incluídas nos currículos escolares que permitem ao aluno aprofundamento no seu campo de atuação profissional, através de ações de extensão. Eventos: acontecimento planejado, organizado e coordenado por servidores docentes e/ou administrativos em conjunto com alunos, com objetivos educacionais, comunitários ou promocionais, direcionados às experiências profissionais vinculadas aos cursos institucionais.

- **Prestação de Serviços:** realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros, de ordem intelectual ou mão de obra física e/ou produtos, vinculado ao Projeto Pedagógico



dos Cursos (PPC), com objetivo de aperfeiçoar a prática profissional discente.

4.8. Estudos Interculturais Complementares

Os Estudos Interculturais Complementares constituem parte do processo formativo no âmbito do currículo e possibilitam a integração entre a teoria e a prática, mediante a diversificação e aprofundamento de estudos, estimulando o discente na participação de eventos acadêmicos e em atividades de iniciação científica, orientação à pesquisa, extensão e prática profissional.

As Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena enfatiza que as atividades complementares, aqui compreendido como Estudos Interculturais Complementares, são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do/a formando/a, possibilitando o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes necessárias ao exercício profissional que valorize os modos de se produzir conhecimento pedagógico de diferentes grupos culturais, com a valorização dos saberes produzido pelos povos indígenas.

Os Estudos Interculturais Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) – Campus Floresta, compõem-se de estudos interculturais, como estudantes participantes do Programa Residência Pedagógica, Programa de Iniciação à Docência (PIBID Diversidade), Programa de Educação Tutorial (PET Indígena), realização de projetos de ensino, científicos, extensão e culturais (podendo compor até 100 h). A participação em eventos acadêmicos poderá computar no máximo 60h/a: Congresso, Fóruns, Colóquios, Simpósio etc., e as atividades exclusivas dos povos indígenas: Encontros Indígenas, Assembleias, Feiras escolares etc., poderão computar no máximo 60h. Para além disso, publicações (anais, revistas científicas, livros e outros) que poderá computar no máximo 60h. Para este curso são destinadas 200 (duzentas) horas para a realização dos estudos interculturais complementares, sendo obrigatória sua integralização para graduação do/a estudante.

Todas as atividades complementares devem acontecer em espaços pedagógicos e



educacionais com o objetivo de ampliar conhecimentos interdisciplinares acadêmicos,

científicos e culturais dos(as) estudantes, integrando seu trabalho acadêmico e profissional com outras áreas de conhecimentos das sociedades indígenas e não indígenas.

Os estudos interculturais complementares serão avaliados por uma comissão específica designada para esse fim, sendo regulamentadas por resolução própria e elaborada pelo colegiado do curso, em consonância com a organização acadêmica vigente, sendo responsável por:

- Elaborar o Regimento dos Estudos Interculturais Complementares e Extensionistas do Curso, com base nas resoluções vigentes do IF Sertão PE que tratem do assunto na instituição;
- Orientar os estudantes quanto a realização das atividades complementares e de extensão e a necessidade de aproveitamento das mesmas como carga horária obrigatória do curso;
- Apresentar aos estudantes do curso, um cronograma para abertura do processo para aproveitamento da carga horária de atividades complementares e de extensão;
- Receber as solicitações de aproveitamento dos estudantes;
- Proceder com a conferência dos documentos comprobatórios e o devido registro junto à Coordenação do Curso, além da Coordenação de Extensão e a Coordenação de Controle Acadêmico do campus;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares e de extensão realizadas no âmbito do curso, incluso as atividades realizadas dentro dos Componentes Curriculares Obrigatórios, Optativos e Extensionistas.

4.9. Estágio Curricular Supervisionado

Segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta os estágios, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do/a estudante. O estágio integra o itinerário formativo do/a educando/a e faz parte do projeto pedagógico do curso.

No IF Sertão PE, o estágio curricular está regulamentado pela Resolução nº 12/2015 do Conselho Superior, que aprova o Regulamento de Estágio para Cursos do IF Sertão PE,



complementada pela Resolução nº08/2019 do mesmo conselho, alterando apenas o art. 10 da resolução anterior. O Regulamento descreve o estágio curricular como um conjunto de atividades que tem como objetivos:

- I. relacionar os conteúdos e contextos para ressignificar as aprendizagens;
integrar vivência e prática profissional ao longo do curso;
- II. possibilitar a prática de atividades que contemplem aspectos sociais, profissionais, científicos e culturais;
- III. favorecer a vivência de situações reais de vida e de trabalho;
- IV. estimular a interação com o mundo do trabalho;
- V. favorecer a transição da vida estudantil para o mundo do trabalho;
- VI. contextualizar conhecimentos advindos dos ambientes de trabalho para retroalimentação dos cursos.

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas (Resolução MEC/CNE/CES nº 02/2010). Nesse sentido, o estágio curricular supervisionado obrigatório para a Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena tem como objetivo oportunizar a realização de atividades práticas de ensino formal em escolas regulares, que possibilitem a aplicação de conhecimentos, a formação de atitudes e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à prática profissional docente.

A estrutura do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta contempla o estágio curricular supervisionado como componente curricular obrigatório, com carga horária total de 420 (quatrocentos e vinte) horas, com início a partir do 1º semestre do curso é realizado nas escolas ou em outros espaços educacionais dos Territórios Indígenas.

Para realizá-lo, o/a discente deverá estar obrigatoriamente matriculado/a na



disciplina pela Coordenação de Controle Acadêmico, estando a matrícula condicionada ao/a estudante ter disponível vaga de estágio. O estagiário terá um docente orientador do IF Sertão PE Campus Floresta, indicado pelo Colegiado em acordo com o estagiário/a, que será responsável pela orientação do educando/a, incluindo o relatório de estágio; e um supervisor/a, indicado pela escola ou outro espaço educacional do Território Indígena, que será responsável pelo acompanhamento das atividades no local do estágio, o qual deverá ser um profissional legalmente habilitado.

O/A estagiário/a deverá encaminhar os documentos requeridos e assinar termo de comprometimento junto ao Setor Responsável, e só poderá alterar esse termo com prévia autorização da Coordenação do Curso e do/a Orientador/a.

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno/a estagiário/a, devendo constar no Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas

presenciais, o estágio poderá ter jornada semanal de até 40 (quarenta) horas.

Por fim, fica estabelecido que, por ser uma atividade obrigatória, o aproveitamento deste componente curricular dar-se-a, mediante solicitação de aproveitamento, sendo necessário que o estudante solicite abertura de processo de validação por competência conforme legislação vigente, considerando 200 horas como carga horária máxima a ser dispensada.

4.10. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica que expressa a capacidade dos/as estudantes de abordar e sistematizar os conhecimentos e habilidades adquiridos no curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, devendo ser realizado individualmente ou em dupla, com tema de livre escolha do/a discente, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais.

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória para todos os/as



estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta, com vistas à colação de grau.

O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas Trabalho de Conclusão de Curso I (60h) e Trabalho de Conclusão de Curso II (60h). Indica-se como etapas do desenvolvimento do TCC: Trabalho de Conclusão de Curso I: Construção e apresentação do projeto de TCC; e para Trabalho de Conclusão de Curso II: Desenvolvimento e execução do projeto de trabalho de conclusão de curso, bem como, escrita e apresentação pública da produção. Poderá cursar o componente curricular TCC II os/as estudantes que tenham sido aprovados/as no componente curricular TCC I.

O/A professor/a orientador/a deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, campus Floresta do IF Sertão PE. Os/As professores/as substitutos/as poderão realizar a orientação de TCC, desde que o seu contrato esteja vigente até o término da referida orientação. No caso de encerramento do contrato, o Colegiado de Curso deverá indicar um novo/a professor/a orientador/a para o/a discente, podendo o ex-professor/a substituto/a continuar como coorientador/a.

Em relação ao TCC, a Organização Acadêmica do IF Sertão PE, em seu Artigo 44, estabelece que:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa uma síntese do processo de ensino e aprendizagem teórico-prático e deverá ser orientado por um professor/a previamente designado pela Coordenação de Curso.

§ 1º Os elementos constitutivos no caput deste artigo serão definidos de acordo com a natureza do curso e descritos no PPC.

§ 2º A definição da temática a ser abordada no TCC deverá ter estreita relação com o perfil de conclusão do curso.

§ 3º O TCC deverá ser apresentado perante uma Banca Examinadora, cujas normas e critérios de avaliação serão formulados pela Coordenação do Curso.



§ 4° A Banca Examinadora deverá ser constituída por 03 (três) professores(as)/pesquisadores(as), sendo preferencialmente 02 (dois) desta Instituição e 01 (um) externo.

§ 5° O orientador/a presidirá a sessão de defesa do TCC, mas não atribuirá nota ao/a orientando/a.

§ 6° O TCC, quando componente curricular, deverá ter registro de atividades apropriado e ser devidamente assinado pelo professor/a responsável.

§ 7° Cada professor/a orientador/a, preferencialmente, deverá orientar 03 (três) estudantes no semestre letivo, exceto em condições adversas. Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena.

No curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta, o TCC será realizado ao longo do último ano de estudos através das unidades curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Os mecanismos de acompanhamento do TCC, além encontros semanais a serem definidos entre aluno/a e orientador/a, compreendem:

- pré-banca de avaliação do TCC: ao final da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I”, composto pelo docente orientador/a e dois/duas outros/as docentes do curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da pré-banca, resultado da média das notas atribuídas pelos membros, incluindo a nota do/a docente orientador/a;

- banca examinadora do TCC: ao final da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II”, composto pelo/a docente orientador/a, um/a docente do curso e um membro externo, docente ou não, com experiência comprovada na área do tema/objeto estudado. A participação do membro externo deve ser aprovada previamente pelo/a docente orientador/a e pela Coordenação do Curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da Banca, resultado da média das notas atribuídas pelos membros, incluindo a nota do/a docente orientador/a.

O Colegiado do Curso deverá definir e acompanhar um Regulamento interno, de



acordo da Organização Acadêmica do IF Sertão PE (Art. 44), estabelecendo todas as normas e critérios de avaliação específicas relacionadas ao TCC, no curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta. O documento será desenvolvido e anexado a este PPC até o 6º semestre da primeira turma do curso, isto é, até final do terceiro ano de implantação do curso. O Regulamento de TCC deve conter: critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração.

4.11. Metodologia

A proposta metodológica do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta está pautada nos fundamentos e objetivos constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Resolução MEC/CNE/CES nº 02/2010, bem como na Organização Acadêmica dos Cursos do IF Sertão PE, aprovada pela Resolução nº 41 do Conselho Superior, de 09 de dezembro de 2020. Pretende-se construir parâmetros para nortear as práticas metodológicas das componentes curriculares teorias e práticas, como também metodologias que contribuam para as realizações das atividades no Tempo IF e Tempo Aldeia, promovendo condições para os/as estudantes sistematizarem os conhecimentos inerentes ao campo disciplinar, como também as outras atividades ofertadas, como projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, através de metodologias diversas, a exemplo, a metodologia da História Oral (ALBERTI, 2004) possibilitadora de registros das memórias indígenas como fontes documentais (HALBWACHS, 2004).

Libâneo (2013, p. 170), entende que o “conteúdo determina o método, pois é base informativa concreta para atingir os objetivos.” Nesse aspecto, os métodos não são independentes dos objetivos e conteúdos curriculares. A articulação desses elementos são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

Considerando os elementos fundamentais para uma formação contextualizada e consonância com as demandas exigidas para o perfil do/a egresso/a, o curso deverá contemplar os seguintes procedimentos metodológicos, sem prejuízos de outros aspectos formativos:

- problematização do conhecimento, contribuindo para construção e



reconstrução do saber, estimulando a capacidade de pensar do/a discente e sua apreensão e transformação da realidade;

- incentivo à prática de estudo independente, privilegiando uma progressiva autonomia intelectual e profissional do discente;
- valorização das experiências prévias dos/as estudantes e a inter-relação com os conhecimentos sistematizados e produção científica;
- articulação e integração das diferentes áreas de conhecimentos, por meio da atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- planejamento de trabalho pedagógico, visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social;
- comprometimento com o conjunto de atividades previstas para o curso, objetivando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional do professor de pedagogia;
- adoção da pesquisa como princípio pedagógico, promovendo a capacidade de iniciativa, apreciação pela leitura, descoberta, reflexão, espírito crítico, produção de conhecimento e intervenção na realidade;
- promoção das atividades de extensão, aproximando os/as estudantes das necessidades e anseios da comunidade;
- utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos educativos previstos no Tempo IF ou no Tempo Aldeia, proporcionando uma aprendizagem criativa, crítica e empreendedora;
- reconhecimento das metodologias ativas como experiência instigadora do desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e do protagonismo dos/as estudantes, dentre elas: sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, gamificação, dentre outras;
- acompanhamento dos/as estudantes por meio de ações pedagógicas, atendimento psicológico, política de assistência estudantil, atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, monitorias, atendimento individualizado para o esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, eventos, estágio



supervisionado e trabalho de conclusão de curso;

- promoção da igualdade de oportunidades e condições ao/a estudante com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

De maneira geral, o curso adotará uma abordagem metodológica pautada numa organização conjunta das dimensões teóricas, práticas, comunicativas e avaliativas dos componentes curriculares descritos. Numa primeira fase metodológica abordaremos os conhecimentos teóricos fundamentais relativos à natureza da educação e da pedagogia. É de fundamental importância a consideração dos aspectos da epistemologia e da história como parte dos conhecimentos abordados. Uma segunda abordagem metodológica está pautada nos conhecimentos localmente contextualizados abrangendo estudos abordados a partir das referências socioculturais ou antropológicas. Pretende-se a partir da análise do material proposto promover práticas de comunicação oral e escrita (individualmente ou em grupo).

Os recursos para sala de aula, como a manipulação e confecção de materiais didáticos (que poderão ser construídos pelo grupo), vídeos, softwares, entre outros, são fundamentais para a formação de professores. Bem como o recurso a resolução de situações problemas envolvendo diferentes temáticas relacionadas às disciplinas obrigatórias e eletivas.

As reflexões teóricas e metodológicas primordiais serão pautadas nas histórias e culturas dos povos indígenas, com ênfase Interculturalidade, específica e diferenciada, proporcionando as conexões entre os conhecimentos socioeducacionais e culturas indígenas e os conhecimentos da sociedade não indígena. Contributos essenciais para contemplar as diversas experiências de comunidades escolares indígenas aliadas aos conteúdos didáticos ofertados nas licenciaturas para proporcionar reflexões, produções de conhecimentos científicos e didáticos para o fortalecimento dos povos indígenas envolvidos (SANTOS, ALMEIDA, OLIVEIRA, 2023).

4.12. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é uma atividade didática necessária e acompanhará o processo de ensino e aprendizagem no decorrer do curso, norteador o trabalho conjunto do/a professor/a e



aluno/a com os objetivos propostos, a fim de constatar os progressos e dificuldades, reorientando o trabalho para as reflexões e correções necessárias acerca do aproveitamento escolar. Entende-se que a avaliação é uma tarefa complexa e não se limita à realização de provas e tampouco ao procedimento de atribuição de notas. A mensuração fornece informações que deverão ser analisadas

qualitativamente na perspectiva do rendimento escolar e funções educativas.

No panorama institucional, a avaliação da aprendizagem deve promover a melhoria da qualidade educacional do/a aluno/a, com ênfase no processo de ensino e aprendizagem tanto individual quanto coletivo. Nesse sentido, a avaliação é vista como um processo contínuo e

cumulativo, integrada ao ensino e aprendizagem, atendendo com isso as funções diagnóstica, formativa e somativa. A função diagnóstica é realizada no início do processo para o direcionamento do/a professor/a a partir da identificação dos conhecimentos prévios dos/as alunos/as, possibilitando a reflexão, adequação e execução planejamento. A função formativa proporciona o acompanhamento do desenvolvimento dos/as discentes, auxiliando na correção de possíveis falhas e continuidade do trabalho. A função formativa é realizada no final do processo, resultando na classificação quanto ao nível de desenvolvimento dos/as estudantes.

Tal dinâmica funda-se na indissociável relação teoria/prática e manifesta-se em três perspectivas de avaliação:

- do processo de discussão acerca das possibilidades e limites da educação escolar indígena no contexto histórico, político, econômico e cultural atual;
- do processo de aprofundamento acerca de conhecimentos teóricos e metodológicos inerentes aos cursos e do nível para o qual a sua formação se dirige;
- da capacidade de organizar o seu trabalho docente e de dinamizar o currículo da escola indígena em geral e nas séries de sua atuação específica em particular.

Na concepção de Libâneo (2013), a avaliação escolar deve cumprir pelo menos três funções que atuam de forma interdependente, são elas: pedagógico-didática, diagnóstico e controle. A função pedagógico-didática refere-se ao papel da avaliação no cumprimento dos



objetivos gerais e específicos da educação escolar. A função de diagnóstico possibilita a identificação dos progressos e dificuldades dos/as aluno/as e a atuação do/a professor/a, determinando modificações para o melhor cumprimento dos objetivos. E por fim, a função de controle, relacionada aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, permitindo o diagnóstico das situações didáticas.

Orienta-se que o ato de avaliar supere a prática de verificação que se limita com a concretização ou confirmação do objeto trabalhado. Conforme Luckesi (2011, p. 52), a avaliação implica na “coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto.” Assim, diferentemente da verificação, a avaliação envolve um ato que exige decisão e direcionamento do objeto, contribuindo para a melhoria da qualidade e do nível de aprendizagem dos/as alunos/as.

Nesse contexto, faz-se necessária a utilização de instrumentos diversificados para avaliação,

levando em consideração os objetivos instrucionais e os resultados de aprendizagem dos/as estudantes. A proposta é que os instrumentos avaliativos colaborem para o diagnóstico e reflexão da efetividade do trabalho desenvolvido e na atribuição de qualificação, possibilitando a reorientação ou avanço da aprendizagem. Assim, a avaliação contribuirá para a melhoria da aprendizagem do/a educando/a e do sistema de ensino. Nessa perspectiva e na proposta da Organização Acadêmica do IFSertãoPE, espera-se que o/a professor/a desenvolva diversas formas de avaliação, dentre elas:

- autoavaliação;
- arguições;
- fichas de observações;
- estudo de casos;
- exercícios;
- experimentações em laboratórios;
- exposições;



- inventários;
- levantamento de campo;
- observação;
- relatórios;
- resolução de situações-problema;
- produção de artigos;
- projetos de pesquisa e extensão;
- provas escritas;
- trabalhos individuais e coletivos;
- utilização de programas computacionais; entre outras.

Recomenda-se a diversificação de avaliações, com a utilização, de no mínimo, dois instrumentos avaliativos. O plano de ensino, critérios e valores das avaliações adotados pelo/a professor/a deverão ser apresentados no início de cada período letivo para que o/a aluno/a compreenda e corresponda aos objetivos de aprendizagem, garantindo o seu desenvolvimento, participação e assimilação ativa dos conteúdos. É assegurado ao/à estudante o acesso aos resultados das avaliações, médias e o quantitativo de faltas nos componentes curriculares.

O registro de rendimento acadêmico observará a apuração da assiduidade e a avaliação do rendimento qualitativo e quantitativo nos componentes curriculares. Para efeito de aprovação ou reprovação, será observado o percentual de frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular e os resultados das avaliações expressos em notas graduadas, respeitando os critérios e percentuais presentes na Organização Acadêmica do IFSertãoPE.

O instrumento final de avaliação, quando necessário para recuperação do/a aluno/a, servirá como ferramenta de superação das dificuldades de aprendizagem e enriquecimento do processo formativo por meio de revisão e discussão de eventuais dúvidas, consistindo em uma avaliação escrita ou atividade prática, abrangendo todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

No final de cada período letivo o/a discente terá um coeficiente de rendimento



escolar (CRE) registrado no histórico, que corresponderá à média dos componentes curriculares cursados com aprovação ou reprovação. O/A estudante reprovado/a por falta não terá seu componente curricular contado para cálculo do CRE.

Para estar apto à colação de grau, o/a aluno/a deverá ter obtido notas de aprovação em todas as disciplinas obrigatórias do curso, ter cumprindo a carga horária mínima dos Estudos Interculturais Complementares e disciplinas optativas, bem como a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso, e a conclusão das horas destinadas ao Estágio Supervisionado Curricular, bem como atendimentos às Resoluções nacionais que estabelecem critérios para a finalização do respectivo curso.

Por fim, as avaliações ocorrerão ao longo de cada semestre de acordo com a Organização Acadêmica em vigor e serão registradas no Sistema Eletrônico adotado pelo IFSertãoPE. Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do curso, com a observância dos dispositivos legais vigentes.

4.13. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

O aproveitamento dos estudos é contemplado pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996), que garante aos/as alunos/as de cursos superiores o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores. No IFSertãoPE, de acordo com a Organização Acadêmica, será assegurado o direito ao aproveitamento de estudos realizados, o/a aluno/a que:

- I. for classificado em novo Processo Seletivo;
- II. ingressar como Portador/a de Diploma;
- III. tenha sido transferido/a de outra instituição ou tenha efetuado transferência interna de curso;
- IV. tenha participado de mobilidade estudantil ou tenha cursado o componente curricular com proveito, como aluno/a regular ou não, em outra instituição.

Ainda segundo a Organização Acadêmica o aproveitamento de conhecimento e



experiências anteriores será feito mediante requerimento enviado à Coordenação de Controle Acadêmico do campus pelo/a aluno/a ou por seu representante legal, devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I. histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e a verificação dos rendimentos escolares dos componentes curriculares;
- II. ementa dos componentes curriculares com programas de ensino, cursados no mesmo nível de ensino ou Curso de nível superior.

Vale ressaltar que, considerando a especificidade do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, o aproveitamento dos estudos realizados poderá concretizar-se, se e somente se, a origem estiver fundamentada em um curso de Interculturalidade Indígena.

A verificação do aproveitamento dar-se-á após análise do processo, desde que seja respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e a carga horária igual ou superior a do(s) componente(s) do curso pretendido, com parecer favorável do/a professor/a do componente curricular e do/a Coordenador/a do Curso. Não será concedida dispensa no componente curricular que tenha pré-requisito e que este não tenha sido cumprido.

Outra forma de aproveitamento de experiências anteriores prevista pela Organização Acadêmica do IF Sertão PE é a Avaliação de Competências. Trata-se de um processo de reconhecimento e certificação de estudos, conhecimentos, competências e habilidades anteriormente desenvolvidas por meio de estudos não necessariamente formais ou no próprio trabalho, a qual se dará através de exame individual do/a aluno/a.

As inscrições para a Avaliação de Competências deverão ser feitas sempre no início de cada período letivo de acordo com o seguinte calendário: o/a aluno/a terá prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de início do período letivo para fazer o requerimento junto à Coordenação de Controle Acadêmico. O requerimento será encaminhado à Coordenação do Curso, que comunicará a solicitação à chefia do Departamento de Ensino, indicando nomes de 03 (três) professores/as da área em questão, do IF Sertão PE ou convidado/a de outra instituição, para constituição de banca examinadora através de portaria emitida pela Direção



Geral. A Banca Examinadora terá 30 (trinta) dias, a contar da data da de publicação da Portaria, para realizar a avaliação e proferir os resultados.

O/A aluno/a que submeter-se ao processo de reconhecimento de estudos deverá cursar regularmente, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da carga horária total para a integralização do curso. Não haverá possibilidade de integralização antes do tempo mínimo de 4 (quatro) anos enquanto a primeira turma não estiver formada, visto que o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta ainda estará em fase de implantação.

Vale salientar que o/a aluno/a deverá continuar frequentando todas as aulas em que estiver matriculado/a, conforme a matriz curricular, até o deferimento do pedido de aproveitamento. O/A discente reprovado/a no processo de Avaliação de Competência deve cursar integralmente o componente curricular que foi objeto de sua avaliação, e não lhe é permitido requerer novo processo de avaliação para o mesmo componente.

A aceleração de estudos, também prevista na Organização Acadêmica do IF Sertão PE, é a forma de propiciar aos/as estudantes a possibilidade de avanço nos cursos mediante a verificação do aprendizado. Ela correrá nos mesmos moldes da avaliação de competências.

4.14. Ementas e Bibliografias

O enfoque e o ementário da Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena Indígena apresentado a seguir, indicam os saberes e áreas do conhecimento que poderão ser tratados em cada semestre. Entretanto, há que se registrar que cada semestre e cada área do conhecimento estão abertas para discussões que vem ao encontro das demandas das comunidades indígenas, consideradas as ementas devidamente registradas. Assim, o docente terá a responsabilidade de, em discussão na Etapa de Planejamento, construir um plano de trabalho que atenda às necessidades prementes conforme o contexto da época e realidade na qual a disciplina será ofertada.

Nesta perspectiva, os docentes que atuarão nos respectivos períodos definirão com maior detalhamento os conteúdos e metodologias adotadas. Os temas referenciais norteiam de maneira transversal, inter e multidisciplinar a construção do conhecimento em todos os



componentes curriculares, ou seja, de um modo ou de outro, estarão presentes nas discussões empreendidas nas semanas relativas ao Tempo IF, que conduzirá os trabalhos propostos para realização durante o Tempo Aldeia.

Considerando a característica do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, a orientação, principalmente a partir do terceiro semestre, é de que os trabalhos das disciplinas a serem realizados no Tempo Aldeia sigam a orientação de privilegiar os conhecimentos tradicionais, conforme o entendimento de uma “Escola Específica e Diferenciada”. Ou seja, os trabalhos das disciplinas deverão sempre considerar uma temática que compõe a rotina da tradição cultural do Povo a que pertence o acadêmico para dar início às atividades orientadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso para o exercício do saber escolar.

Entende-se, então, que os componentes curriculares orientam o curso a partir da concepção de um currículo integrado, intercultural, articulado e compartilhado “intimamente” por todos os docentes ao longo de cada semestre, e que, de um modo ou de outro, envolve a comunidade indígena. Neste aspecto, todos os temas devem buscar um diálogo intercultural com abordagem da etnociência: conteúdos específicos contextualizados são fundamentais para apresentar uma ciência próxima, viva, dinâmica, em transformação.

São apresentados a seguir, página por página e de forma detalhada, os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta, com suas ementas e referências bibliográficas, de acordo com o percurso formativo estabelecido pela Matriz Curricular.

4.14.1. Componentes curriculares obrigatórios por semestre

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
História da Educação brasileira e Educação Indígena.		Código:	



Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx		
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60
Carga Horária		
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa		
História da Educação Brasileira e Escolar Indígena no contexto social em diferentes momentos. Protagonismo indígena e processos de luta na Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, coletiva, bilíngue, autônoma e intercultural.		
Bibliografia Básica		
ALMEIDA, E. de. A Interculturalidade no Currículo da Formação de Professoras e Professores Indígenas no Programa de Educação Intercultural da UFPE/CAA - Curso De Licenciatura Intercultural. Recife: UFPE, 2017, 225p. Tese (Doutorado em Educação). Disponível em https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25637 Acesso em: 31 jul. 2025. LUCIANO, G. J. dos S. Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. VEIGA, J.; SALANOVA, A. (Orgs.). Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto da escola. Campinas: FUNAI/DEDOC, 2001.		
Bibliografia Complementar		
BARBALHO, J. I. Discurso como prática de transformação social: o político e o pedagógico na educação intercultural Pankará. Recife, UFPE, , 2012. 443p. Tese (Doutorado em Educação).Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13006 Acesso em: 31 jul. 2025. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Disponível em : https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em 31/07/2025. BRASIL, Governo Federal. <i>Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional</i>. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em 31 jul. 2025. TASSINARI, A. M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (Org.). Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001, 44- 70p. VEIGA, J.; SALANOVA, A. (Orgs.). Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto da escola. Campinas: FUNAI/DEDOC, 2001.		



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Análise e Produção de Textos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Processos de leitura como construção de sentidos. Coesão e coerência textual; operadores argumentativos. Leitura e produção de textos acadêmicos: esquemas, fichamentos, resumos, resenhas, ensaios, artigos científicos, relatórios. Normas da Língua Padrão aplicadas à produção dos textos acadêmicos.			
Bibliografia Básica			
ABREU, Antônio Suarez. Curso de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004. 168 p. CARNEIRO, Antonio Donizetti. Redação em Construção: a escrita do texto. São Paulo: Moderna, 2001. 288 p. FARACO, Carlos Alberto; TEREZZA, Cristiane. FARACO, Carlos Alberto; TEREZZA, Cristiane. Prática de texto: linguagem portuguesa para estudantes universitários24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 304 p.			
Bibliografia Complementar			
ANTUNES, Irandé. Língua Textos e Ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009. 240 p. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. 432 p. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em 3 artigos que se completam. 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555552713 Acesso em 31/07/2025. GERALDI, João Wanderley (Org.). O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2012. 136 p. KOCH, Ingedore Vilaça. A Coesão Textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572447782 Acesso em 31/07/2025.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Antropologia Intercultural		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
Histórico e conceito de Antropologia, categorias analíticas e suas ênfases teóricas; reflexão acerca dos aspectos históricos, sócio culturais e o processo de colonização de povos indígenas; a questão da alteridade e os povos indígenas e a compreensão do universo epistemológico das diferentes etnias, abordando conceitos como, etnocentrismo, genocídio, etnocídio.			
Bibliografia Básica			
CASTRO, E. V de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002.			
CUNHA, M. C. da. História dos índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 2a. ed.			
OLIVEIRA, J. P. de. A Viagem da volta : etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio do Janeiro, Contra Capa, 1999.			
Bibliografia Complementar			
GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas . Rio de Janeiro:LTC, 2015. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2397-7 Acesso em 31/07/2025.			
LÉVI-STRAUSS, C. A Crise Moderna da Antropologia . Revista de Antropologia, 1962.			
LÉVI-STRAUSS, C. O Nascimento do Brasil e outros ensaios "Pacificação" , Regime Tutelar e Formação de Alteridades. Rio do Janeiro, Contra Capa, 2016.			
OLIVEIRA, J. P. de. A Presença indígena no Nordeste . Rio do Janeiro, Contra Capa, 2001.			
SAHLINS, M. O. 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. Mana , v. 3, n. 1, p. 43-73, 1997 e Mana , v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
O ensino para a formação do professor pesquisador		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Fundamentos da pesquisa como solução de problemas na área da educação. Pesquisa em educação escolar indígena. O perfil do professor pesquisador no contexto escolar indígena. Planejamento e desenvolvimento de pesquisas. Regras da ABNT na produção dos textos acadêmicos.			
Bibliografia Básica			
André, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . Campinas, SP. Papirus, 2001.			
GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa . 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico . 9 ed. São Paulo: Editora GEN, 2024.			
Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559 Acesso em: 31/07/2025.			
Bibliografia Complementar			
ALBUQUERQUE, J. G. Educação Escolar Indígena : do panóptico há um espaço possível de subjetivação na resistência. Tese de doutorado. Unicamp, 2007. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/414194 Acesso em 31 jul. 2025.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Normas ABNT sobre documentação . Rio de Janeiro, 2000.			
HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ CALLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. del P. Metodologia de pesquisa . Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848367 Acesso em 31 jul.2025.			
MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G.. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro Brasileira e Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Os conhecimentos sobre os Índios na História, a Diáspora negra, os processos de escravização e de resistência de indígenas e negros são imprescindíveis para o processo de formação de educadores/professores, por possibilitarem uma avaliação crítica da trajetória e do processo de construção social dos Povos Indígenas e dos Negros, especialmente nos Territórios Semiáridos. Com enfoque para as contribuições dos negros e indígenas no âmbito sociocultural, histórico, político, religioso, econômico, bem como nas conquistas de garantias constitucionais, da implantação de políticas públicas, ações afirmativas e legislações, a exemplo das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Além de envolver questões relacionadas à Educação em Direitos Humanos.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Coordenação editorial: Edileuza Penha de Souza, Maria Carolina da Costa Braga, Maria Lucia de Santana Braga. Brasília: SECAD, 2006. 262 p. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf Acesso em: 10 jun. 2025. FONSECA, Marcos Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Org.). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 1ex SANTOS, Carlos Albertos Batista; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edvania Granja da Silva (Org.). História Ambiental e história indígena no semiárido brasileiro. Paulo Afonso: SABEH, 2018. 274 p. Disponível em: https://www.sabeh.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Ambiental-e-hist%C3%B3ria-indigena-E-BOOK-13-03-18-final-1.pdf em 10 jun. 2025.			
Bibliografia Complementar			



BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MUNANGA, Kambegele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 152 p. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551306024>. Acesso em: 31/07/2025.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e o conflito: resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Doniseti Benzi (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Disponível em: http://pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Prática Pedagógica I- Introdução aos estudos pedagógicos e a Pedagogia Intercultural		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Trajetória da Pedagogia. Pedagogia como ciência da educação. A identidade do Pedagogo. Estudo e discussão sobre a formação dos profissionais da educação, como processo construído histórica e articuladamente ao cenário social, político e econômico brasileiro com ênfase na interculturalidade. Formação e valorização do trabalho docente, condições de trabalho e carreira. Estudo sobre a natureza epistemológica da Pedagogia. Análise do histórico e da organização do curso de Pedagogia. Exame das diretrizes curriculares do curso de Pedagogia e da Formação de professores indígenas. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional.			
Bibliografia Básica			
PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996. VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. História da Profissão Docente no Brasil: representações em Disputa. São Paulo: Cortez, 2009. 234 p. FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs.). A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade. Campinas: Papirus, 2009. 316 p.			
Bibliografia Complementar			



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11, 16 maio 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 31 jul. 2025.

FARIAS, Izabel Maria Sabino de. SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Fortaleza: Libert Livro, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord.). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p. Disponível em: file:///C:/Users/3323298/Downloads/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf Acesso em: 31 jul 2025.

LELIS, Isabel; NASCIMENTO, Maria das Graças (Orgs.). **O trabalho docente no Século XXI**: quais perspectivas? Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PINI, Mônia Eva; FELDFEBER, Myriam (Org.). **Políticas educacionais e trabalho docente**: perspectiva comparada. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
1º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estudo na Aldeia I: Eixo Terra e identidade		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 20h	Tempo Aldeia: 40h	Total: 60h	
Ementa			
Território enquanto espaço de produção de sentido através da cosmovisão de saberes: espaço sagrado de expressão cultural, de existência e resistência e construção da identidade étnica. Territórios tradicionais ocupados pelos indígenas de Pernambuco.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, A. C. dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. Salvador: UFBA, 193p.			
SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p.			
SILVA, E. H. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-19899. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado em História). 299p.			
Bibliografia Complementar			
LIMA, A. P. F.; SAMPAIO, J. A. L.; ANDRADE, L. E. <i>et al.</i> KAMBINAWÁ : pensando o lugar com o Território, 2017, 24 p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf . Acesso em 15/10/24.			
MENDONÇA <i>et al.</i> Nossa Serra, nossa terra : identidade e território tradicional Atikum e Pankará. 2012. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf . Acesso em 30/09/2024.			
OLIVEIRA, E. G. da S. Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga) : movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 2022, 250 p. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-04102022-153000 . Acesso em: 31 jul. 2025.			
SILVA, A. L. A temática indígena na escola . Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Legislação e Direitos Indígenas		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Políticas públicas para Educação escolar indígenas e tratados internacionais. Direitos dos indígenas na Constituição Federal de 1988. Políticas públicas para a população indígena. Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena.			
Bibliografia Básica			
BRASIL, Governo Federal. Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional . Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em 31 jul. 2025.			
MENESES, José Gilson de Carvalho; CAVALCANTI, Maria de Lourdes Silva; NASCIMENTO, Maria do Carmo Ribeiro do; CARVALHO, José Mendonça de. Educação básica: políticas, legislação e gestão – leituras . São Paulo: Cengage Learning, 2004. 308 p.			
SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas . 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. 336 p.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Governo Federal. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União : seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em 31 jul. 2025.			
BRASIL. Governo Federal. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Diário Oficial da União : seção 1, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: https://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/lei_11494_20062007.pdf Acesso em 31 jul. 2025.			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação escolar indígena – diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Cadernos SECAD , n. 3, Brasília, DF: MEC, abr. 2007. Disponível em:			



<https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRZEZINSKI, Iria. (Org). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil**. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 25. ed. São Paulo: Vozes, 2015. 848 p.

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Sociologia Anticolonial		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
A modernidade como constituição social do projeto poder/dominação. A resistência vinda dos múltiplos povos do mundo. O pensamento anticolonial e seus desdobramentos. Estruturas e instituições sociais coloniais e as lógicas de resistência: conexões entre a decolonialidade e a interculturalidade.			
Bibliografia Básica			
CHATES, Thaís de Jesus. Ensino de Sociologia e Lei 11.645/08: experiências de ensino, pesquisa e extensão no IFBA. Revista Em Debate , Florianópolis, n. 14, p. 122–139, 2015. DOI: https://doi.org/10.5007/1980-3532.2015n14p122 . Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/download/1980-3532.2015n14p122/32248 . Acesso em: 9 jun. 2025.			
MAYA [Maria Muniz Andrade Ribeiro]. A escola da reconquista . Arataca, BA: Teia dos Povos, 2021. 168 p.			
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas . Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf Acesso em: 9 jun. 2025.			
Bibliografia Complementar			



ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

DALLA ROSA, Luís Carlos. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. **Educação**, Porto Alegre, v.42, n.2, p.298-307, maio-ago. 2019. DOI:<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.2.27652> Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/27652> Acesso em: 9 jun. 2025.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1967. 192 p.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972. 200 p.

MONTEIRO PENHA, Isabela Lima. O conhecimento indígena é uma matéria decolonial? **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 10, p. 133–146, set-dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/48534>. Acesso em: 9 jun. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Literaturas Indígenas e Tradição Oral		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Tradição oral, memória e mito. Memórias e histórias dos povos indígenas. Literaturas e tradição oral dos povos indígenas. Narrativas orais e musicalidade: o som, a palavra, o gesto, a voz, os instrumentos. Produção e transmissão de saberes/conhecimentos pela oralidade e escrita. Produções autorais dos povos indígenas.			
Bibliografia Básica			
ALBERTI, Verena. Manual de História Oral . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.			
ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. O reencantamento do mundo : trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://jpoantropologia.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Dissertacao-Jose-Mauricio-Paiva.pdf Acesso em: 09 jun. 2025.			
OLIVEIRA, João Pacheco. (Org.). A viagem de volta : etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.			
Bibliografia Complementar			
GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. Ciencia & Cultura , São Paulo, v. 60, n. 4, p. 43-45, out. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400018 . Acesso em: 1 ago. 2025.			
HOENTHAL JÚNIOR, William D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. Revista do Museu Paulista, Nova Série , São Paulo, v. XII, p. 37–55, 1960. Disponível em:			



http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ahohenthal-1960-tribos/Hohenthal_1960_TribosMedioBaixoSFranisco.pdf Acesso em: 09 jun. 2025.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva; ABRANTES, Cristovão Teixeira; ISIDORO, Edineia Aparecida; COUTO, Fábio Pereira; CAMARGOS, Quesler Fagundes (Org.). **Licenciaturas interculturais indígenas**: a área de linguagens e suas interfaces. Ji-Paraná, RO: UNIR; DEINTER, 2018. 234 p., v. 1. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/380711673_Licenciaturas_interculturais_indigenas_a_area_de_linguagens_e_suas_interfaces. Acesso em: 9 jun. 2025.

MENDONÇA, Caroline Leal; ANDRADE, Lara Erendina; PANKARÁ, Luciete Lopes; ATIKUM, Edneuma Oliveira de Sá. **Nossa Serra, nossa terra**: identidade e território tradicional Atikum e Pankará. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em:

https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa_serra_comclu.pdf. Acesso em 03/06/2025.

SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena na sala de aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 2. ed. Recife: Editora dos Organizadores, 2016. 177 p.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Didática Geral e Intercultural		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
O processo de ensino por meio de seus componentes: os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem a partir das tendências pedagógicas. Conhecimento das estratégias de ensino: articulação entre o “como” ensinar com o “para quem” e “o que” ensinar e o “por que” ensinar. Planejamento, técnicas, métodos do processo de ensino-aprendizagem. Estudo da prática docente como uma prática social nas suas múltiplas determinações, dimensões formativas e relações envolvidas. Problemática da didática no contexto da educação escolar indígena.			
Bibliografia Básica			
ROLDÃO, Maria do Céu. Estratégias de ensino : o saber e o agir do professor. Portugal: Fundação Manoel Leão, 2009. 129 p.			
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 12 ed. Petrópolis:Vozes, 2011.			
SAVIANI, Nereida. Saber Escolar, Currículo e Didática : problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. 198 p.			
Bibliografia Complementar			
FARIAS, Izabel Maria Sabino de. SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. Didática e docência : aprendendo a profissão. Fortaleza: Libert Livro, 2009.			
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro . 8 ed. São Paulo: Ática, 2004. 168 p.			
LÜCK, H. Gestão da cultura e do Clima organizacional da escola. 2 ed.Petrópolis: Vozes, 2011.			
SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil . 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2014. 508 p.			
VASCONCELLOS, C. S. Planejamento : plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. 11 ed. São Paulo: Libertad, 2012. 206 p.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Psicologia da Educação		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações no processo de aprendizagem. Princípios psicológicos que explicam e fundamentam o processo ensino-aprendizagem no contexto da educação brasileira. Compreensão do educando nos contextos intra e extraescolar e ações educativas que favorecem o seu desenvolvimento. Relacionamento interpessoal na escola e na comunidade. Sociedade e comunidade: aspectos conceituais. Diversidade cultural e subjetividade. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia comunitária. Processos psicossociais e comunidade: história, fundamentos e práticas.			
Bibliografia Básica			
COLL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação. v.1. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
COLL, Cesar; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação. v.2. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536307770 Acesso em: 01 Ago. 2025			
GRUVO, Ana Paula Wilvert; FLORES, Fabiana da Silva; FIGUEIREDO, Luciana de Oliveira; SANTOS, Rodrigo de Almeida. O psicólogo como agente de transformações com os povos indígenas. Cadernos de Psicologias (CRP-PR) , Curitiba, n. 04, 2023. Disponível em: https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/o-psicologo-como-agente-de-transformacoes-com-os-povos-indigenas/ . Acesso em: 1 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			



CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da educação**. Seis abordagens. Avercamp, 2004. 186 p.

SALVADOR, César, Coll; MONEREO, Carles; BRONFREBRENNER, Urie; CATORINA, JOSÉ, A; BAQUERO, Ricardo, J.; HERON, John; SMOLE, Stocco. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2016. 182 p.

DESSEN, Maria Auxiliadora; GUEDEA, Miriam Teresa Domingues. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/H5shtpJhvBnwqW9cztNy5QJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2025.

GIANFALDONI, Monica Helena Tieppo Alves; AZZI, Roberta Gurgel (Org.). **Psicologia e Educação. v. 1**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MARKUS, Cledes. **As contribuições da concepção indígena do Bem Viver para a educação intercultural e descolonial**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/183167>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Unidade de Educação Escolar Indígena Povo Pankará: aprendendo e ensinando (Coletânea de textos produzidos por alunos, professores e lideranças): organização interna de Educação Escolar Indígena Pankará. Recife: Secretaria de Educação, 2012.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Prática Pedagógica II- A função social da Educação Escolar Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Prática docente na sociedade contemporânea. Função social da educação escolar indígena. Sociedade, Cultura e Educação na contemporaneidade. Ensino e aprendizagem. Tempo e espaço na escola indígena. Pesquisa de campo em instituições educacionais. A construção da identidade docente indígena.			
Bibliografia Básica			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 148 p.			
LÜCK, H. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola . 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
VALENTE, Ana Lúcia. Educação e diversidade cultural : um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999.			
Bibliografia Complementar			
TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R.; BARTHOLO JÚNIOR, Roberto dos Santos. O professor e o ato de ensinar. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, v. 35, n. 126, p. 689-698, set./dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/5VcSDPX78pqQYKTVYTD7Fv/?format=pdf . Acesso em: 1 ago. 2025.			
FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. Estudos Avançados , São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259-269, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWHcL/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 1 ago. 2025.			
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro . 2 ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.			
TUNES, Elizabeth; VILLELA, Maria Carmen V.; MITJÀNS, Alfonso. Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo. Linhas Críticas . – Fundação Carlos Chagas, v. 12, n. 22, p. 109-139, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v12n22/v12n22a08.pdf . Acesso em: 1 ago. 2025.			
VEIGA, I. P. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
História da Educação Escolar Indígena em Pernambuco		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
A Política de Educação Escolar Indígena no Estado de Pernambuco e os direitos conquistados em processos de luta por autonomia coletiva. O movimento indígena e as proposições de políticas construídas nos documentos das conferências estaduais de Pernambuco e nos Encontros representados pela COPIPE, para garantia da identidade indígena na Política de Educação do Estado.			
Bibliografia Básica			
QUIRINO, Eliana Gomes. Memória e cultura : os Fulni-ô afirmando identidade étnica. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/2b1a0f84-f735-480f-bac2-15a9d99effc4 Acesso em: 01 ago. 2025.			
SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). 2015. Dissertação (Mestrado em Histórica) – UFPE, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14933 Acesso em: 01 Ago. 2025.			
CUNHA, Elba Monique Chagas da. Sertão, sertões : colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759- 1798). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4722 Acesso em 01 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			



LOPES, Maria Luciete, **A Política de Educação Escolar Indígena no Estado de Pernambuco na Relação com os Direitos Indígenas**. Especialização na Temática das Culturas e Histórias dos Povos Indígenas. UFPE/CAA. 2016.

ANJOS, Antonia Maria Pereira; CARVALHO, Flaviana Monteiro de; SILVA, João Luiz da. Povo Entre Serras: As Mudanças no Contexto Educacional após Processo de Estadualização das Escolas Indígenas de Pernambuco. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**. Floresta-PE, v. 4, n.6, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/opara/article/view/3454>. Acesso em: 05/08/2025.

OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano**. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28337>. Acesso em 01 ago. 2025.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
2º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estudos na Aldeia II: Eixo: Organização e gestão territorial.		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 05	Aulas/Semestre: 75	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h	Tempo Aldeia: 60h	Total: 75h	
Ementa			
Condições para produção e reprodução cultural, religiosa e econômica de sustentabilidade. Projetos societários dos povos. Territórios, conservação e usufruto sustentável dos recursos naturais. Mobilizações e estratégias de lutas para a garantia dos direitos constitucionais. Autonomia sociocultural. As instâncias de controle político e social dos/nos povos indígenas.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, Anderson Cleomar dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. 2020. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, UFBA, Salvador, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34900/1/DISSERTACAO-%20ANDESON%20FINAL%20rev%20Comissao%205%20dez%202021.pdf Acesso em: 01 Ago. 2025.			
SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). 2015. Dissertação (Mestrado em Histórica) – UFPE, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14933/1/Carlos%20Fernando_Disserta%3a7%c3%a3o_Texto.pdf Acesso em: 01 Ago. 2025.			
SILVA, Edson. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. 2 ed. Recife: Editora UFPE, 2017. Disponível em: https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/257/266/778 Acesso em: 01 Ago 2025.			
Bibliografia Complementar			



LIMA, Ana Paula Ferreira de; SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras; ANDRADE, Lara Erendira; DANTAS, Marcelino Soyinka. **KAPINAWÁ: pensando sobre o cuidado com o Território**, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf. Acesso em 15/10/24.

LOPES. M. L. **A Política de Educação Escolar Indígena no Estado de Pernambuco na Relação com os Direitos Indígenas**. Especialização na Temática das Culturas e Histórias dos Povos Indígenas. UFPE/CAA. 2016.

MENDONÇA, Caroline Leal; ANDRADE, Lara Erendina; PANKARÁ, Luciete Lopes; ATIKUM, Edneuma Oliveira de Sá. **Nossa Serra, nossa terra: identidade e território tradicional Atikum e Pankará**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa_serra_comclu.pdf. Acesso em 03/06/2025.

RABELO, Távila da Silva; MATOS, Fábio de Oliveira; LIMA, Anna Erika Ferreira. A concepção de território e sua importância na gestão de Terras Indígenas. **Rede – Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 149–158, maio 2022. DOI: 10.22411/rede2021.1502.14. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/72326/1/2022_art_tsrabelo.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVA, Edivania Maria da.; SOUZA, Janaina Rosa de Sá; SILVA, Márcia Maria da. **Contribuição da escola Pankará para as práticas de sustentabilidade e cuidado com o Meio Ambiente**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena) - UFPE, Caruaru, 2012.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular		Obrigatória (X) Optativa ()
Prática Pedagógica III- Alfabetização e Letramento			Código:
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Estudo das concepções de Alfabetização e Letramento em contextos de educação escolar indígena e não indígena. Métodos e processos de alfabetização na escola indígena e não indígena. Aspectos conceituais, políticos, sociais e educacionais da alfabetização e do letramento. Construção social das linguagens oral e escrita. Psicogênese da língua escrita. Concepções teórico-metodológicas do ensino da leitura e da escrita. Função social da alfabetização e do letramento. Competências docentes para alfabetizar letrando. Os conhecimentos necessários à formação do professor indígena alfabetizador.			
Bibliografia Básica			
KLEIMAN, A. B. Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever? Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.Disponível em: https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/kleiman-nc3a3o-basta-ensinar-a-ler-e-escrever.pdf Acesso em 01 ago. 2025. MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782004000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 01 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 128 p. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582179277/pageid/0 Acesso em: 01 Ago. 2025 SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5–17, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NKNG3KCZMR8CWHZ9RTJPXXN/?lang=pt. Acesso em: 01 ago. 2025. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 194 p. Disponível em:			



[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290154/epubcfi/6/8\[%3Bvnd.vst.idref%3Dsol-e-2\]!/4](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290154/epubcfi/6/8[%3Bvnd.vst.idref%3Dsol-e-2]!/4) Acesso em 01 Ago. 2025

LUCIANO, Rosenilda Rodrigues de Freitas. **Ação saberes indígenas na escola: alfabetização e letramento com conhecimentos indígenas?**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7489> Acesso em: 01 ago. 2025.

SILVA, M. S. P. Da. Possibilidade de Letramento em Línguas Indígenas. **Revista Articulado e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 51-63. 2016. DOI: 10.5216/racs.v1i1.42997. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/42997>. Acesso em: 21 nov. 2024.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil na Educação Escolar Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Articulação da relação entre a teoria e a prática na educação infantil indígena; Discussão do campo da Educação Infantil; Integração e conhecimento do estudante com a realidade social de creches, escolas e espaços não-formais. Reflexão sobre o cotidiano da criança no espaço educativo.			
Bibliografia Básica			
BASEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. Aprender e ensinar na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 1999. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536310909/pageid/1 Acesso em: 01 Ago. 2025.			
OSTETTO, Luciana E. (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil . São Paulo: Papirus, 2000.			
SCHÖM, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2000. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536310121/pageid/0 Acesso em: 01 Ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			
ANDRIOLI, Luciana Regina; FAUSTINO, Rosangela Célia. Educação infantil indígena: : o direito, a participação dos povos e as práticas institucionais. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais , [s. l], v. 13, n. 25, p. 622–650, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i25.11997. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11997 . Acesso em: 5 ago. 2025.			
BETTIOL, C. A.; MUBARAC SOBRINHO, R. S. Quando a educação infantil é na aldeia: narrativas de professores indígenas em formação. Cadernos CEDES , [s.l] v. 43, n. 119, p. 98–108, 2023. https://doi.org/10.1590/256538 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/BMwjnN8MgnbnXfrcchLPRkw/ Acesso em: 01 ago. 2025.			
MELO, Alessandro de; RIBEIRO, Débora; DOMINICO, Eliana. Interculturalidade e a temática indígena na educação infantil. Acta Scientiarum Educ. , [s.l] v. 42, 2020. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/43470 Acesso em: 01 ago. 2025.			



ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil e povos indígenas no Brasil: apontamentos para um debate. In: AZEVEDO, Margarida. **Discutindo políticas de Educação Infantil, educação escolar indígena**. Recife: MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil. Centro de Cultura Luiz Freire-CCLF, 2005. p. 1-12.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Psicologia do Desenvolvimento da criança e infância indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 03	
Aulas/Semestre: 45			
Carga Horária			
Tempo IF: 30h		Tempo Aldeia: 15h	
Total: 45h			
Ementa			
A ciência psicológica e objetos de estudo. Os múltiplos fatores que determinam o humano. A construção histórica e social da infância. Principais abordagens teóricas do desenvolvimento infantil, com ênfase nas abordagens psicogenéticas e histórico-culturais. Aspectos do desenvolvimento infantil: social, motor, cognitivo, afetivo, moral e sexual.			
Bibliografia Básica			
COSTA JUNIOR, Áderson Luiz; DESSEN, Maria Auxiliadora (Org.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras . Porto Alegre: Artmed, 2008.			
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Martha Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus Editoria Ltda, 1992. 176 p.			
LEONTIEV, A. Uma contribuição à Teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 11 ed. São Paulo: Ícone, 2010.			
Bibliografia Complementar			
ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família . 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.400 p. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521637905/epubcfi/6/2/%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml01/4/2/2%4051:2 Acesso em: 01 Ago. 2025.			
VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.			
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Povos Indígenas e psicologia: a procura do bem viver . São Paulo: CRP, 2016. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/items/c900a90e-b602-448e-865a-c52462f3c1ef Acesso em 01 ago. 2025.			



VIGOTSKI, L.S. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L.S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo, Ática, 2009.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Educação Especial e Inclusiva		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Percurso histórico da educação inclusiva; Princípios e Fundamentos da inclusão; Políticas de Inclusão; Formação de professores para a escola inclusiva; Adaptações curriculares; Práticas inclusivas de avaliação; Atendimento educacional especializado; Inclusão no contexto da escola indígena. Elaboração do Plano Educacional Individualizado -PEI.			
Bibliografia Básica			
CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva : com os pingos nos “is”. 6. ed. Porto Alegre: Meditação, 2009. 176 p.			
STAINBACK, Suzan; STAINBACK Willian. Inclusão : um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. 451 p.			
WERNECK, Claudia. Sociedade inclusiva : quem cabe no seu todos?. Rio de Janeiro: WVA, 2002. 240 p.			
Bibliografia Complementar			
BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (orgs.). Um olhar sobre a diferença : interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1998.			
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Política Nacional de Educação Especial . Brasília: SEESP, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf Acesso em: 01 Ago. 2025.			
FERREIRA, Windz B. Inclusão x Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e Educação : Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.			
FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
UNESCO; ESPANHA Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais . Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf (https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/			



pdf/salamanca.pdf). Acesso em: 01 ago. 2025.

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Introdução à Filosofia Intercultural			Código:
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45
Carga Horária			
Tempo IF: 30h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h
Ementa			
O pensamento filosófico na perspectiva indígena. Conceito de Filosofia e suas Interculturalidade. O pensamento filosófico indígena como fonte de uma educação intercultural. As bases do pensamento intercultural para a Filosofia da Educação.			
Bibliografia Básica			
KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu : palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 729 p. KRENAK, A. Futuro ancestral . São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 128 p. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 104 p.			
Bibliografia Complementar			
BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Educação escolar indígena no século XXI : encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. 296 p. KAMBEBA, Márcia Wayna. O lugar do saber ancestral . São Paulo: Uk'a Editorial, 2021. 142 p. KAYAPÓ, Edson. Um estranho espadarte na aldeia. São Paulo: Primata, 2021. 92 p. SANTOS, Fernando Monteiro dos; NASCIMENTO, Maria Jacielma Monteiro do; SANTOS, Maria José dos; SANTOS, Maria Nazaré dos; SANTOS, Rita de Cássia dos (Org.). Serras, nascentes e grutas : patrimônios naturais, culturais e identitário do povo indígena Pankararu. Petrolina: Editora IF Sertão PE, 2023. Disponível em: https://releia.ifserto-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1007 Acesso em: 09 jun. 2025. SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias : pesquisa e povos indígenas. Tradução de Renato			



Gama-Rosa Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2019. 239 p.

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Gestão da Educação Intercultural Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45h	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Concepções e dimensões da gestão escolar na perspectiva democrática. Os processos próprios de gestão da escola indígena: especificidades étnicas, sociais e territoriais de organização e a participação da comunidade indígena na escola.			
Bibliografia Básica			
ANJOS, Antonia Maria Pereira; CARVALHO, Flaviana Monteiro de; SILVA, João Luiz da. Povo Entre Serras: As Mudanças no Contexto Educacional após Processo de Estadualização das Escolas Indígenas de Pernambuco. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação . Floresta-PE, v. 4, n.6, 2016. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/opara/article/view/3454 . Acesso em: 05/08/2025.			
FRANCHETTO, Bruna. Notas em torno de discursos e práticas na educação escolar indígena. In: BRASIL. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias . Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume8_formacao_de_professores_indigenas_repensando_trajetorias.pdf Acesso em: 01 Ago. 2025.			
PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino . São Paulo: Ática, 2007.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas . Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf Acesso em: 9 jun. 2025.			
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília: Senado, 1988.			
BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – Revista Espacialidades [online], v. 16, n. 1, 2020.1 ISSN			



1984-817X [63].

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. **Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012**. Brasília, 2012.

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Série Cadernos de gestão. Petrópolis: Vozes, 2017.

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Literatura Infantil e processos de leitura		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
O papel da escola na formação do leitor e as diferentes possibilidades de abordagem da literatura infantil no universo escolar indígena; práticas de contação de histórias indígenas, leitura e linguagem oral. Critérios de seleção de obras e características do texto literário infantil: linguagem, conteúdo e forma; análise e produção de materiais didáticos e de propostas didático-metodológicas para o ensino da literatura na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
COELHO, N. N. Literatura infantil . São Paulo: Ática, 2000.			
LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . São Paulo: Ática, 2010.			
ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola . São Paulo: Global, 1994.			
Bibliografia Complementar			
ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil : gostosuras e bobices. São Paulo, 2000.			
CAVALCANTI, J. Caminhos da literatura infantil e juvenil : dinâmicas e vivências na ação pedagógica. São Paulo: Paulus, 2002.			
SILVA, E. T. Elementos da pedagogia da leitura . São Paulo: Martins Fontes, 1993.			
ZILBERMAN, R. Como e por que ler a literatura infantil brasileira? . Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.			
ZILBERMAN, R. LAJOLO, M. Literatura Infantil Brasileira . São Paulo: Ática, 2003.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
3º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estágio Curricular Supervisionado I- Educação Infantil		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 07	Aulas/Semestre: 100	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 70h	Total: 100h	
Ementa			
Reconhecimento do trabalho docente nas instituições de Educação Infantil. Observação e análise da organização dos tempos e espaço físicos, da relação professor-aluno, currículo, plano de aula, material didático e estratégias de ensino. Diagnóstico da realidade da terra e da escola indígena no aspecto do atendimento a Educação Infantil. Acompanhamento e participação das atividades docentes. Planejamento e docência na educação infantil. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente.			
Bibliografia Básica			
LIMA, Maria Socorro Lucena. PIMENTA, Selma. Garrido. Estágio e docência . 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010. 296p.			
PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica .. Porto Alegre: Artmed, 2002.			
PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24 ed. São Paulo: Papirus, 2012.			
Bibliografia Complementar			
ARAÚJO, Baierdorf Márcia. Ensaio sobre a aula: narrativas e reflexões da docência . Curitiba: Ibpx, 2010.			
PEREIRA, Martins Adair. Estratégias de ensino-aprendizagem . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
LELIS, Isabel; NASCIMENTO, Maria das Graças (Orgs.). O trabalho docente no Século XXI: quais perspectivas? Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.			
LÜCK, H. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola . Petrópolis: Vozes, 2010.			
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros . Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582179277/pageid/0 Acesso em: 01 Ago. 2025.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Educação indígena: tempos, espaços e saberes.		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h		Total: 60h
Ementa			
A relação entre os conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas constituindo uma possibilidade de informação e divulgação intercultural de saberes, valores e tradições indígenas. Identificação de concepções indígenas de mundo e de homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos. O processo decolonial.			
Bibliografia Básica			
SÁ, Maria José Ribeiro de; SILVA, Maria das Graças. Educação escolar indígena e saberes culturais. Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade , Salvador , v. 28, n. 56, p. 162-177, set. 2019. Disponível em: https://revistas.uneb.br/faeaba/article/view/7843/5139 Acesso em 01 Ago.2025.			
BERGAMASCHI, M. A. Interculturalidade nas práticas escolares indígenas e não indígenas. In: PALADINO, M.; CZARNY, G. (Org.). Povos indígenas e escolarização: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas . Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 43-72.			
BRANDÃO, C. R. A educação como cultura . Campinas: Mercado das Letras, 2007.			
Bibliografia Complementar			
ARRUTI, José M. A. O reencantamento do mundo : trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1996. (Dissertação Mestrado em Antropologia Social). Disponível em: https://ipoantropologia.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Dissertacao-Jose-Mauricio-Paiva.pdf . Acesso em 01 Ago.2025.			
NOVARO, G. Saberes escolares e saberes indígenas: continuidades e discontinuidades para se pensar os sentidos da interculturalidade. In: PALADINO, M.; CZARNY, G. (Org.). Povos indígenas e escolarização: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas . Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 93-116.			
NASCIMENTO, Rita Gomes do. Rituais de Resistências : experiências pedagógicas Tapeba 2009. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/f15bfbbc-45a4-4324-83b1-1ed16a159f0b/content Acesso em: 01 Ago. 2025.			
OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva. Os índios Pankará na Serra do Arapuá : relações socioambientais no sertão pernambucano. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina			



Grande, Campina Grande, 2014. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28337>. Acesso em 01 ago. 2025.

GONÇALVES et all. **A Arte do Caroá**: ensinando e aprendendo os saberes Pankará. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural) Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2012.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Ludicidade, educação e práticas na Educação Escolar Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
A constituição sócio-histórica do lúdico. O papel do lúdico na vida humana. Relação entre educação e ludicidade. O lúdico e o processo de constituição do sujeito indígena. O papel da escola na constituição do sujeito lúdico. Atividades lúdicas e educação escolar indígena.			
Bibliografia Básica			
ARCE, Alessandra; SIMÃO, Rosimeire. A psicogênese da brincadeira de papéis sociais e/ou o jogo protagonizado na psicologia do jogo de D.B. Elkonin. In ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton (Org.). Brincadeira de papéis sociais na educação infantil : as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xarnã, 2006.			
BENJAMIN, Walter. Reflexões : a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus Editorial, 1984.			
BRASIL, Circe N. V. O jogo e a constituição do sujeito na dialética social . Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988.			
Bibliografia Complementar			
FRIEDMANN, Adriana et al(Org.). O direito de Brincar : a brinquedoteca. São Paulo, Scritta, 1996.			
BROUGÉRE, Gilles. Brinquedo e cultura . São Paulo: Cortez, 2001.			
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil . São Paulo: Cengag Learning, 2016. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127245/pageid/0 Acesso em: 04 Ago. 2025.			
OLIVEIRA, Paulo Sales. Brinquedos e indústria cultural . Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.			
LIMA, José Milton de; APARECIDA, Larissa. Brinquedo: elemento cultural e promotor de humanização. Rev. Teoria e Prática da Educação , [s./] v. 14, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2011.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Arte e Cultura Indígena I		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Arte indígena: universo de expressões visuais. Referentes sociais e cosmológicos das artes indígenas. Diferentes linguagens artísticas: arte lítica, trançados, tecidos, cerâmica, plumária, esculturas em madeira. A figura humana na arte indígena e a arte do corpo humano: desenhos espontâneos e pintura corporal. Os instrumentos musicais e a música indígena. Trabalho de campo.			
Bibliografia Básica			
RIBEIRO, Berta. Dicionário de artesanato indígena . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.			
RIBEIRO, Berta. Arte indígena, Linguagem visual . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.			
VIDAL, Lux. Grafismo indígena : estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel; EDUSP; FAPESP, 1992.			
Bibliografia Complementar			
DIAS, José Antonio Braga Fernandes. Arte, arte índia, arte indígena. <i>In: Artes indígenas</i> [catálogo Mostra do Descobrimento - Brasil 500 anos] São Paulo, 2000.			
COSTA, Maria Heloisa Fénelon. Arte indígena e classificação primitiva. Cultura , Rio de Janeiro, n, 21, 1976.			
GALINDO, N. A. da S. Índio tem que ser artíloso e não artista: ensino de arte nas escolas Xukuru do Ororubá. 2021. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/44720/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Natally%20Ar%20aujo%20da%20Silva%20Galindo.pdf . Acesso em 5 ago. 2025.			
Overing, J. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. Revista De Antropologia , [s.l.], v. 34, p. 7-33, 1991. Disponível em: https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1991.111249 . Acesso em: 04 ago. 2025			
VAN VELTHEM, Lúcia H. O belo e a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em:			



https://app.docvirt.com/mi_bibliografico/pageid/280019 Acesso em: 04 ago. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa na Educação Escolar Indígena- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Concepções de língua, linguagem, discurso, texto e gramática. Diversidade linguística e ensino da língua no processo de escolarização. Condicionantes sócio-históricos do objeto de ensino de Língua Portuguesa. Os componentes do ensino da leitura, produção de texto, gramática e oralidade. Leitura literária. Diretrizes metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa. Confrontos entre práticas idealizadas em políticas de ensino da língua portuguesa e práticas correntes em sala de aula.			
Bibliografia Básica			
ANTUNES, Irandé. Aula de português. Encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. CADEMARTORI, Ligia. O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. KLEIMAN, Angela. Texto e leitor. Aspectos cognitivos da leitura. Campinas SP: Pontes, 1989. SOARES, Magda B. Linguagem e escola. Uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.			
Bibliografia Complementar			
LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2001. MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2000. MARCUSCHI, Antônio Luiz. Da fala para a escrita. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2008. SUASSUNA, Livia. Ensino de Língua Portuguesa. Uma abordagem pragmática. Campinas: Papyrus, 1995. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Na trilha da gramática: conhecimento linguístico na alfabetização e letramento. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Disponível em:			



[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922206/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]/4/2/4%4049:91](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922206/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]/4/2/4%4049:91) Acesso em: 04 ago 2025.

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Prática Pedagógica IV- Planejamento Educacional para Educação Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. Elaboração do Plano de Ensino. Visão crítica do papel do Planejamento na dinâmica da construção de conhecimentos interculturais, com ênfase no papel do(a) professor(a) indígena e concepções da educação escolar indígena.			
Bibliografia Básica			
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT ANNA, Ilza Martins. Por que planejar, como planejar? Currículo, área, aula. 20 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.			
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico : como construir o projeto político pedagógico da Escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.			
VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7ª ed. São Paulo: 2008.			
Bibliografia Complementar			
MOTA, L. N. B. S.; LIRA, A. A. D. Planejamento educacional na Escola Indígena : a visão do professorado Potiguara. Anais I do CINTEDI - Congresso Intercultural de Educação Inclusiva - práticas pedagógicas, direitos humanos e interculturalidade, Campina Grande, dez, 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_14_11_2014_19_32_16_idinscrito_4541_8b48ef572f9ccc687f1846b0f26a2848.pdf . Acesso em 05 ago. 2025.			
SANTIAGO, M. E. Formação, currículo e prática pedagógica em Paulo Freire. In: BATISTA NETO, J.;			
SANTIAGO, M. E. (Orgs.). Formação de Professores e Prática Pedagógica . Recife: Massangana, 2006.			



VEIGA, Ilma P. A. (Org). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Informática aplicada à educação e as tecnologias digitais		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre:45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Introdução à Informática. Alfabetização midiática. Meios de comunicação, recursos tecnológicos e produção de conteúdo. Tecnologias da informação e comunicação como recurso de ensino e aprendizagem.			
Bibliografia Básica			
BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e Novas Tecnologias : um (re)pensar. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. 136 p.			
PENTEADO, Mirian Godoy; BORBA, Marcelo de Carvalho. A Informática em Ação . São Paulo: Olho d’água, 2010. 80 p.			
PENTEADO, Mirian Godoy; BORBA, Marcelo de Carvalho. Informática e educação matemática . 5. ed. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2007. 104 p.			
Bibliografia Complementar			
D’AMBRÓSIO, Ubiratan.; BARROS, João Pedro Dalledone. Computadores, escola e sociedade , Informática & Educação. Editora Scipione. 1998.			
PAPERT, Seymour. Inovadores e Conservadores <i>In: A máquina das crianças</i> : repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Cap. 1.			
PENTEADO, Miriam Godoy. Possibilidades para a formação de professores de matemática. In: PENTEADO, Miriam Godoy; BORBA, Marcelo de Carvalho (Org.). A informática em ação : formação de professores, pesquisa e extensão. São Paulo: Olho d’Água, 2010. 80 p.			
SILVA, Mozart Linhares. Novas Tecnologias:educação e sociedade na era da informação . Belo Horizonte: AUTENTICA, 2007. 96 p.			
VALENTE, José Armando. (Org.). Computadores e conhecimento : repensando a educação. Campinas, SP:			



Gráfica da Unicamp, 1993.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estudo na Aldeia III: Eixo História, Escola Indígena e docência		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 05	Aulas/Semestre: 75	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h	Tempo Aldeia: 60h	Total: 75h	
Ementa			
Experiências de vida dos ancestrais. Luta e resistência dos povos pela garantia do território. Linha do tempo na história de cada povo nos momentos de resistência. A história de luta pela educação escolar indígena para autonomia política, fortalecimento da identidade e contribuição para o projeto de vida de cada povo.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, Anderson Cleomar dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. 2020. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, UFBA, Salvador, 2020.			
SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). 2015. Dissertação (Mestrado em Histórica) – UFPE, Recife, 2015.			
SILVA, Edson. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. 2.ed. – Recife: Editora UFPE, 2017.			
Bibliografia Complementar			
ANDRADE, Ugo Maia. Um rio de histórias: a formação da alteridade Tumbalalá e a rede de trocas do Sub-Médio São Francisco . 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11012023-104716/pt-br.php Acesso em: 10 jun. 2025.			
ANJOS, Auricelia dos; LAURIS, Elida; MARTINS, Pedro Sérgio Vieira; SANTOS, Raimundo Abimael. Justiça e o marco temporal de 1988 : as teses jurídicas em disputa no STF sobre terras Indígenas. Curitiba: Terra de Direitos, 2022. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Justica-e-o-marco-Temporal-de-1988---FINAL.pdf Acesso em: 10 jun. 2025.			
LIMA, Ana Paula Ferreira de; SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras; ANDRADE, Lara Erendira; DANTAS,			



Marcelino Soyinka. **KAPINAWÁ: pensando sobre o cuidado com o Território**, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf. Acesso em 15/10/24.

MENDONÇA, Caroline Leal; ANDRADE, Lara Erendina; PANKARÁ, Luciete Lopes; ATIKUM, Edneuma Oliveira de Sá. **Nossa Serra, nossa terra: identidade e território tradicional Atikum e Pankará**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa_serra_comclu.pdf. Acesso em 03/06/2025.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Rituais de resistências: experiências pedagógicas Tapeba** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Orientadora: Rosália de Fátima Silva. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/eb1663b0-dd4b-487c-b4c1-bc1f9df6e017> Acesso em: 10 jun. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
4º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Estágio Curricular Supervisionado II		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 20h	Tempo Aldeia: 40h	Total: 60h	
Ementa			
Concepções de Estágio. Papel do estágio na formação docente. Atuação docente. Organização do trabalho pedagógico. Planejamento, reflexão e prática da docência. Articulação teoria e prática. Orientação geral sobre o estágio: normas, documentos e procedimentos institucionais. Elaboração de relatório de estágio.			
Bibliografia Básica			
PICONEZ, Stela Cezar Barreto. A Prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org). Prática de Ensino e Estágio Supervisionado . Campinas: Papirus, 1991. p.15-38.			
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores . unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 224 p.			
SACRISTAN, José Gimeno; GÓMEZ, Angel Ignacio Perez. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2008. 398 p.			
Bibliografia Complementar			
BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Estágios Supervisionados na Formação Docente . São Paulo: Cortez, 2014.			
CALDERANO, M. A. O estágio supervisionado para além de uma atividade curricular: avaliação e proposições. Estudos em avaliação educacional , São Paulo, v. 23, n. 53, p. 250 – 278, set./dez. 2012. Disponível em: https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1766/1766.pdf Acesso em 04 ago. 2025.			
THERRIEN, Jacques. Docência profissional: a prática de uma racionalidade pedagógica em tempos de emancipação de sujeitos. In: D'AVILA, Cristina; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Didática e docência na educação superior – implicações para a formação de professores. Campinas, v. 1, p. 109-132, 2012. Disponível em: https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1766/1766.pdf Acesso em 05 ago. 2025.			



PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e Pedagogos**: caminhos e perspectivas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
5º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Fundamentos e Metodologias do Ensino Da Matemática na Educação Escolar Indígena- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45
Carga Horária			
Tempo IF: 30h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h
Ementa			
Educação matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: história, significados, tendências, possibilidades e limites. Aspectos psicogenéticos, histórico-culturais, epistemológicos e metodológicos da aprendizagem matemática por crianças, jovens e adultos em fase inicial da escolarização: geometria intuitiva e relações topológicas, padrões e regularidades, conceitos e usos dos números naturais e operações fundamentais, resolução de problemas. Análise de práticas de ensino de Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
BIGODE, A. J. L.; FRANT, J. B. Matemática : soluções para dez desafios do professor: 1.º ao 3.º ano do Ensino Fundamental. 1. Ed. São Paulo: Ática Educadores, 2011.			
COLL, César; TEBEROSKY, Ana. Aprendendo Matemática . São Paulo: Ática, 2000.			
IFRAH, Georges. Os números : a história de uma grande invenção. Rio de Janeiro: Globo, 1989.			
LORENZATO, Sergio. Educação Infantil e percepção matemática . Campinas: Autores Associados, 2006.			
Bibliografia Complementar			
MONTEIRO, Alexandrina; POMPEU JUNIOR, Geraldo. A Matemática e os Temas Transversais . São Paulo: Moderna, 2001.			
MORETTI, Vanessa Dias; SOUZA, Neusa Maria M. Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental : princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2019.			
NACARATO, Adair M.; MENGALI, Brenda L. S.; PASSOS, Carmen L.B. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental : tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.			
SMOLLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Ler, escrever e resolver problemas : habilidades básicas para			



aprender matemática. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PAIS, L. C. **Ensinar e aprender matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Fundamentos e Metodologias do Ensino De Geografia na Educação Escolar Indígena- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
A disciplina consiste em iniciar estudos sobre fundamentos e metodologia para o ensino de Geografia com discentes do curso de Pedagogia. Busca-se trabalhar a educação geográfica e a geografia na contemporaneidade, considerando seus contornos e traçados na vida dos sujeitos educandos, bem como no trabalho e na vida dos docentes. Para tanto, a disciplina apresenta e discute a existência de diferentes possibilidades de realizar interpretações espaciais, segundo distintas fundamentações das diversas vertentes da Geografia, historicamente construídas. Busca, também, dialogar com conceitos e categorias que nos permitem exercícios de leituras de mundo a partir da espacialidade humana. Visa, ainda, analisar as relações entre sociedade e natureza na atualidade, promovendo a discussão sobre a questão socioambiental e seus desdobramentos. Por meio de contato com bibliografia diversa e através de atividades de observação de práticas educacionais, análises de materiais didáticos, discussão de situações problema, elaboração e/ou desenvolvimento de sequências didáticas e/ou projetos pedagógicos, entre outros, o curso busca abrir um leque de compreensões da ciência geográfica que levam a uma pluralidade de interpretações espaciais, discutindo suas diferenças, rupturas ou aproximações, relacionadas com práticas concretas, reais e possíveis na Geografia presente no Ensino Básico, especialmente na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico : ensino e representação. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2002.			
CASTROGIOVANI, A. C; CALLAI, H. C.; SHAFFER, N. O; KAECHER, N. A. (Orgs.). Geografia em sala de aula : práticas e reflexões. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998a.			
GUERRA, E. F.; ARRUZZO, R. C. Geografia e Povos Indígenas: um panorama da produção brasileira. Revista			



Nera, Presidente Prudente, v. 23, n. 54, pp.115-136, Dossiê 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7914/5703>. Acesso em: 05 ago. 2025.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**: geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva sócio construtivista. Goiânia: Alternativa, 2002.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-189

PEREZ, Carmem Lúcia Vidal. Ler o espaço para compreender o mundo: a função alfabetizadora da Geografia. **Presença pedagógica**, Minas Gerais, v. n.28 jul/ago.1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

STRAFORINI, R. A totalidade mundo nas primeiras séries do ensino fundamental. **Terra Livre**, São Paulo, v.1, n.18, p. 95-114, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/203> Acesso em 05 ago. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
5º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()	
Projetos Didáticos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60
Carga Horária			
Tempo IF: 45h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h
Ementa			
Reflexão sobre as etapas do planejamento pedagógico, com ênfase no cotidiano escolar. Elaboração e aplicação de técnicas de ensino contemporâneas na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.			
Bibliografia Básica			
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Monteserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994.			
PERRENOUD, Philippe. 10 novas competências para ensinar: convite à viagem . Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Didática e interdisciplinaridade . 17. ed. Campinas: Papirus, 2014.			
HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
DIAS, A.; ABREU, W. F. de. Por uma didática decolonial: aproximações teóricas e elementos categoriais. Rev. Diálogo Educ. , Curitiba, v. 19, n. 62, 2019, Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416X2019000301216&script=sci_arttext . Acesso em: 01 ago. 2025.			
LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário . Porto Alegre: ArtMed, 2002.			
VENTURA, P. C. S. Por uma pedagogia de projetos: uma síntese introdutória. Educ. Tecnol. , Belo Horizonte, v.7, n.1, p.36-41, jan./jun. 2002. Disponível em: https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/31 Acesso em 01 ago. 2025.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Metodologias Ativas, Tecnologias Indígenas e Digitais: Relações de Aprendizagem		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Conceitos e estudos em mídia-educação. Análise crítica e estudo de conteúdos midiáticos e informacionais. Dispositivos tecnológicos de comunicação. Processos de produção de conteúdo midiático aplicados às práticas sociais e à cultura indígena. As metodologias ativas associadas às tecnologias. Ensino e aprendizagem na era digital: questões metodológicas de ensino-aprendizagem. Inovações metodológicas e tecnológicas no processo de ensinagem. Aprendizagem Significativa Crítica.			
Bibliografia Básica			
BERGMANN, J.; AARON, S. (Org). Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem . Rio de Janeiro: LTC, 2016. 116p.			
DIESEL, A; BALDEZ, A.L.; MARTINS, S.N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema , [online] v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404 Acesso em 01 ago. 2025.			
MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens . Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf[https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf]. Acesso em: 05 ago. 2025.			
PAIVA, M. R. F.; PARENTE, J. R. F.; BRANDÃO, I. R.; QUEIROZ, A. H. B. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. SANARE – Revista de Políticas Públicas , Sobral, v. 15, n. 2, p. 145–153, 2016. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049[https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049]. Acesso em: 05 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			



MORAN, E. **Sete Saberes necessários para a educação do futuro**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAN, J.M.; MASSETO, M.; BHERENS, M.A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MUNHOZ, A. S. ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 260p.

PEREIRA, C. L. Política Pública de inclusão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no ensino e aprendizagem na Educação Escolar Indígena brasileira nos tempos atuais. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 12, p. e8591210393, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i12.10393. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10393>. Acesso em: 15 out. 2024.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Formação Médica e Aprendizagem Baseada em Problemas**. Campinas: Papirus Editora, 2016. 336p.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
5º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (X) Optativa ()		
Estágio Curricular Supervisionado III – Ensino Fundamental Anos iniciais (;1º ao 5º ano)		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 07	Aulas/Semestre: 100	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 70h	Total: 100h	
Ementa			
Reconhecimento do trabalho docente nas instituições de Ensino Fundamental, anos iniciais. Diagnóstico da realidade da terra e da escola indígena. Acompanhamento e participação das atividades escolares indígenas. Planejamento e docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental na educação escolar indígena. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente indígena.			
Bibliografia Básica			
BETTIOL, C. A.; MUBARAC SOBRINHO, R. S. Quando a educação infantil é na aldeia: narrativas de professores indígenas em formação. Cad. Cedes , Campinas, v. 43, n. 119, p.98-108, Jan.-Abr., 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/BMwjnN8MgnbnXfrcCHLPRkw/?format=pdf&lang=pt . Acesso em 05 ago. 2025.			
RIBEIRO BACURY, G.; PEREIRA DE MELO, E. A.; BRASIL CASTRO, R.; GONÇALVES CRUZ, R. Saberes e fazeres presentes na produção do instrumento didático indígena. Identidade! , [S. l.], v. 28, n. 1, p. 243–269, 2023. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2638 . Acesso em: 5 ago. 2025.			
ZANIN, N. Z., SILVA, I. M. M., CRISTOFOL, M. F. Espaços escolares indígenas no Brasil, políticas, ações e atores envolvidos. Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 201-222, 2018.Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/DyzFs3CxqnvYMrhzQhNZJGf Acesso em: 05 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			
ARAÚJO, Baiersdorf Márcia. Ensaio sobre a aula : narrativas e reflexões da docência. Curitiba: Ibpex, 2010.			
BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: SEB/MEC, \[200?]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf] (https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf). Acesso em: 05 ago. 2025.			
PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra Terezinha (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.			



PEREIRA, Martins Adair. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Edivania Maria da.; SOUZA, Janaina Rosa de Sá; SILVA, Márcia Maria da. **Contribuição da escola Pankará para as práticas de sustentabilidade e cuidado com o Meio Ambiente**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena) - UFPE, Caruaru, 2012.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
5º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória () Optativa (x)	
Optativa I- Tópicos específicos da educação intercultural I		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Bibliografia Básica			
Bibliografia Complementar			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória () Optativa (x)	
Optativa II- Tópicos específicos da educação intercultural II		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Bibliografia Básica			
Bibliografia Complementar			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Arte e Cultura Indígena II		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Técnicas e materialidades. Arte indígena e cotidiano escolar – intervenções extensionistas junto às escolas. Oficinas experimentais aproximando as produções estéticas contemporâneas dos indígenas com as dos não indígenas. Práticas artísticas e elaboração de materiais didáticos. Os museus, a comunidade, as ONGs e as aldeias como fontes de conhecimento.			
Bibliografia Básica			
MEIRELLES, Lídia Maria. Educação e etnografia : a experiência do Museu do índio. (2002). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27756/1/Educa%C3%A7%C3%A3oEtnografiaExperi%C3%AAncia.pdf Acesso em: 05 ago. 2025.			
SILVA, A; Grupione, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola : novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.			
VIDAL, Lux (Org.). Grafismo indígena : estudos de antropologia estética. 2 ed. São Paulo: Nobel / FAPESP, 2000.			
Bibliografia Complementar			
BARBOSA, Ana Mae (Org.). Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Prêmio Rubens Murilo Marques, 2013 . Incentivo a quem ensina a ensinar. São Paulo: FCC/SEP, 2013.			
McLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico . São Paulo: Cortez, 2000.			
PREZIA, Benedito; SCHRODEN, Juliana; MEIRELLES, Lídia Maria. Toponímia Tupi da região de Uberlândia no Triângulo Mineiro . Uberlândia: UFU, 2017.			
SÁ, Raquel. M. S. de (Org.). Educação, arte e cultura : conceitos e métodos. Uberlândia: Gráfica Composer, 2010.			



SANTOS, Benerval P.; CAMARGO, Clarice C. O.; MANO, Marcel (Org). **Culturas e histórias dos povos indígenas no Brasil**: novas contribuições ao ensino. Uberlândia: RB Gráfica Digital Eireli, 2015.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História na Educação Escolar Indígena- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45
Carga Horária			
Tempo IF: 30h		Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h
Ementa			
Construir a cultura de espaço e de tempo histórico, partindo dos pressupostos teórico metodológicos do ensino de história para séries iniciais do Ensino Fundamental, tanto no ensino de crianças, quanto adultos. Valorizar o lugar como categoria para descoberta do mundo e dos conceitos históricos pela criança e pelo adulto enfatizando o letramento.			
Bibliografia Básica			
ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. Ensino de história : conceitos, temáticas e metodologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.			
BITTENCOURT, Circe. Ensino de história : fundamentos e métodos. Rio de Janeiro: Cortez, 2018.			
COOPER, Hilary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. Educar em Revista , Curitiba, v. especial (dossiê Educação Histórica), fev. 2006. DOI: 10.1590/0104-4060.405. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/8wydNzqGj5yKJzgkhPv5NTp/. Acesso em: 05 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, D. H.; ANDRADE, E. D. M. Educação Escolar Indígena Tupinambá: reflexões históricas e desafios da educação diferenciada. Especiaria , [s.], v. 21, 2024. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/4188 Acesso em: 05 ago. 2025.			
DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (Orgs). Quanto tempo o tempo tem! Campinas: Alínea, 2003.			
FONSECA, Selma Guimarães. Didática e prática de ensino de história . 4. ed. São Paulo: Papirus, 2003.			
LACERDA, Aroldo Dias; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; PEREIRA, Júnia Sales Pereira; SILVA, Marco Antônio (Org.). Patrimônio cultural em oficinas : atividades em contextos escolares. Belo Horizonte: Fino			



Traço, 2015. 156 p.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, p. 107–146, abr./jun. 2016. DOI: 10.1590/0104-4060.45979. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/kGFY5FDVCVz6J8DJCKwbqcT/. Acesso em: 05 ago. 2025..



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências na Educação Escolar Indígena- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Promover interconexões entre os conhecimentos indígenas sobre o Ambiente habitado e suas relações cotidianas: usos e práticas produtivas e o mundo cosmológico, em conexão com a interculturalidade, buscando aproximações e diferenças, entre os conhecimentos científicos produzidos pela sociedade não indígenas e os conhecimentos indígenas. Priorizando os processos de aprendizagens das Ciências e os impactos na natureza. Problematicar as questões socioambientais e refletir sobre as teorias e as experiências culturais, numa abordagem do ensino de ciência de forma lúdica, ativa e participativa, considerando as ciências produzidas por indígenas. Reflexão sobre a abordagem prática de eixos temáticos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de ciências e sua relação com os saberes indígenas.			
Bibliografia Básica			
CAMPOS, M. C.C.; NIGRO, R.G. Didática das Ciências: o ensino aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de Carvalho (Org.). Ensino de Ciências por Investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2014. SOUZA, Selma Maria Ferreira de. Saberes docentes, saberes indígenas: um estudo de caso sobre o ensino de Ciências entre o povo Xukuru do Ororubá. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/5999/2/Selma%20Maria%20Ferreira%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 05 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			



CARVALHO, A. M. P. De; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossa época; v. 28).

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de Ciências e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

SILVA, A.; et al. Escolas indígenas: desafios à introdução do ensino de Ciências no ensino fundamental. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (XI ENPEC), resumo, 2017. Disponível em: <http://abrapec.com/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1225-1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

STEFANELLO, A. G. F; NOGUEIRA, C. B. C. Direitos Étnicos e Culturais na proteção dos Conhecimentos Tradicionais associados à biodiversidade brasileira. In: FLORES, N. C. da S.; POLI, L. M.; ASSAFIM, J. M. de L.. (Org.). **XXI Congresso Nacional do CONPEDI/UFF**. 1. ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 8, p. 236-259.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Pedagogia em espaços não escolares		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Processos educativos e as novas demandas das instituições sociais contemporâneas. Conceitos, princípios, políticas e práticas pedagógicas no processo de organização de instituições e espaços educativos não formais e informais. Pedagogia social e o terceiro setor. Pedagogia em espaços empresariais. Pedagogia em ambientes de promoção da saúde e melhoria de qualidade de vida. Pedagogia em espaços de inclusão sociocultural. Os projetos educacionais não formais e suas relações com a educação curricular escolar. As ações, formações e identidades do pedagogo, e licenciados, em espaços não escolares. Em relação aos povos indígenas, os espaços de mobilizações, retomados e do sagrado são considerados espaços pedagógicos.			
Bibliografia Básica			
ARANTES, Valéria Amorim (Org.) Educação formal e não formal. São Paulo: Summus, 2008. FERREIRA, Arthur Vianna. Representações sociais e identidade profissional: elementos das práticas educacionais com os pobres. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
Bibliografia Complementar			
GRACIANI, Maria Stela. Pedagogia Social. São Paulo: Cortez, 2014. GOHN, M. da G. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2005. MATOS, Elizete Moreira; Mugiatti, Margarida Maria. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis: Vozes, 2014. NÓBREGA, Luciana Nogueira; BARBOSA, Lia Pinheiro. Uma Pedagogia das Retomadas: ensinamentos e aprendizagens a partir do povo indígena Anacé. Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 31, n. 67, p. 248–267, ago. 2022. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p248-267. Disponível em:			



<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/14018>. Acesso em: 05 ago. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Relações de Gênero e Sexualidade na Educação		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Gênero e sexualidade como construções históricas, sociais, culturais, políticas e discursivas a partir de uma perspectiva anticolonial. Pluralidade de identidades de gênero e problematização do modelo binário. Orientação sexual, papéis de gênero, violência doméstica e divisão sexual do trabalho. Colonialidade de gênero e interseccionalidade: os encontros entre gênero, território, etnia, raça e classe. Feminismos decoloniais e indígenas.			
Bibliografia Básica			
COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. Fragmentos, Florianópolis, n. 39, p. 045-059, jul./dez. 2010. Disponível em Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/29649/24801 Acesso em: 05 ago. 2025. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577 Acesso em: 05 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			
COSTA, Claudia J. de Lima. Feminismos decoloniais para além do humano. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, dezembro 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/qNnTL8TXntRD55pTsqWVq7g/?lang=pt&format=html Acesso em: 05 ago. 2025. GRUBITS, Sônia. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n.1, abr. 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/3mmjb9mWDq68MvmTKPcFtVR/. Acesso em: 05 ago. 2025. HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva			



parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.9, 73-101, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em 05 ago. 2025.

MENDONÇA, Caroline Leal; SCHILLACI, Manuela (org.). **Mulheres Indígenas da Tradição**. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire; CIMI Regional Nordeste; Movimento de Mulheres Indígenas de Pernambuco, 2019. Disponível em: [\[https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf\]](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf)(<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf>). Acesso em: 05 ago. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Avaliação da aprendizagem e os processos próprios de ensino na Educação Escolar Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
A educação escolar indígena considera os espaços formais e não formais como processos de aprendizagens. Concebendo os processos avaliativos em diferentes formatos, considerando a avaliação como fundamental para efetivar a aprendizagem em sala de aula e em outros espaços e metodologias favoráveis aos resultados de aprendizagens. Concepção de aprendizagem significativa; Avaliação para a aprendizagem; Avaliação formativa, somativa e suas articulações; Avaliação como processo retroalimentador da aprendizagem; Avaliação informal e formal; Avaliação dos conteúdos conforme sua tipologia; A avaliação como componente da organização do trabalho pedagógico, A avaliação em três níveis: sala de aula, institucional e de redes de ensino. Metodologias de avaliação.			
Bibliografia Básica			
BRAGA, V. L. de S. O Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica e os descaminhos para uma proposta de Educação Escolar Indígena. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010. Disponível em: https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8121-o-sistema-de-avaliacao-nacional-da-educacao-basica-e-os-descaminhos-para-uma-proposta-de-educacao-escolar-indigena.pdf. Acesso em: 05 ago. 2025. FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina Lemes; MALAVASI, Maria Marcia Sigríst; FREITAS, Helena Costa Lopes de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. VILLAS BOAS, Benigna M. de Freitas. Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Campinas: Papyrus, 2008.			
Bibliografia Complementar			



ALMEIDA, Fernando José de; FRANCO, Mônica Gardelli. **Avaliação para a aprendizagem**: o processo. São Paulo: Ática, 2011.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

VILLAS BOAS, Benigna M. de Freitas (Org.). **Avaliação formativa**: práticas inovadoras. Campinas: Papirus, 2011.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
6º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Estudo na Aldeia IV – Eixo Interculturalidade e dialogicidade		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h	Tempo Aldeia: 45h	Total: 60h	
Ementa			
Estudo da interculturalidade crítica como processo do reconhecimento do outro numa relação dialógica de equidade. A diversidade étnica, ocorrendo o devido respeito nas formas de ser, de pensar e de conviver entre os povos. Compreensão das relações na contemporaneidade do estado brasileiro com os povos indígenas numa perspectiva relacional e funcional.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, Anderson Cleomar dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu : afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. 2020. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, UFBA, Salvador, 2020.			
SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco : historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2015.			
SILVA, Edson. Xukuru : memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. 2.ed. – Recife: Editora UFPE, 2017.			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, Eliene Amorim de. A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de Educação Intercultural da UFPE/CAA: Curso de Licenciatura Intercultural . 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.			
CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar : uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 76-96.			
CANDAU, Vera Maria Ferrão. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria Ferrão (Orgs). Multiculturalismo : diferenças e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
LIMA, Ana Paula Ferreira de; SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras; ANDRADE, Lara Erendira; DANTAS,			



Marcelino Soyinka. **KAPINAWÁ**: pensando sobre o cuidado com o Território, 2017, 24p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf. Acesso em 15/10/24.

MENDONÇA, Caroline Leal; ANDRADE, Lara Erendina; PANKARÁ, Luciete Lopes; ATIKUM, Edneuma Oliveira de Sá. **Nossa Serra, nossa terra**: identidade e território tradicional Atikum e Pankará. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa_serra_comclu.pdf. Acesso em 03/06/2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Metodologia de Pesquisa em Educação Intercultural Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Métodos e metodologias de pesquisa em educação. Conhecer e experimentar instrumentos de pesquisa. Formulação e qualificação de projeto de pesquisa nas linhas de investigação. Pesquisa bibliográfica e aplicação dos instrumentos de pesquisa.			
Bibliografia Básica			
SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Revista Brasileira de Educação , São Paulo, 2018, v. 15, n. 32, p. 129-132, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JWH4ckHYcn9ZvfVDkV3SBBx Acesso em: 06 ago. 2025.			
MENDONÇA, C. F. L. Insurgência política e desobediência epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) UFPE, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12098 . Acesso em: 06 ago. 2025.			
NASCIMENTO, R. G. do. Rituais de Resistências : experiências pedagógicas Tapeba. 2009. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/f15bfbbc-45a4-4324-83b1-1ed16a159f0b/content Acesso em 06 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			
ANJOS, Antonia Maria Pereira; CARVALHO, Flaviana Monteiro de; SILVA, João Luiz da. Povo Entre Serras: As Mudanças no Contexto Educacional após Processo de Estadualização das Escolas Indígenas de Pernambuco. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação . Floresta-PE, v. 4, n.6, 2016. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/opara/article/view/3454 . Acesso em: 05/08/2025.			
KAMBEBA, Márcia Wayna. Saberes da Floresta . São Paulo: Jandaíra, 2020.			
LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para manejo do mundo : entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2013.			
MACEDO, R. S. A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação . 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2000.			



NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Educação Escolar dos índios**: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipao-Kanidé. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/7c5ebfaf-fffc-4d98-9c00-18fd1c057e2b> Acesso em: 06 ago. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação de Jovens e Adultos na Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental Anos Iniciais- Módulos I, II, III e IV.		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Estudo das problemáticas de alfabetização de adultos na realidade brasileira. O processo histórico EJA. Da alfabetização de jovens e adultos trabalhadores à construção da cidadania como elemento de emancipação. Os pressupostos teóricos para uma reflexão crítica sobre o processo ensino/aprendizagem. A organização e aprendizagem dos conteúdos escolares na educação de jovens e adultos: limites e possibilidades. As contribuições de Paulo Freire para EJA. Currículos e perspectivas para uma educação emancipatória. Alfabetização e letramento na sociedade atual. O papel do professor nessa modalidade de ensino e o sistema avaliativo na prática pedagógica indígena.			
Bibliografia Básica			
CORDEIRO, Suzi Maria Nunes; BRITO, Fernanda Regina Cinde de; SOUZA, Marcia Maria Previato de. Teoria e Prática na Educação de Jovens e Adultos. Maringá, Pr: Unicesumar, 2021. ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia, D.; LEAL, Telma Ferraz. Desafios da educação de jovens e adultos - Construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2007. LOTSCH, Vanessa de O. Alfabetização e Letramento I., São Paulo: Cengage , 2016. SIQUEIRA, Antonio Rodolfo, D.; GUIDOTTI, Viviane. Educação de Jovens e Adultos. Porto Alegre: SAGAH, 2017.			
Bibliografia Complementar			
ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma F. Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2010. BES, Pablo. Andragogia e educação profissional. São Paulo: SAGAH, 2017. FONSECA, M. C. F. R. Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2007. PEREIRA, Marina L. A construção do letramento na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Grupo			



Autêntica, 2007.

SILVA, Maria Alda Tranquelino da; LOPES DA SILVA, Eduardo Jorge. Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 2, p. 1 20, 2019.

SOARES, Leôncio. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2019.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Educação Ambiental e Sustentabilidade em Contexto Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Compreensão da importância da temática ambiental através da sustentabilidade dos povos indígenas. Conceitos e práticas de sustentabilidade presentes nos povos indígenas. Gestão territorial e ambiental nas terras indígenas: formas de usufruto coletivo. Cartografia social: representação espacial e ressignificação territorial. O bem viver e a relação dos povos indígenas com seu território, compreendendo os ensinamentos ancestrais para as gerações atuais e futuras.			
Bibliografia Básica			
ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. Pelejas indígenas: conflitos territoriais e dinâmicas históricas na Serra do Catimbau. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38758. Acesso em 06 ago. 2025. OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). 2022. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-04102022-153000. Acesso em 06 ago. 2025.. OLIVEIRA, A. S. de <i>et al.</i> (Orgs). Educação Ambiental, Sustentabilidade e Práticas do Cotidiano. Campina Grande: EPTEC, 2022.			
Bibliografia Complementar			
KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. NASCIMENTO, E. C. M. do. O ensino de educação ambiental na educação escolar indígena: interculturalizando metodologias. Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política, S.l., v. 1, n. 3, nov./dez. 2021. ISSN 2447-0961, 125-146p. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/50/32. Acesso em 10/10/24. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Água, fonte de vida e patrimônio preservado pelos nossos antepassados. Trabalho de Conclusão da Formação Continuada de Professores Indígenas.			



Serra do Arapuaá: Unidade de Educação Escolar Indígena Povo Pankará, 2011.

SILVA, Tatiane; OLIVEIRA, Carlos. A educação ambiental e sua aplicação no ensino escolar indígena Xakriabá – São João das Missões/MG. **Educação, Escola & Sociedade**, Montes Claros, v. 5, n. 5, p. 1–19, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/347>. Acesso em: 15 out. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Currículo e Conhecimento Escolar Intercultural		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Currículo: fundamentos e concepções. Os programas oficiais. Currículo, socialização e transmissão cultural. Escola e cultura. A naturalização do currículo escolar. Currículo comum e universalização dos saberes. Política curricular para a educação básica no Brasil. Processo de desenvolvimento do currículo: currículo prescrito; currículo apresentado aos professores; currículo e mediação docente; currículo em ação; currículo realizado; currículo avaliado; currículo e autonomia docente. O campo de estudo sobre currículo. A produção intelectual sobre currículo no Brasil a partir dos anos 80. Currículo: teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas. Currículo oculto. Currículo e saberes profissionais.			
Bibliografia Básica			
ALONSO, M. L. , FERREIRA, F. I., SANTOS; M.B., RODRIGUES; M. C. MENDES, T.V. A construção do Currículo na Escola: uma proposta de desenvolvimento curricular para o 1º ciclo do ensino básico. Porto: Porto Editora, 1994. BARRETO, E. S. de S. (Org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. COSTA, M.; VORRABER, M. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.			
Bibliografia Complementar			
FAZENDA, IVANI. Práticas Interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1991. GIROUX, HENRI. Teoria crítica e resistência em educação para além das teorias da reprodução. Petrópolis: Vozes, 1983. LOPES, A. MACEDO, E. Currículo e conhecimento: a contribuição das teorias críticas. São Paulo: Cortez Editora, 2002. MADURO, OTTO. Mapas para a festa: reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1994.			



MOREIRA, A. F. B. **Currículos e Programas no Brasil**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2001.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Fundamentos e Metodologias do ensino da Arte na Educação Escolar Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
A concepção de arte nas dimensões estética e cultural. O processo histórico da arte na história da humanidade. A arte eurocêntrica e a arte latino-americana no contexto da colonização. As seis dimensões do conhecimento nas abordagens das linguagens artísticas. A proposta tríplice da Arte/educação. A Arte como experiência. Vivências: o “fazer artístico” na construção do conhecimento e alteridade. Experiências modais: arte visual, arte cênica, arte literária e arte musical. As relações entre o desenvolvimento infantil e a experiência artística. Planejamento e avaliação no ensino de Arte. A formação artístico-cultural da pedagoga e do pedagogo. As relações étnico-raciais, diversidade de gênero e direitos humanos.			
Bibliografia Básica			
LUCIANO, G. J. dos S. Educação para manejo do mundo. Articulando e Construindo Saberes, Goiânia, v. 4, 2019. DOI: 10.5216/racs.v4i0.59074. Disponível em: https://revistas.ufg.br/racs/article/view/59074. Acesso em: 6 ago. 2025. KRENAK, A. Casa como um corpo vivo. In: Casa dos saberes ancestrais: diálogos com sabedorias indígenas. Campinas: Unicamp, 2021. p. 144–160. SANTANA, P. R. Saberes circulares e visibilidade das artes indígenas na educação básica: aplicação da Lei 11.645/2008. Salvador: UFBA, 2024. 40p.			
Bibliografia Complementar			
GONÇALVES et all. A Arte do Caroá: ensinando e aprendendo os saberes Pankará. Caruaru: Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco. (Trabalho de Conclusão Curso Licenciatura Intercultural). 2012. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. KRENAK, A. Antes, o mundo não existia. In:Tempo e história. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992. ORTH, Angela Maria Faller; FALLER, Ronaldo Josué. TECNOLOGIA DO TRANÇADO: O RESGATE DAS			



TÉCNICAS DA ARTE INDÍGENA NO ENSINO DE ARTES EM SALA DE AULA. **Revista da FUNDARTE**, [S. l.], v. 50, n. 50, 2022. DOI: 10.19179/rdf.v50i50.1070. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/1070>. Acesso em: 6 ago. 2025.

NÓBREGA, Rafaela Farias. **A arte indígena para além dos clichês**: por novas abordagens nas aulas de arte. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Estágio Curricular Supervisionado IV- Educação de Jovens e Adultos- Ensino Fundamental Anos Iniciais- Módulos I. II. III e IV.		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 05	Aulas/Semestre: 80	
Carga Horária			
Tempo IF: 20h	Tempo Aldeia: 60h	Total: 80h	
Ementa			
Reconhecimento do trabalho docente nas instituições de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Observação e análise da organização dos tempos e espaço físicos, da relação professor-aluno, currículo, plano de aula, material didático e estratégias de ensino. Diagnóstico da realidade da terra e da escola indígena no aspecto do atendimento a Educação Infantil. Acompanhamento e participação das atividades docentes. Planejamento e docência na educação infantil. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente. Orientação geral sobre o estágio: normas, documentos e procedimentos institucionais. Elaboração de relatório de estágio.			
Bibliografia Básica			
GIMENO SACRISTAN, J.; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artmed, 2000. PICONEZ, S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: FAZENDA, I. C. A (Org). Prática de Ensino e Estágio Supervisionado . Campinas: Papirus, 1991. p.15-38. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores . Unidade Teoria e Prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
Bibliografia Complementar			
BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006. PIMENTA, S. G. O. Estágio na Formação de Professores : unidade entre teoria e prática. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995. FREIRE, Paulo. Educação e Mudança . 24 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. 5 ed. São Paulo: Paz e			



Terra, 2005.

UCHOA, A. M. da C. **A efetivação do programa Proeja no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano: limites e desafios.** Petrolina: Instituto Federal Sertão Pernambucano, 2014. 213 p.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
7º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Trabalho de Conclusão de Curso I		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 30h	Total: 60h	
Ementa			
Orienta a elaboração do projeto de pesquisa mediante a apresentação e discussão das temáticas escolhidas pelos alunos numa perspectiva da pesquisa científica e da Norma Interna de Elaboração do TCC. Promove articulações necessárias entre os discentes e seus respectivos professores/orientadores para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. Orienta a elaboração da estrutura geral do trabalho de conclusão de curso e organiza a apresentação dos projetos de pesquisa.			
Bibliografia Básica			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
LAKATOS, E.; MARCONI, M. Fundamentos da Metodologia Científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 43 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
Bibliografia Complementar			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Coletânea eletrônica de normas técnicas – elaboração de TCC, dissertação e teses. São Paulo: ABNT, 2018.			
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.			
BASTOS, L da R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. M.; DELUIZ, N. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias . 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.			
DORRICO, J. Texto criativo, texto estranho, ponto de vista nativo e autobiografia indígena: discussões teórico-metodológicas para uma fundamentação da crítica literária indígena na contemporaneidade. Clareira-Revista de Filosofia Da Região Amazônica , v.4, n. 4, p.68–91, 2017.			
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2015.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Língua Brasileira de Sinais na perspectiva Indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
Apresentação para conhecimento e domínio básico dos sinais que compõem a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, sendo: modelos educacionais na educação de surdos; cultura e identidades surdas; fonologia, morfologia e a sintaxe da língua brasileira de sinais; tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: semântica, pragmática; análise de discurso e sociolinguística. A questão do bilinguismo: português e língua de sinais e atividades práticas de uso da libras.			
Bibliografia Básica			
ALMEIDA, E. C. Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS. Rio de janeiro: Revinter, 2004. GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos. Porto Alegre: Atmed, 2004.			
Bibliografia Complementar			
FELIPE, T. A. Libras em Contexto: curso básico: livro do estudante. 8ª.edição. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007. CONCEIÇÃO, J. dos S. da. Análise da língua de sinais Paiter Suruí com base na Teoria dos Espaços Mentais. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) UNIR, Porto Velho, 2023. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/5124/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Josi_com%20ficha%20catalogr%c3%a1fica.pdf. Acesso em 06 ago. 2025. GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez, educação. Campinas: Autores Associados, 1996. SKLIAR, C. B. A. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. STROBEL, K. As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda. Florianópolis: UFSC, 2008.			



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Fundamentos e metodologias do ensino da Educação Física na educação escolar indígena		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 03	Aulas/Semestre: 45	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 45h	
Ementa			
Contextualização histórica da Educação Física; A Educação Física e as tendências pedagógicas; O currículo escolar e a Educação Física. O movimento humano, suas dimensões e implicações pedagógicas. A Educação Física e ludicidade. Psicomotricidade no desenvolvimento infantil. Práticas corporais. O planejamento e avaliação no ensino da Educação Física. Diversidade de gênero.			
Bibliografia Básica			
GRANDO. B. S. Movimentos Indígenas do Brasil: a cultura autoritária e preconceituosa e a Educação Física. Motrivivência , S.l., Ano XI, n2 14, Maio/2000, 63-91p. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/5833/20355 . Acesso em 15 out. 2024.			
SANETO, J. G. Educação física NA/DA escola indígena : apropriações e ressignificações numa aldeia Bororo. Tese (Doutorado em Educação Física) UNICAMP, Campinas, 2016.			
SKOLAUDE, L. Silva; CANON-BUITRAGO, E. A.; BOSSLE, F. A Educação Física na Educação Escolar Indígena: a produção acadêmico-científica na área 21 como perspectiva de diálogo e (re)conhecimento intercultural. Movimento , Porto Alegre, v. 26, e26009, 2020. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.90042 . Acesso em 15 out. 2024.			
Bibliografia Complementar			
FERREIRA, Gislane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Educação Física intercultural: diálogos com os jogos e brincadeiras Guarani. Horizontes - Revista de Educação , [S. l.], v. 1, n. 2, p. 79–93, 2014. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/3166 . Acesso em: 6 ago. 2025.			
FIALHO, V.; SILVA, G. Política, alteridade e negociação nos I Jogos Indígenas de Pernambuco. Tellus , Campo Grande, ano 10, n. 18, p. 65-81, jan./jun. 2010. Disponível em: https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/200/232 Acesso em: 6 ago. 2025.			
GRANDO, B. S. Jogos e culturas indígenas : possibilidades para a educação intercultural na Escola. Cuiabá: EdUFTM, 2010.			
GRANDO, Beleni Saléte; XAVANTE, Severiá Idioriê; DA SILVA CAMPOS, Neide. Jogos/brincadeiras indígenas: a memória lúdica de adultos e idosos de dezoito grupos étnicos. <i>In</i> : GRANDO, Beleni Saléte; Jogos e culturas			



indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola.

JORDÃO, E. L. P. Reflexões sobre o papel do professor indígena na Educação Escolar Indígena e Educação Indígena. **Web Revista de Debates**, *s.l., s.n.*, 2022. Disponível em: <http://ojs.pantanaleditoraeditorial.com.br/index.php/linguisticallinguagem/article/view/164/114>. Acesso em 06 ago. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
8º Semestre	Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()		
Educação, Saúde e Práticas Corporais Indígenas		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 45h	Tempo Aldeia: 15h	Total: 60h	
Ementa			
O esporte no campo da arte, cultura e cidadania, como um meio para promover a autoestima e estimular o intercâmbio cultural, fortalecendo, de modo positivo, as relações intraculturais e interculturais.			
Bibliografia Básica			
ALMEIDA, A. J. M.; SUASSUANA, D. M. F. A. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. Movimento , s./ v. 16, n. 4, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1153/115316963004.pdf . Acesso em: 06 ago. 2025.			
CANDAU, V. M. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. Revista Espaço do Currículo , João Pessoa, v. 13, n. Esp., p. 678- 86, 2020. Disponível em: https://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/diferencas-educacao-intercultural-e-decolonialidade-temas-insurgentes/ Acesso em 06 ago. 2025.			
MALDONADO, D. T.; FARIAS, U. de S.; NOGUEIRA, V. A. Educação física e linguagem: por uma ecologia de saberes das práticas corporais na educação básica. In: MALDONADO, D. T.; FARIAS, U. de S.; NOGUEIRA, V. A. Linguagens na educação física escolar : diferentes formas de ler o mundo. Curitiba: CRV, 2021. p. 223-38..			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, A. J. M.; SUASSUANA, D. M. F. A. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas. Movimento , s./ v. 16, n. 4, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1153/115316963004.pdf . Acesso em: 06 ago. 2025.			
BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas . 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde, 2002.			
CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, W. L. Educação física escolar e relações étnicoraciais : subsídios para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba: CRV, 2016.			
GRANDO, B. Corpo e cultura: a educação do corpo em relações de fronteiras étnicas e culturais e a			



constituição da identidade Bororo em Meruri-MT. **Pensar a prática**, Goiânia v. 8, n. 2, p. 163-179, jul./dez. 2005.

MALDONADO, D. T. **Professores e professoras de educação física progressistas do mundo, uni-vos**. Curitiba: CRV, 2020.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
8º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Estudo na Aldeia V– Eixo Línguas e linguagens		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35		Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60
Carga Horária			
Tempo IF: 15h		Tempo Aldeia: 45h	Total: 60h
Ementa			
Compreensão do processo de epistemicídio, etnocídio e genocídio sofrido pelos povos indígenas do nordeste, resultando na perda da língua materna. A negação da identidade indígena e a criação de estereótipos. As línguas indígenas e a manutenção cultural a exemplo do povo Fulni-ô com a língua Yaathe. Fortalecimento e recuperação da língua materna pelos povos indígenas de Pernambuco, através das expressões/produções sóciolinguistas.			
Bibliografia Básica			
SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p. SANTOS, A. C. dos. Sons, torés e toantes da Corrida do Imbu: afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. Salvador: UFBA, 193p. SILVA, Edson. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. 2 ed. Recife: Editora UFPE, 2017.			
Bibliografia Complementar			
CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. Educar em Revista, S. l., v. 24, n. 32, p. p. 143–159, 2008. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/6710. Acesso em: 6 ago. 2025. LIMA, A. P. F.; SAMPAIO, J. A. L.; ANDRADE, L. E. <i>et al.</i> KAMBINAWÁ: pensando o lugar com o Território, 2017, 24 p. Disponível em: https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_kapinawa_pensando-a-gestao.pdf. Acesso em 15/10/24. MAHER, T. M. Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) Unicamp, Campinas, 1996. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/A2T00001.pdf Acesso em 06 ago.			



2025.

MENDONÇA, Caroline Leal; ANDRADE, Lara Erendina; PANKARÁ, Luciete Lopes; ATIKUM, Edneuma Oliveira de Sá. **Nossa Serra, nossa terra**: identidade e território tradicional Atikum e Pankará. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa_serra_comclu.pdf. Acesso em 03/06/2025.

NETO, M. G. A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros:: contribuições da Linguística Aplicada. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, S. I., v. 38, n. 4, 2023. DOI: 10.1590/1678-460x202259462 . Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/59462>. Acesso em: 6 ago. 2025.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
8º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Estágio Curricular Supervisionado V- Ensino Fundamental Anos iniciais (1º ao 5º ano)		Código:	
Pré-requisito(s): xxxxxxxxxx			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 15h	Tempo Aldeia: 45h	Total: 60h	
Ementa			
Reconhecimento do trabalho docente nas instituições de Ensino Fundamental, anos iniciais. Diagnóstico da realidade da terra e da escola indígena. Acompanhamento e participação das atividades docentes. Planejamento e docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Reflexão sobre a práxis pedagógica e a atividade docente.			
Bibliografia Básica			
BETTIOL, C. A.; MUBARAC SOBRINHO, R. S. Quando a educação infantil é na aldeia: narrativas de professores indígenas em formação. Cad. Cedes , Campinas, v. 43, n. 119, p.98-108, Jan.-Abr., 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/BMwjnN8MgnbnXfrcCHLPRkw/?format=pdf&lang=pt . Acesso em 06 ago. 2025.			
PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra Terezinha. Práticas de ensino e estágio supervisionado. In: PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra Terezinha (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.			
ZANIN, Nauíra Zanardo; SILVA, Ivone Maria Mendes e CRISTOFOLI, Maria Silvia. Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. Educ. Real. , [online]. v. 43, n. 1, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-31432018000100201&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 06 ago. 2025.			
Bibliografia Complementar			



FAZENDA, I. C. A (Org). **Prática de ensino e estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991.

NEVES, J. G. Estágio supervisionado em contextos indígenas amazônicos. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, S. I., v. 2, n. 4, p. 1-25, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i4.8601. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8601>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO BACURY, G. PEREIRA DE MELO, E. A., BRASIL CASTRO, R., & GONÇALVES CRUZ, R. Saberes e fazeres presentes na produção do instrumento didático indígena. **Identidade!**, 28(1), 243–269, 2023. Recuperado de http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/2638.

SILVA, Edivania Maria da.; SOUZA, Janaina Rosa de Sá; SILVA, Márcia Maria da. **Contribuição da escola Pankará para as práticas de sustentabilidade e cuidado com o Meio Ambiente**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena) - UFPE, Caruaru, 2012.



 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Floresta		Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena	
8º Semestre		Componente Curricular - Obrigatória (x) Optativa ()	
Trabalho de Conclusão de Curso II		Código:	
Pré-requisito(s): Trabalho de Conclusão de Curso I			
Relação Docente/Aluno: 1/35	Créditos: 04	Aulas/Semestre: 60	
Carga Horária			
Tempo IF: 30h	Tempo Aldeia: 30h	Total: 60h	
Ementa			
Desenvolvimento e execução do projeto de trabalho de conclusão de curso, bem como, escrita e defesa da monografia.			
Bibliografia Básica			
BASTOS, Lília da Rocha; PAIXÃO, Lyra; FERNANDES, Lucia Monteiro; DELUIZ, Neise. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa teses, dissertações e monografias . 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
Bibliografia Complementar			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para trabalho científico, que todo o mundo deve saber, inclusive você . Porto Alegre: Art Ler, 2004.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica . 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.			
_____. Fundamentos de metodologia científica . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.			



4.15. Diplomas a Serem Emitidos

A Organização Acadêmica do IF Sertão PE, estabelece que a solicitação de emissão do Diploma, junto à Secretaria de Controle Acadêmico, poderá ser feita pelo/a discente do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta após o atendimento à Resolução n.º 41/2020 que estabelece no:

Art. 151. Os estudantes concluintes dos Cursos de Graduação receberão a outorga de grau em solenidade de outorga de grau pública e coletiva, que possui caráter obrigatório como etapa formal para obtenção do diploma. Parágrafo único. Em nenhuma hipótese a outorga do grau será dispensada.

Art. 152. Participará da solenidade e receberá a outorga do grau apenas o estudante habilitado, não sendo permitida a outorga de grau por procuração, salvo em caso de outorga de grau extemporânea.

§ 1º A participação do estudante de graduação na outorga de grau somente será permitida se este, até 20 dias corridos, antes da data da solenidade de outorga de grau, atender a todos os requisitos abaixo:

- I. integralizar todos os componentes curriculares previstos no PPC;
- II. estiver em situação regular com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- III. cumprir o estágio e todos os atos decorrentes dele, quando previsto no PPC;
- IV. apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, quando previsto no PPC, com a versão final entregue;
- V. ter cumprido toda a carga horária de Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais prevista no PPC, quando for o caso;
- VI. não ter pendência de documentação junto à Coordenação de Controle Acadêmico;



VII. não ter pendências junto à Biblioteca.

§ 2º É proibida a participação simbólica de estudantes de graduação em sessões de outorga de grau solene.

Assim, conforme os critérios estabelecidos neste PPC, o/a estudante fará jus ao título de Licenciado em Pedagogia Intercultural Indígena e estará apto a receber o diploma com validade em todo território nacional. Caberá ao IFSertãoPE a responsabilidade de proceder todos os atos de expedir e registrar os diplomas de acordo com a legislação vigente.

4.16. Ações Decorrentes do Processo de Avaliação Do Curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena e seu PPC devem passar por avaliações contínuas, visando a qualidade do ensino e a consolidação do curso no âmbito de atuação institucional e regional do IFSertãoPE Campus Floresta. As avaliações deverão ser desenvolvidas por diferentes caminhos:

- I. Pelo Colegiado do Curso, anuais e de acordo com normas avaliativas a serem estabelecidas por Regimento Interno, a serem desenvolvidas pelo NDE e aprovadas pelo Departamento de Ensino;
- II. Pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFSertãoPE Campus Floresta, de forma independente e autônoma aos órgãos do IFSertãoPE;
- III. Pelo Ministério da Educação (MEC), através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- IV. Outras formas de avaliação que venham a ser estabelecidas pela instituição, ou de acordo com o MEC.

As avaliações periódicas pelo colegiado do curso devem considerar as dimensões discente, docente e de gestão do curso. Elas serão desenvolvidas, através do índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado de trabalho e em programas de pós-graduação, convênios, produção científica dos/as alunos/as e professores, projetos integrados de ensino, pesquisa, extensão e inovação, recurso e estágios remunerados



obtidos em outras empresas, estrutura curricular, biblioteca e média das avaliações anuais por grupo de alunos/as.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) conduz o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nos termos da Lei nº 10.861/2004, estabelecendo os processos de avaliação periódicos dos cursos superiores. De modo geral, os cursos de graduação passam por 3 (três) tipos de avaliação no âmbito do SINAES: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento. Além dessas avaliações, dois instrumentos subsidiam os indicadores de qualidade dos cursos. Um deles é interno, institucional, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o outro é externo, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A CPA está prevista no Regimento Geral do IFSertãoPE e tem seu próprio Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSUP nº 41/2015, tendo a obrigação de elaborar relatórios anuais de autoavaliação, relatórios descrevendo e evidenciando os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de propor ações com o intuito de corrigir as fragilidades e explorar as potencialidades da instituição.

Com o objetivo de distribuir e descentralizar as ações, foi constituída uma CPA em cada campus do IFSertãoPE formada por um membro titular e um suplente dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo.

Cada CPA tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, devendo ter atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. A autoavaliação institucional realizada pela CPA deve contemplar cinco eixos, formados a partir de dez dimensões, anteriormente utilizadas para o mesmo fim:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES;
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e



Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES;

- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES;
- Eixo 4 - Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes;
- Eixo 5 - Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

4.17. Apoio ao/a Discente

O apoio aos/as discentes do curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena será feito conforme o decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que institui o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), e a resolução nº 46 de 25 de setembro de 2015, do Conselho Superior que estabelece as normas para implementação das políticas de assistência estudantil no âmbito do IF Sertão PE.

Conforme normativa da resolução nº 46, o apoio discente consistirá na oferta de três programas: programas universais, programa de apoio a pessoas com necessidades educacionais específicas e programas específicos.

Os programas universais são destinados ao atendimento de todo corpo discente do IF Sertão PE, com prioridade aos/as estudantes oriundos da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, conforme artigo 3º do PNAES. Esses programas consistem em um seguro de vida; atenção biopsicossocial, que inclui atendimento ambulatorial, realizando ações de prevenção a saúde, higiene e segurança, atendimento psicológico, que atua na promoção do bem-estar biopsicossocial dos/as estudantes e a preservação da saúde mental, sendo essas ações realizadas por uma psicóloga; trabalho educativo em saúde e primeiros socorros.

Também faz parte o atendimento pedagógico, feito pelo NUPE (Núcleo Pedagógico),



formado por pedagogo/a e técnicos/as em assuntos educacionais, responsáveis por acompanhar e apoiar os/as estudantes em seu desenvolvimento integral, promovendo minicursos, palestras, rodas de conversa e seminários pensados a partir das demandas diagnosticadas. Além disso, prestar atendimento, individualizado ou em grupo, aos/as estudantes que procuram o serviço por iniciativa própria ou por solicitação ou indicação de docentes e/ou pais. Inclui-se ainda os programas de incentivo à atividade física e lazer, incentivo à educação artística e cultural, educação para diversidade, incentivo à formação cidadã, material escolar básico e ajuda de custo para participação em eventos científicos, de extensão, sócio estudantis, esportivos e visitas técnicas.

O programa de apoio às pessoas com necessidades específicas tem a finalidade de garantir aos/as estudantes que apresentam condições específicas o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, subsidiando as ações do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Os programas específicos compreendem auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio material didático, auxílio emergencial, auxílio ao/a estudante atleta e auxílio de incentivo à educação artística e cultural e são destinados prioritariamente aos/a discentes oriundos/as da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio.

Além dos apoios descritos acima, os/as estudantes indígenas serão assistidos/as por programas específicos:

- Programa de Bolsa Permanência Indígenas (Manutenção Acadêmica): atende os/as estudantes não residentes na Sede do Curso, oriundos de famílias comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seleção segue os critérios definidos pelo Programa financiado pelo MEC, executado pelo IFSertãoPE.
- PROLIND – O curso é financiado pelo Programa de Financiamento de Licenciatura Indígena pela SECADI-MEC, conforme Plano de Trabalho, TED n.º 13728, aprovado em 03/11/2023, objetiva a oferta de ajuda de custos aos/as estudantes durante o período de Tempo IF as despesas de deslocamentos, estadias e alimentações.



O acesso e permanência dos programas ofertados pelo IFSertãoPE e SECADI-MEC específicos são condicionados a frequência mínima e compromisso com os componentes curriculares, avaliados pelo Núcleo Docente e os setores institucionais de assistência a estudantes.

4.18. Políticas de Educação Ambiental

O Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta objetiva oportunizar ao graduando a concepção de valores, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para ações que promovam com responsabilidade a conservação do meio ambiente, essencial para a qualidade de vida e sua sustentabilidade, através dos estudos nos componentes curriculares de forma transversal.

4.19. Política de Combate à Evasão

O Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena será pautado no PDI e no Plano de Ação Institucional do Campus Floresta e buscará a excelência para o alcance do sucesso na aprendizagem do/a aluno/a, das exigências sociais e legais e as expectativas da comunidade escolar respeitando as ações institucionais.

O PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) implementado no IFSertãoPE através da resolução nº 46, do Conselho Superior, é uma política que atua no combate a evasão por meio dos programas de apoio ao/a discente e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos/as jovens na educação superior pública federal, objetivando a redução de taxas de retenção e evasão.

O curso é exclusivo para indígenas e possui programas específicos, como Bolsa Permanência e PROLIND com o desembolso de ajudas de custos financeiras para a garantia de estudantes participarem das aulas presenciais, contribuirão para a permanência e êxito.

Além disso, a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito, instituída no âmbito do Campus, atua no diagnóstico quantitativo e qualitativo da evasão, na elaboração do Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, e no monitoramento e avaliação desse plano periodicamente.

5. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO

5.1. Corpo Docente

O corpo docente da Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta é composto por professores de diversas áreas de formação, atendendo às necessidades específicas do curso.

Quadro 20: Docentes do curso da Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IFSertãoPE/Campus Floresta

Docente	Área(s)	Admissão	Titulação	Regime
Ana Patrícia Vargas Borges	Psicologia	08/09/2014	Mestrado	40h (DE)
Anaide Maria Alves da Paz	Artes	14/08/2023	Mestrado	40h (DE)
Camila Teixeira Lima	Sociologia	09/03/2022	Doutorado	40h (DE)
Cintia Lopes Soares	Pedagogia	01/12/2009	Mestrado	40h (DE)
Cristiano Dutra Batista	Filosofia	08/11/2024	Mestrado	40h (DE)
Danielle Aparecida da Silva Oliveira	Matemática	15/06/2022	Mestrado	40h (DE)
Eduardo Barbosa Vergolino	Filosofia	26/10/2010	Doutorado	40h (DE)
Francisco Demetrius Luciano Caldas	Educação Física	19/11/2015	Doutorado	40h (DE)
João Luiz da Silva	Geografia	01/01/2010	Mestrado	40h
Kelly Cintra Gomes	Pedagogia	/09/2014	Mestrado	40h (DE)
Robson Arruda Araujo	História	28/12/2012	Mestrado	40h (DE)
Rosineuman de Souza	Língua Portuguesa	01/01/2010	Mestrado	40h (DE)



Docente	Área(s)	Admissão	Titulação	Regime
Soares Leal				
Vera Lucia Santos Alves	Língua Portuguesa	20/11/2015	Doutorado	40h (DE)

5.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena deve constituir-se em um grupo de professores/as, responsável por acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e atualização contínua do Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as políticas e normas do IF Sertão PE. De acordo com a Resolução Nº 01 de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. São atribuições do NDE, entre outras:

1. contribuir para a consolidação do perfil profissional do/a egresso/a do curso;
2. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
3. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
4. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IF Sertão PE Campus Floresta, será instituído por portaria, a ser emitida pela Direção Geral do campus. O Colegiado do curso deve definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com mestrado ou doutorado; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo integral; e assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.



5.3. Atuação da Coordenação do Curso

À Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena competem às funções de planejamento, controle, avaliação e registro das atividades técnicas vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso e institucional, além do melhor aproveitamento dos recursos físicos e didáticos disponíveis.

A Coordenação deverá ser sempre ocupada por docente com regime de trabalho de 40 horas ou dedicação exclusiva (DE), que assume o papel de conduzir as atividades, com a finalidade de responder junto às instâncias competentes questões diretamente relacionadas à natureza pedagógica e administrativa, além de viabilizar e concretizar necessidades internas do corpo docente e discente do curso. As atividades executadas no âmbito da Coordenação devem estar em consonância com as decisões tomadas pelo Colegiado do Curso e com as normas internas da instituição. De acordo com a Resolução nº 46/2021, são atribuições do Coordenação:

I - presidir e acompanhar as atividades do Colegiado de Curso, conforme as normativas institucionais que regulam este órgão;

II - colaborar com as atividades do Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme atribuições previstas na legislação que orientam o funcionamento desse núcleo;

III - colaborar com a Comissão Organizadora de Solenidade de Outorga de Grau, no que se refere aos procedimentos de conclusão de curso;

IV - planejar e realizar reuniões com os docentes do curso e com o Colegiado, para discutir o desempenho acadêmico dos discentes e indicar estratégias que visem à melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

V - participar dos processos avaliativos do curso e acompanhar os resultados obtidos pelos estudantes;



VI - realizar encaminhamentos necessários para que os discentes tenham um melhor rendimento acadêmico;

VII - acompanhar as ações relacionadas ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), conforme legislação vigente;

VIII - divulgar as informações relacionadas ao ENADE de acordo com a portaria normativa do ano e conforme as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

IX - estimular a conscientização dos discentes quanto a importância da participação no exame do ENADE;

X - participar, ou se fazer representar, de Solenidades de Outorga de Grau, em sessões solenes ou extemporâneas do Campus; e

XI - orientar os discentes aptos à outorga de grau no que se refere aos encaminhamentos necessários para participação nas solenidades;

A Coordenação também deve dar publicidade ao planejamento e às atividades de gestão do curso. Como trata-se de um curso em implantação, o/a primeiro/a Coordenador/a do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena do IFSertãoPE Campus Floresta será indicado/a pela Direção Geral em consenso com o Departamento de Ensino. A coordenação atuará durante os dois primeiros anos de curso, até a realização de eleições, conforme Resolução nº 46/2021 (CONSUP/IFSertãoPE). Além disso, conforme recomendações do CEAU/Sesu/MEC, o/ a coordenador/a do curso deve atender aos seguintes requisitos:

1. ser professor efetivo do Campus;
2. estar enquadrado no regime de 40h com dedicação exclusiva;
3. ministrar disciplinas no curso por, no mínimo, dois semestres letivos anteriores ao semestre em que será realizada a eleição; e
4. ter formação na área técnica, preferencialmente, para aqueles cursos que passam por processo de avaliação das instituições de ensino e desempenho acadêmico dos



estudantes

5.4. Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é um órgão primário, normativo, consultivo, deliberativo e executivo com composição, competências e funcionamento definidos conforme Resolução nº 25/2013 do Conselho Superior do IFSertãoPE. Sua principal atribuição é orientar e coordenar as atividades didático- pedagógicas e administrativas e propor as medidas necessárias para as devidas melhorias do curso. Deve atuar de forma integrada com outros departamentos e coordenações relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e inovação do campus.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena será instituído por portaria, emitida pela Direção-Geral do IFSertãoPE Campus Floresta. Será constituído pelo/a coordenador/a do curso, que será presidente do colegiado, e seu suplente, o/a vice coordenador/a; por pelo menos 03 (três) professores/as titulares e seus respectivos suplentes, que ministrem, pelo menos, uma disciplina nos primeiros 2 (dois) primeiros anos de curso, eleitos por seus pares; e por 01 (um/a) aluno/a, e seu suplente, regularmente matriculados no curso, eleitos por seus pares.

Como trata-se de um curso em implantação, a composição inicial do Colegiado de Curso deve ser definida em reunião do Departamento de Ensino e da Coordenação com os professores que atuam nos dois primeiros anos do curso. Após dois anos de curso, prevalecerá a normativa de eleição do Colegiado, estabelecida pela Resolução nº 25/2013 (CONSUP/ IFSertãoPE).

As reuniões do colegiado do curso acontecem ordinariamente, por convocação de iniciativa do/a seu/sua presidente/a ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros, uma vez a cada 15 dias, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo/a seu/sua presidente/a ou pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se o assunto que deverá ser tratado. O quórum do colegiado deve ser composto por maioria absoluta, a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total de seus membros. Todo membro da coordenação de curso tem direito à voz e ao voto, cabendo ao/a coordenador/a o voto de qualidade.



O registro das reuniões deve ser feito por meio de ata, onde constaram, além das informações básicas como data, horário e local, a pauta da reunião, registro e assinatura dos presentes e as definições das discussões. O encaminhamento do que foi resolvido nas discussões é feito pelo/a presidente/a com a colaboração dos membros do colegiado do curso. As atas, após sua aprovação, serão publicadas e arquivadas no colegiado do curso, com livre acesso aos membros.

Maiores detalhes sobre as atribuições do/a presidente/a do colegiado, as competências dos membros do colegiado e a eleição do/a coordenador/a e vice coordenador/a devem ser consultados na Resolução nº 25/2013 do IFSertãoPE. Ainda de acordo com a Resolução, são competências colegiado do curso:

- analisar e aprovar os planos de ensino das unidades curriculares do curso, propondo alterações quando necessárias com a participação da Coordenação Pedagógica;
- acompanhar o processo de avaliação do curso, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e auxiliar na divulgação dos resultados;
- promover a auto avaliação do curso sistematicamente;
- apreciar convênios, no âmbito acadêmico, referente ao curso, encaminhando-os ao parecer da Diretoria de Ensino do Campus;
- emitir parecer, sempre que houver necessidade, sobre questões apresentadas por docentes e discentes;
- propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares necessárias ao bom funcionamento do curso, registrando-as em formulários próprios;
- avaliar, propor normas e promover a integração dos componentes curriculares do curso, visando garantir-lhe a qualidade didático-pedagógica e interdisciplinaridade;
- exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- julgar, em grau de recurso, as decisões do/a coordenador/a do curso de graduação;
- solucionar os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da Resolução nº 25 de 09 de setembro de 2013;
- discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados à análise do Projeto



Pedagógico do Curso e as alterações necessárias a serem encaminhadas para apreciação e posterior aprovação pelo NDE (Núcleo de Ensino Estruturante);

- elaborar um planejamento estratégico de distribuição às necessidades de docentes para o curso, manifestando-se sobre as formas de seleção e admissão, em consenso com a demanda da maioria dos professores específicos da área do curso;
- receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares relativas ao corpo docente ou aluno do curso;
- acompanhar as atividades docentes e as propostas de atividades acadêmicas realizadas pelos integrantes do curso nas áreas de pesquisa, extensão e atividades complementares com anuência das coordenações específicas (ensino, pesquisa, extensão e inovação);
- examinar e emitir parecer, com base na integralização curricular, sobre processos de transferência interna e externa de alunos/as a serem admitidos ou desligados do curso, conforme dispositivos legais em vigor;
- deliberar sobre aproveitamento de estudos, convalidação de disciplinas, conjunto de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, excedência de créditos, pré-requisito e cor-requisito em caso de encaminhamento da coordenação de curso;
- emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de Ensino Superior, com base na legislação vigente e encaminhar para a Pró-Reitoria de Ensino ou órgão competente específico do IFSertãoPE;
- definir as atribuições e os critérios de constituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), acordo com legislação em vigor;
- aprovar o plano de trabalho anual do Colegiado;
- propor a reformulação do Regimento do Colegiado, submetendo-o à aprovação no Conselho de Campus (Concampus)/Floresta, Colegiado de Dirigentes (CODI) e posteriormente ao Conselho Superior do IFSertãoPE;
- opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência;



- cumprir as determinações dos órgãos deliberativos superiores;
- definir áreas prioritárias para seleções e concursos públicos, respeitando as normas do Concurso Público do IF Sertão PE.

5.5. Corpo Técnico de Apoio ao Ensino

O corpo técnico de apoio ao ensino do IF Sertão PE Campus Floresta têm o papel de auxiliar na articulação e no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas ligadas ao curso, para garantia da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e inovação. O campus conta com uma equipe técnico administrativa de apoio ao ensino, a saber:

Tabela 21: Corpo técnico de apoio ao ensino do IF Sertão PE/ Campus Floresta

Técnico	Cargo	Regime
Vagner de Souza Alves	Técnico de laboratório de informática	40h
Clodoaldo Alves Campos	Técnica de enfermagem	40h
Jamie Anderson Lima Cavalcanti	Assistente de aluno	40h
Mayara Novaes Menezes	Assistente de aluno	40h
Kelli Roberta de Souza Soares Luz Gomes	Técnica em assuntos educacionais	40h
Elbiane Leal Novaes de Carvalho Lima	Técnica em assuntos educacionais	40h
Elciane Leal Novaes Ferraz Feitosa	Técnica em assuntos educacionais	40h
Maria Lucia da Silva Pereira	Técnico de laboratório de física	40h
Giselda de Souza Moraes Ferraz Leite	Assistente administrativo	40h
Germano Ferraz da Silva Rosa	Assistente administrativo	40h
Rafaela Diniz Carvalho Ferraz	Assistente administrativo	40h
Ana Christina da Silva Bezerra	Bibliotecária	40h
Aliny Yara Silva de Sa	Intérprete de LIBRAS	40h
Cinthy Suellen Sena Brasileiro	Nutricionista	40h
Maria Aparecida de Sa Martins Menezes	Pedagoga	40h
Iara Ferraz Cornelio	Pedagoga	40h
Ailson Kelvy Nunes Calaça	Auxiliar de biblioteca	40h
Rejane Miranda Leite	Auxiliar de biblioteca	40h



As necessidades de ordem administrativa deste nível serão tratadas pelos setores/servidores/as lotados/as no Departamento de Ensino. Todos/as estes/as profissionais auxiliarão os/as docentes na organização dos laboratórios, nas atividades administrativas específicas do curso e no apoio das atividades docentes.

6. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O IF Sertão PE Campus Floresta conta com instalações e equipamentos de uso comum dos cursos regulares vigentes, que dão suporte ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, e que também contemplarão o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena no envolvimento dos/as alunos/as em atividades multidisciplinares, nos diferentes espaços físicos, listados a seguir:

Quadro 22: Espaços e instalações de uso comum existentes do IF Sertão PE Campus Floresta

Item	Espaço	Descrição	Quant.
01	Salas de Aula	Com 35 carteiras com braço (média), quadro branco e projetor multimídia.	11
02	Auditório	Com poltronas, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.	01
03	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.	01
04	Cantina e Refeitório	Dotado Cozinha e de espaço para mesas e cadeiras além de equipamentos para a oferta de refeições	01
05	Ginásio Poliesportivo	Dotado de vestiários, equipamentos e materiais específicos para prática esportiva.	01
06	Sala de Acompanhamento Psicológico	Com mesa e cadeiras de trabalho, equipamentos e materiais específicos.	01
07	Sala para Atendimento Médico	Com mesa e cadeiras de trabalho, equipamentos e materiais específicos	01
08	Sala de Atendimento ao Aluno	Com mesa e cadeiras de trabalho, equipamentos e materiais específicos	01
09	Sala dos Professores	Com mesa e cadeiras de trabalho, equipamentos e	01



		materiais específicos.	
10	Sala das Coordenações	Com mesa e cadeiras de trabalho, além de equipamentos e materiais específicos.	01
11	Laboratório de Línguas	Com mesa e cadeiras de trabalho, equipamentos e materiais específicos.	01
12	Laboratório de Ensino	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.	01
13	Laboratório de Física	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.	01
14	Laboratório de Química e Biologia	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.	01
15	Laboratório de Informática	Com mesa e cadeiras de trabalho, computadores, softwares e projetor multimídia.	01
16	Laboratório de Materiais e Tecnologias da Construção	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.	01
17	Laboratório de Desenho	Com pranchetas e banquetas, além de equipamentos e materiais específicos	01

6.1. Biblioteca

O IF SertãoPE Campus Floresta conta uma biblioteca com cerca de 2551 (dois mil quinhentos e cinquenta e um) títulos e 7713 (sete mil setecentos e treze) exemplares catalogados (até novembro de 2024). Trata-se de um espaço totalmente informatizado com o Sistema Pergamum de gerenciamento do acervo, no qual é possível realizar consultas, renovações e reservas on-line. Além disso, é oferecido o acesso ao Portal de Periódicos Capes e a produção bibliográfica do Campus fica depositada no repositório institucional de leituras abertas (Releia).

A biblioteca possui cerca de 82 m² (oitenta e dois metros quadrados), divididos entre acervo, sala de processamento técnico e recepção. São serviços prestados pela Biblioteca do IF SertãoPE Campus Floresta:

- empréstimo domiciliar;



- empréstimo interbibliotecário;
- consulta on-line;
- reserva de livros;
- levantamento bibliográfico;
- boletim informativo de novas aquisições.

A título de avaliação do curso de Licenciatura em Pedagogia, é recomendado que a biblioteca conte com acervo físico atualizado e expressivo de títulos da área, os mesmos referidos nos programas dos componentes curriculares do curso. A bibliografia básica deve estar disponível na proporção de um exemplar para cada oito alunos/as matriculados/as, com o mínimo de quatro títulos por componente curricular. Deve conter periódicos nacionais e internacionais, além de títulos que contemplem a produção regional existente. A biblioteca deverá ainda:

- ter espaço para o acervo digitalizado;
- ter acesso às bases indexadas de periódicos e livros digitais;
- possuir acervo de mapas e cartografia;
- buscar a legalização de cópias de textos pela pasta do professor na internet;
- utilizar outras mídias, na intenção de contar como títulos;
- espaço destinado ao acervo dos Trabalhos Finais de Graduação.
- ter ainda uma política de manutenção, atualização e ampliação do acervo existente.

6.2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS

6.2.1. Sala de Coordenação de Curso

A sala de coordenação dos cursos superiores está localizada no prédio principal do Campus Floresta, próximo ao módulo de salas de aulas. O ambiente conta com 8 m², climatizado e equipado com o mobiliário e equipamentos adequados para as necessidades do curso como mesas de escritório, poltronas, microcomputadores conectados à rede



cabeada de alta velocidade.

6.2.2. Auditório

O Campus Floresta conta com um auditório climatizado de aproximadamente 100 m², com capacidade para 82 pessoas, devidamente equipado com datashow, tela de projeção, lousa, sinal de wi-fi e caixas amplificadoras.

6.2.3. Laboratórios de Informática

O Campus Floresta disponibiliza para seus estudantes um total de 4 (quatro) laboratórios multiuso de informática, todos eles climatizados. São dois laboratórios maiores, medindo cerca de 80 m², que disponibilizam 35 computadores cada um. Outros dois laboratórios de porte menor estão equipados com 18 computadores. Todos os laboratórios disponibilizam máquinas de alta resolução e conexão com banda larga de alta velocidade, além de estarem equipados com softwares educacionais atualizados.

6.2.4. Laboratórios Didáticos

O Campus Floresta conta com laboratórios didáticos de Física e Matemática, Química e Biologia.

Os laboratórios em questão são climatizados, equipados com datashow, lousa e sinal de wi-fi.

O laboratório didático de Física e Matemática tem capacidade para receber turmas de 15 estudantes e está equipado com aparatos experimentais das áreas de Mecânica, Ondulatória, Eletromagnetismo e Termologia. Enquanto da área de Matemática disponibilizam-se figuras volumétricas e um aparelho de superfície de evolução.

O laboratório didático de Química tem capacidade para receber turmas de 15 estudantes para vivenciarem experiências e aulas práticas nas áreas de Química Orgânica, Inorgânica, Físico-Química e Química Analítica.

O laboratório didático de Biologia tem capacidade para receber uma turma de 20 estudante a fim de vivenciarem conteúdos de Microbiologia, Biologia Vegetal, Bioquímica,



Zoologia, Reprodução entre outras.

7. Referências

ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.731, de 11 de novembro de 1993. **Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 1993.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 4, de 2024. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 mai. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 7 de janeiro de 2015. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores indígenas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2015.

BRASIL. Decreto n.º 10.195, de 30 de dezembro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 7, de 12 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2018.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo:



Centauro, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF: FORPROEX, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2018**. Brasília, DF: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Brasília, DF: IBGE, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 7, de 4 de março de 2021. **Aprova o regulamento da Curricularização no IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 12, de 2015. **Regulamenta os estágios no âmbito do IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 08, de 2019. **Complementa o regulamento sobre os estágios no IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 41, de 9 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre a organização acadêmica do IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 41, 02 de junho de 2015. **Altera a Política de Assistência Estudantil (PAE)**. Petrolina: CONSUP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 46, de 25 de setembro de 2015. **Dispõe sobre a Assistência Estudantil no IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Normativa n.º 02, de 2019. **Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no IFSertãoPE**. Petrolina: IFSertãoPE, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 25, de 9 de setembro de 2013. **Dispõe sobre as atribuições das Coordenações de Curso do IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2013. INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 23, de 2013. **Dispõe sobre as eleições no IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Histórico Institucional**. Petrolina, mai. de 2017. Disponível em: <https://ifsertao-pe.edu.br/index.php/institucional/704-historico>. Acesso em: 17 nov. 2024 .

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSertãoPE 2019-2023. Disponível em: Plano de Desenvolvimento Institucional - IFSertãoPE. Acesso em: 01 abril. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013. LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, J. P. De (Orgs). **A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena**



contemporâneo. 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2022.

PERNAMBUCO. Lei estadual nº 867, de 20 de junho de 1907. **Dispõe sobre a elevação à categoria de cidade a villa de Floresta**. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, 21 jun. 1907.

SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845)** . 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.